

O MOSTEIRO DE SANTA CLARA-A-VELHA DE COIMBRA

Da Fundação ao Processo de Valorização

Orientador

Professora Doutora Marta Maria Peters Arriscado de Oliveira

Agradecimentos

À Professora Marta Oliveira,
pelo interesse e sinceridade, pelo acompanhamento atencioso
e pela constante transmissão de conhecimentos.

Ao Arquitecto Alexandre Alves Costa,
pela disponibilidade demonstrada e pela conversa esclarecedora.

Aos Arquitectos João Rapagão, Cândido Cunha Gomes e Inês Lobo,
pelo importante material e informação cedidos.

Aos meus Pais, ao Hugo e à Vera,
pela confiança e pelo apoio incondicional de sempre.

Resumo

A presente dissertação elege como objecto de estudo o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, exemplo singular do gótico mendicante em Portugal. Partindo do estudo da sua história, desde a fundação ao abandono, pretende-se constituir uma visão crítica sobre o processo de valorização do conjunto monástico enquanto monumento nacional, processo esse que culminou na interpretação contemporânea da ruína e do sítio pelo Atelier 15 (Arquitectos Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez e colaboradores).

O estudo foi dividido em duas partes. A primeira corresponde à história do mosteiro desde a sua fundação até ao seu abandono, através de vários níveis de aproximação: contexto urbano e histórico, sítio de implantação, personalidades ligadas à sua fundação, conjunto monástico, adversidades provocada pelo rio Mondego e forma como esses problemas foram solucionados, até não se poder lutar mais contra a Natureza. Na segunda parte reconhece-se a relevância do processo evolutivo de salvaguarda, conservação e valorização do mosteiro, iniciado no séc. XX, o qual culminou na dotação de condições de visita do monumento: inicialmente, através da Direcção-Geral de Monumentos Nacionais, depois com o Instituto Português do Património Arquitectónico e, por fim, na colaboração deste com o Atelier 15.

Desta forma, é essencial estabelecer um paralelo entre o monumento e a intervenção contemporânea, a qual permitiu uma nova leitura do conjunto monástico através da consolidação da ruína, da implementação de circuitos de visita e da construção de um centro interpretativo de apoio. É este contexto que o presente trabalho se propõe discutir, reconhecendo que a história de Santa Clara-a-Velha é somatório de diversas variantes – local, natureza, homem – que promoveram o seu desenvolvimento e queda na Idade Média, e posterior renascimento e valorização, na época contemporânea.

Abstract

This essay chooses as its subject the Monastery of Santa Clara-a-Velha in Coimbra, unique example of mendicant gothic architecture in Portugal. Starting with the study of its history, from the foundation to abandonment, it is intended to provide critical insights into the valuation process of the monastic scene as a national monument, a process that culminated in the contemporary interpretation of the ruin and the site by Atelier 15 (Architects Alexandre Alves Costa, Sergio Fernandez and collaborators).

The study was divided in two parts. The first corresponds to the history of the monastery since its foundation until its abandonment, through various levels of approximation: the urban and historic site of implantation, personalities linked to its foundation, the monastic site, adversity caused by the river Mondego and how these problems were solved, when fighting nature was no longer possible. In the second part, it is intended to recognize the relevance of the evolutionary process of safeguarding, conservation and enhancement of the monastery, which begun in the 20th century and culminated in the provision of conditions for visiting the monument, initially through the Direcção-Geral de Monumentos Nacionais (general management of national monuments), then with the Portuguese Institute of Architectural Heritage, and finally, this last one in collaboration with Atelier 15.

Thus, it is essential to establish a parallel between the monument and the contemporary intervention, which allowed a new reading of the monastic ruin through consolidation, implementation of circuits of visit and the construction of an interpretive center for support. It is this context that this paper aims to discuss, recognizing that the history of Santa Clara-a-Velha is the sum of several variables – location, nature, man – that promoted its development and fall in the Middle Ages, and subsequent rebirth and recovery in modern times.

Índice

Introdução	11
Parte I. Da fundação ao abandono	17
1. Contexto urbano e histórico	19
1.1 A evolução da cidade de Coimbra	19
1.1.1 A cidade intramuralhas	21
1.1.2 Os arrabaldes	23
1.2 O rio Mondego e o problema das cheias nos edifícios religiosos	27
2. Cronologia: momentos relevantes na história de Santa Clara-a-Velha	33
3. O mosteiro de Santa Clara-a-Velha	37
3.1 A posição do mosteiro	37
3.2 O problema da fundação do mosteiro	37
3.3 Arquitectura do mosteiro de Santa Clara-a-Velha	43
3.3.1 Cerca	43
3.3.2 Igreja	47
Mesa	51
Cabeceira	53
Câmara do Tesouro	57
Claustro	57
Alçados	63
3.3.3 Outras dependências	65
Sala do Capítulo	65
Refeitório	67
Dormitório	69
Paço da Rainha	71
Hospital	73
3.4 O processo de abandono do mosteiro	75
Parte II: Do processo de valorização ao Centro de Interpretação	79
1. Cronologia: linhas de intervenção no mosteiro de Santa Clara-a-Velha	81
2. O tempo anterior à conservação do mosteiro de Santa Clara-a-Velha	89
3. O processo de valorização do mosteiro de Santa Clara-a-Velha	91
3.1 Conservação: reconstituições e demolições	93
3.2 Valorização: acesso ao público	111
3.3 Concurso público: programa e propostas	119
3.3.1 3º Classificado - CCG Architectos	121
3.3.2 2º Classificado - Inês Lobo Architectos	125
3.3.3 1º Classificado - Atelier 15	127
3.3.4 Análise comparativa das propostas	129
4. O centro interpretativo como leitura global do sítio - Atelier 15	135
4.1 Implantação: o sítio	135
4.2 Forma: contemporaneidade vs passado	139
4.3 Percursos: leitura do sítio arqueológico	143
4.4 Princípios de intervenção nas ruínas	147
Considerações Finais	155
Referências Iconográficas	159
Bibliografia	163

Introdução

A presente dissertação pretende constituir uma visão crítica sobre a história do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, desde a sua fundação, passando pelo seu abandono, até ao processo de valorização do conjunto monástico enquanto monumento nacional. É, ainda, objectivo deste trabalho, a síntese de informação e o estudo do Centro Interpretativo do Sítio Arqueológico, da autoria do Atelier 15 (Arquitectos Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez e colaboradores), obra contemporânea que complementa e dignifica o mosteiro.

A escolha do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha prende-se com um interesse pessoal que começou a crescer no 4º ano do Curso de Arquitectura da Universidade do Porto, quando a obra foi estudada na disciplina de História da Arquitectura Portuguesa. Visitas de lazer por Coimbra apenas permitiram conhecer a imagem romântica do monumento envolvido pelas águas do Mondego, faltava descobrir a história admirável da luta entre as Clarissas e a Natureza, a qual culminou numa das mais notáveis evoluções arquitectónicas que um edifício religioso do período medieval já mais conheceu. Esta singularidade, aliada à imagem da Rainha Santa como patrocinadora da obra e padroeira de Coimbra, levou a que a igreja fosse considerada monumento nacional e, por isso, alvo de intervenções de salvaguarda e conservação. Este processo de valorização do conjunto monástico culminou na criação de condições de visita ao interior da igreja, bem como da sua envolvente, e ainda, na edificação de um centro de interpretação do local e da sua história. Assim, pretende-se estabelecer um paralelo entre o monumento e a obra contemporânea, e dar a conhecer a visão de todos os que intervieram na recuperação do mosteiro.

A estratégia metodológica aplicada na dissertação está intimamente ligada à sucessão histórica dos acontecimentos que escreveram a crónica do mosteiro. O trabalho estrutura-se fundamentalmente em duas partes: da fundação ao abandono e do processo de valorização ao centro de interpretação, ou seja, a primeira parte está intimamente ligada à vida do mosteiro na época em que foi fundado, a época medieval, e a segunda parte está relacionada com o processo de salvaguarda, conservação e valorização do mosteiro a partir do séc. XX, dois momentos distintos que se complementam.

Na primeira parte, é necessário estabelecer uma visão do geral para o particular, ou seja, perceber como era Coimbra na época medieval para depois explorar a história e a arquitectura do mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Neste seguimento, é importante conhecer a Alta de Coimbra e os arrabaldes da margem direita para estabelecer um paralelo com os arrabaldes da margem esquerda do Rio Mondego e perceber os condicionalismos que permitiram que este lado fosse o local de eleição para a fixação de edifícios religiosos – Convento de Sant’Ana, Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Convento de S. Francisco, Convento de Santa Clara-a-Nova, Capela de Nossa Senhora da Esperança. Ainda no âmbito geral, é essencial falar do Rio Mondego e da constante variação do seu leito, facto que levou à extinção de vários edifícios religiosos em ambos os lados do rio.

Estabelecido o enquadramento geral, o estudo focaliza-se no mosteiro, explorando a sua história desde que foi fundado até à passagem para o Convento de Santa Clara-a-Nova. Na escolha do local de implantação do mosteiro há que destacar a figura de D. Mor Dias, senhora nobre que lutou, insistentemente, contra os cónegos regrantes do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, na edificação de um edifício religioso dedicado a Santa Clara. Contudo, foi sobretudo devido ao patrocínio da Rainha Santa Isabel que o mosteiro se desenvolveu e se tornou monumental, destacando-se como um dos mais distintos exemplos do gótico mendicante português. Torna-se, por isso, fulcral conhecer cada dependência do conjunto monástico, cada particularidade deste recinto de clausura feminina que se foi adaptando à subida das águas do Mondego até se tornar impossível inabitável, obrigando as monjas a partir para o Convento de Santa Clara-a-Nova, mais a cima na colina do Monte da Esperança. O abandono do primitivo cenóbio levou à sua ocupação e adaptação a propósitos menos sagrados, culminando na desfiguração da igreja, o único edifício que se sobreviveu à invasão da água e do lodo que se foi acumulando, engolindo as demais dependências.

Na segunda parte do trabalho, onde se pretende reconhecer a importância das campanhas de salvaguarda e conservação iniciadas no século XX, pela Direcção-Geral de Monumentos Nacionais (DGEMN) e concluídas pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). De facto, com a consciencialização da importância monumental do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, e posterior nomeação como monumento nacional, em 1910, não era admissível uma obra desta relevância continuar em ruínas.

Assim, entre os anos 30 e 70 do séc. XX, a DGEMN interveio na igreja com o intuito de restituir o seu aspecto primitivo, o que nunca chegou a acontecer na sua totalidade devido a uma série de acontecimentos históricos e técnicos. No entanto, o contributo desta entidade de salvaguarda de monumentos foi fulcral ao iniciar o processo de valorização de Santa Clara-a-Velha, através da demolição das dependências agrícolas que ocuparam a igreja e da reposição de elementos arquitectónicos perdidos ou danificados. Em 1989, a guarda do monumento passou para o IPPAR, o qual tinha como objectivo concretizar uma intenção que há muito se propunha para Santa Clara-a-Velha – a abertura ao público. Para tal, lançou um concurso de ideias com o objectivo de valorizar o monumento e a envolvente e dotar o espaço de condições de visita, mesmo com o monumento cercado por água. Afinal, esta tinha-se tornado na sua “imagem de marca”!

No entanto, o projecto vencedor não foi concretizado porque, no decorrer de escavações arqueológicas iniciadas em 1992, descobriram-se as estruturas do claustro maior, em relativo bom estado de conservação. Esta descoberta levou a uma nova fase da vida da igreja, a qual viria a ser posta em “ambiente seco” bem como todo o claustro maior. Porém, a abertura ao público estava ainda por se realizar porque o recinto ainda não detinha as condições necessárias para a sua visita. Assim, em 2004, foi lançado um concurso, ganho pelo Atelier 15, cuja ideia previa a consolidação da ruína através da recolocação de alguns elementos arquitectónicos, implementação de um circuito de visita que permitisse a leitura do conjunto monástico e construção de um novo edifício, a sul do claustro, para um centro de interpretação. Com o intuito de evidenciar o que foi implementado em Santa Clara, o último capítulo centra-se na análise da intervenção do Atelier 15 nas pré-existências do conjunto monástico de Santa Clara-a-Velha e no estudo da estrutura museológica de leitura global da igreja e da envolvente. Este estudo pretende, ainda, comprovar a qualidade inegável da arquitectura da estrutura museológica, obra recente e, por isso, pouco documentada.

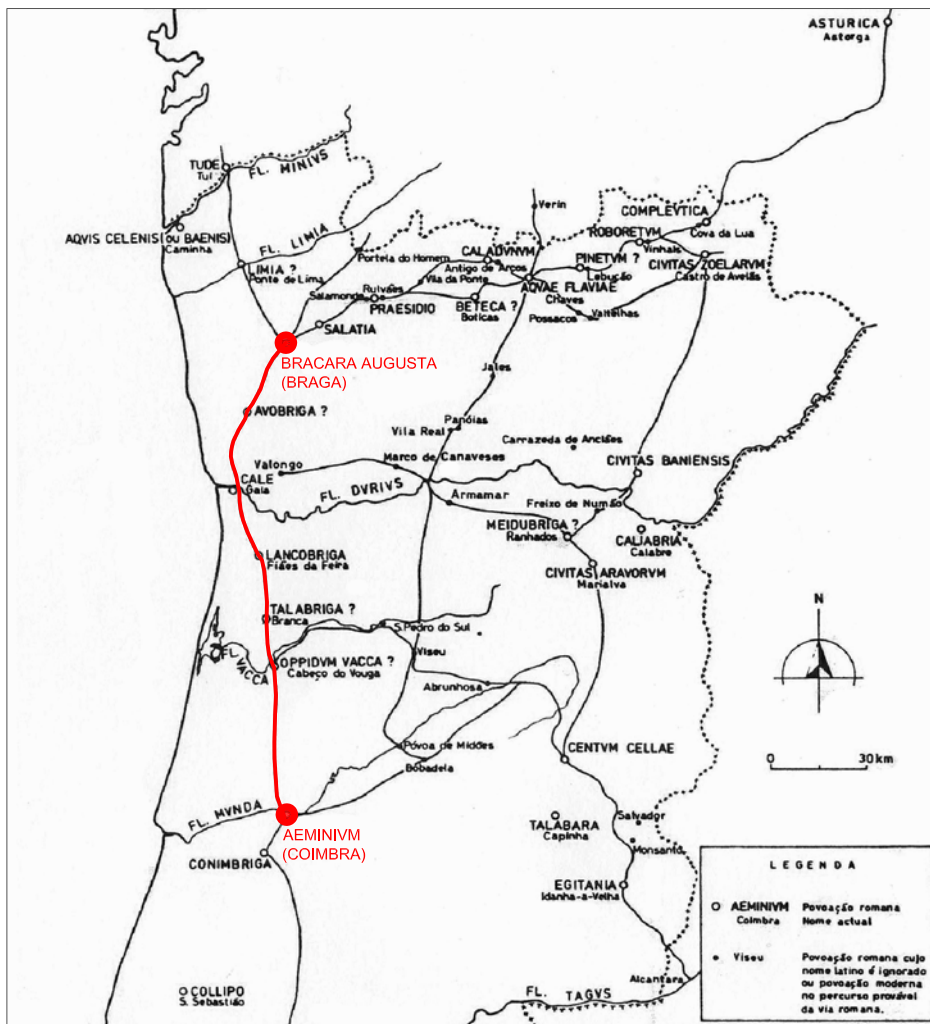
É este contexto que o presente trabalho se propõe analisar, discutir e estabelecer paralelos, reconhecendo que a história de Santa Clara-a-Velha é somatório de diversas variantes – local, natureza, homem – que promoveram o seu desenvolvimento e queda na Idade Média, e posterior renascimento, na época contemporânea.

Parte I

Da fundação ao abandono



01: Mapa da Hispânia Antiga. Fonte: www.exploremed.com



02: Mapa das vias e povoações da parte norte de Portugal. Planta de Jorge Alarcão.
 — Porção da via Olisippo - Bracara Augusta (de Coimbra a Braga)

1. Contexto urbano e histórico

Para compreender os factores que influenciaram a localização e fundação do mosteiro de Santa Clara-a-Velha, objecto de estudo da presente prova, é necessário elaborar um sucinto contexto urbano e histórico da cidade de Coimbra.

1.1 A evolução da cidade de Coimbra

A génese e o desenvolvimento da cidade de Coimbra derivam de factores particulares como o sítio de implantação e a posição no panorama geográfico regional e nacional. Coimbra nasceu junto ao cruzamento entre duas vias importantes – o Rio Mondego e a via romana Olissipo-Bracara Augusta. Em tempos antigos era possível navegar o Mondego até à foz do Dão, via que só foi abandonada em 1940.¹ Desde os romanos, a cidade era atravessada pela via terrestre Olissipo-Bracara Augusta, via de carácter relevante pois permitia a ligação entre o Norte e o Sul do território. De facto, a cidade localiza-se no ponto mais propício para o atravessamento do rio (menor altura de água e relevo menos acidentado), o qual trouxe vantagens comerciais, permitindo o desenvolvimento de Coimbra. Situada estrategicamente numa colina calcária² voltada para o Mondego, o sítio de implantação de Coimbra constituía um forte natural, rodeado de pendentes íngremes à excepção da extremidade Sudeste, que permitia a ligação com outras colinas.

Esta conjuntura explica a fixação de população em Coimbra. Segundo J. Alarcão,³ terá existido ocupação pré-romana no dorso meridional da colina eminiense. Contudo, os primeiros a ocupar inegavelmente Coimbra foram os romanos⁴ que denominaram a localidade de *Æminium*. Com a investida dos suevos, a influência do Império Romano terminou no séc. V. Coimbra foi, então, ocupada e conquistada por diversos povos, destacando-se os visigodos, que a designaram de

¹ Alarcão (1987, pág. 87) citado em Oliveira (2008), pág. 27.

² Alarcão (2008), pág. 13. Morro com a forma de um ovo, com 108 m de altura (cota actual), estando as zonas mais baixas a 19 m (altura superior à época romana ou medieval). A colina coimbrã é ladeada por dois vales profundos que correspondem às zonas actuais da Avenida Sá da Bandeira e Rua de Olímpio Nicolau Rui Fernandes.

³ Alarcão (2008), pág. 11.

⁴ Construíram, entre outras coisas, uma ponte de pedra e fortaleceram um caminho ibérico existente transformando-o na via Olisipo-Bracara, parte do grande sistema viário romano. Destaque para o Fórum, vários templos, o teatro e anfiteatro, terma, etc.



03: Coimbra Medieval (editado em livro em 1598). Gravura de Braun Hogenberg.

Legenda:

- a - Convento de Sant'Ana (arruinado)
- b - Convento de S. Francisco da Ponte
- c - Mosteiro de Santa Clara-a-Velha

Emínio e a transformaram num importante centro administrativo durante quatro reinados.⁵ Em 714, os muçulmanos tomaram a região chamando-a de Colímbria, a qual só foi reconquistada em 1064, pelas tropas cristãs de D. Fernando Magno. Com a ocupação dos cristãos, a cidade desenvolveu-se e fortificou-se.

1.1.1 A cidade intramuralhas

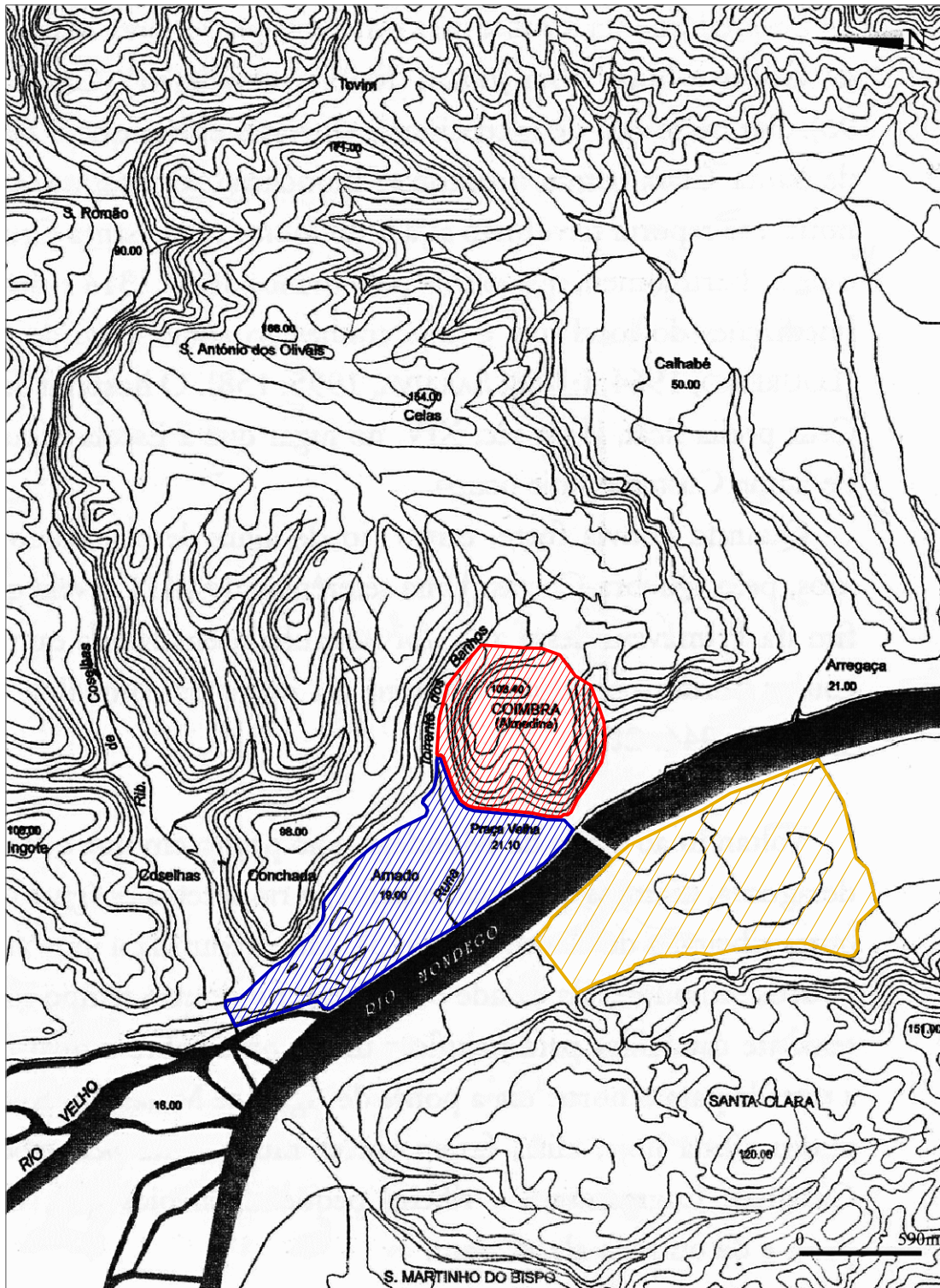
A sua muralha foi, muito provavelmente, construída no início do séc. XII: desde o castelo, passando na Porta da Traição a Sudoeste, chegando à Porta da Almedina a Norte, continuando pela Couraça dos apóstolos e terminando na Porta do Sol, junto ao castelo. Grande parte da população vivia na zona intramuralhas, espaço não muito grande, não totalmente ocupado,⁶ marcado por edificações de destaque como a alcáçova fortificada, o castelo, o Paço dos Bispos e algumas igrejas paroquiais. No século XII, Coimbra apresentava uma estrutura urbana dividida entre a cidade alta – a Alta ou Almedina – onde vivia a nobreza e o clero (e mais tarde os estudantes) e a cidade baixa – a Baixa – onde se localizava o comércio, o artesanato e os bairros ribeirinhos populares.

A partir de 1130, a cidade é alvo de um forte crescimento que se iria repercutir em obras de carácter relevante tais, como o Mosteiro de Santa Cruz, a Ponte Afonsina, várias igrejas paroquiais, a Sé, a Alcáçova e o Paço Episcopal. Em 1131, foi iniciada a construção do Mosteiro de Santa Cruz, patrocinada pelo rei D. Afonso Henriques, e em 1132, dá-se início à construção da ponte afonsina, em pedra, provavelmente aproveitando partes da antiga ponte romana.⁷ Esta ponte era rematada por uma torre onde se fazia o controlo da entrada na cidade. Na Almedina, destacam-se as igrejas paroquiais de S. João de Almedina, Igreja do Salvador, Igreja de S. Pedro, Igreja de S. Cristóvão, Igreja de S. Miguel e a Sé. A Sé e a Alcáçova (residência do rei e da corte) eram o pólo central do planalto da Alta; para poente, os Paços da Alcáçova dominavam o casario das encostas Oeste e Sul; para Este destacava-se o Castelo. O Paço Episcopal situava-se entre os dois dorsos do morro

⁵ Correia (2005), pág. 23. Os quatro reinados foram: Recáredo (586-601), Liúva (601-603), Sisebuto (612-621) e Chintila (636-640).

⁶ Alarcão (2008), pág. 11. No caso de Coimbra não houve sobrepovoamento da cidade intramuralhas. “Até ao séc. XIII, sempre sobrou espaço”.

⁷ Alarcão (2008), pág. 27. Alteram-se pilares antigos, construíram-se novos arcos e lançou-se um tabuleiro novo.



04: Topografica de Coimbra. Planta de Jorge Alarcão.
Limites hipotéticos dos arrabaldes de Coimbra.

Legenda:

- Almedina (densificada)
- Arrabalde da Praça Velha ao Arnado (em crescimento)
- Arrabalde de Santa Clara (difuso)

coimbrão, onde foi implantado o fórum romano e onde hoje se encontra o Museu Nacional Machado de Castro.

Durante o séc. XIV, instalaram-se na cidade os Estudos Gerais, sob protecção de D. Dinis. Entre o séc. XIII e XV deu-se um abrandamento no crescimento da cidade devido às cheias, à fome e ao surto de peste de 1348 que reduziu em cerca de um terço a população.⁸ Em 1537 dá-se outro acontecimento relevante aquando da instalação definitiva da Universidade de Coimbra, pelo rei D. João III.

1.1.2 Os arrabaldes

Coimbra desenvolveu-se, também, na zona baixa da colina, próxima do rio. Nos arrabaldes, estabeleceram-se pequenos núcleos habitacionais⁹ dispersos ligados às igrejas de S. Bartolomeu, Santiago e Santa Justa, promovendo espaços públicos de referência na cidade. Este desenvolvimento deveu-se, sobretudo, à proximidade do rio, da ponte e da antiga via romana Olissipo-Bracara Augusta.

As ordens religiosas estabeleceram-se em Coimbra ao longo do séc. XIII, elegendo, frequentemente, pontos próximos dos acessos da cidade. O primeiro mosteiro edificado nos subúrbios de Coimbra, na margem direita do Mondego, foi o de Santa Cruz, dos cónegos regrantes de Santo Agostinho. A partir da ponte existia um caminho directo à igreja de S. Bartolomeu¹⁰ e desta para a igreja de Santiago,¹¹ que se situava numa zona denominada de Coruche, ambas na actual Praça do Comércio. Existia, também, a igreja de Santa Justa¹² e o convento de S. Domingos,¹³ edificados no Terreiro da Erva e posteriormente transferidos para a Rua da Sofia,

⁸ M. H. Cruz Coelho (1992, pág. 340) citado em Correia (2005), pág. 27. Calcula-se que tenham ficado entre 6.000 a 4.000 habitantes.

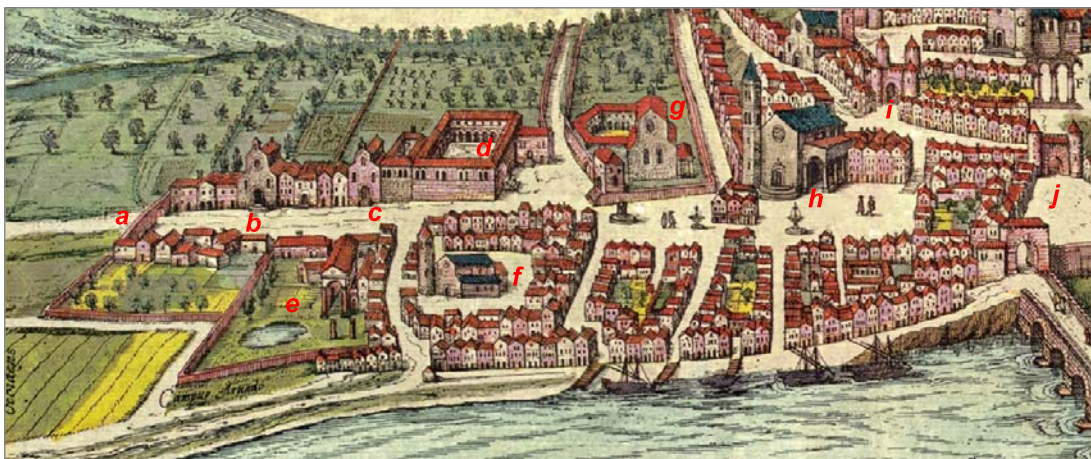
⁹ Alarcão (2008), pág. 10 e 145. Observou-se uma “urbanização mais planeada entre o Arnado e Santa Cruz e outra, a sul, mais espontânea.” Um documento de 1126 fala do *aravalde Sancte Juste* (Santa Justa).

¹⁰ Crê-se que a igreja já existia no séc. X. Em 957, foi doada ao Mosteiro de Lorvão e remodelada durante o período românico. No século XVIII, estava em ruínas, pelo que foi demolida e reconstruída segundo tipologia barroca. A primeira pedra da obra actual foi lançada no dia 16 de Julho de 1756.

¹¹ Alarcão (2008), pág. 150. Igreja sagrada em 1206. Desconhece-se a data de início de obras. “(...) quem vinha da ponte tinha de subir até S. Tiago e quem continuava caminho descia até Santa Cruz”.

¹² No séc. 12, a igreja de Santa Justa situava-se no actual parque de estacionamento do Terreiro da Erva. Em 1567, passou a colegiada e em 1708, os clérigos tiveram que abandonar a igreja devido às cheias do Mondego. A 24 de Agosto de 1710, lançou-se a primeira pedra da nova igreja na Rua de Sofia, sendo sagrada a 28 de Fevereiro de 1724.

¹³ Figueiredo (1996), pág. 87. Fundado pelas filhas de D. Sancho I, D. Teresa e D. Branca. Em 1227, os edifícios já eram habitados. Segundo J. Alarcão (2008, pág. 185), o sítio primitivo de implantação estaria entre as actuais ruas do Carmo e da Nogueira ou de João Cabreira. Em 1546, D. Manuel I obteve autorização do Papa Júlio II para que se realizasse a construção de um novo mosteiro. Os frades ficaram em instalações provisórias até à total conclusão do convento em 1566.



05: Arrabaldes da margem direita. Pormenor da gravura de Braun Hogenberg (fig. 03, pág. 20).

Legenda:

- a - Porta de Santa Margarida
- b - Colégio de Nossa Senhora da Graça
- c - Colégio de S. Bernardo
- d - Tribunal da Inquisição
- e - Convento de S. Domingos
- f - Igreja de Santa Justa
- g - Mosteiro de Santa Cruz
- h - Igreja de S. João de Santa Cruz
- i - Porta da Almedina
- j - Portagem



06: Coimbra em 1838. Estampas Coimbrãs. Vista do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha (a) e dos conventos de S. Francisco (b) e Santa Clara-a-Nova (c).

após os primitivos terem sido destruídos por cheias.

Os pequenos núcleos iniciais encontravam-se, agora, interligados. Comerciantes e artesãos juntavam-se na Praça Velha ou no cais, o povo miúdo encontrava-se nos adros das igrejas. Nos arrabaldes existiam, ainda, judiarias¹⁴ como a que ficava entre as ruas Corpo de Deus e Martins de Carvalho, que, em 1370, foi parcialmente abandonada, transferindo-se os seus moradores para a Judiaria Nova na Rua Direita. Os arrabaldes de Coimbra não se limitaram apenas à baixa da cidade, estenderam-se até à margem esquerda do rio. Aqui desenvolveu-se outro núcleo religioso forte, constituído pelos conventos de Sant'Ana (1174-1184) e S. Francisco da Ponte (1247-1362) e pelo mosteiro de Santa Clara-a-Velha (1286-1330).¹⁵ O convento de Sant'Ana localizava-se a montante da ponte e proporcionou, em 1174, o desenvolvimento da urbanização da margem esquerda. S. Francisco ficava mais para Norte, a jusante da ponte. Santa Clara foi a principal influência no desenvolvimento da povoação da margem esquerda devido às proporções do recinto e edifícios religiosos. Todas estas casas religiosas sofreram com os avanços do Mondego mas apenas S. Francisco e Santa Clara edificaram novos conventos em locais a salvo das cheias.

Os arrabaldes de Coimbra eram constituídos, sensivelmente, por três zonas: a primeira, na margem direita, ia desde a encosta dos Judeus, a Sul, passando pela actual Rua de Montarroia, a Norte, destacando-se o mosteiro de Santa Cruz, as igrejas de S. Bartolomeu e Santiago, e um núcleo de construções acasteladas do séc. XIII,¹⁶ a segunda, denominada de Arnado, continha os conventos de Santa Justa e S. Domingos, e três portos ribeirinhos, sendo maioritariamente habitado por artesãos,¹⁷ a última zona, na margem esquerda, era limitada pela ponte, pelo rio e pela via que passava no mosteiro de Santa Clara.

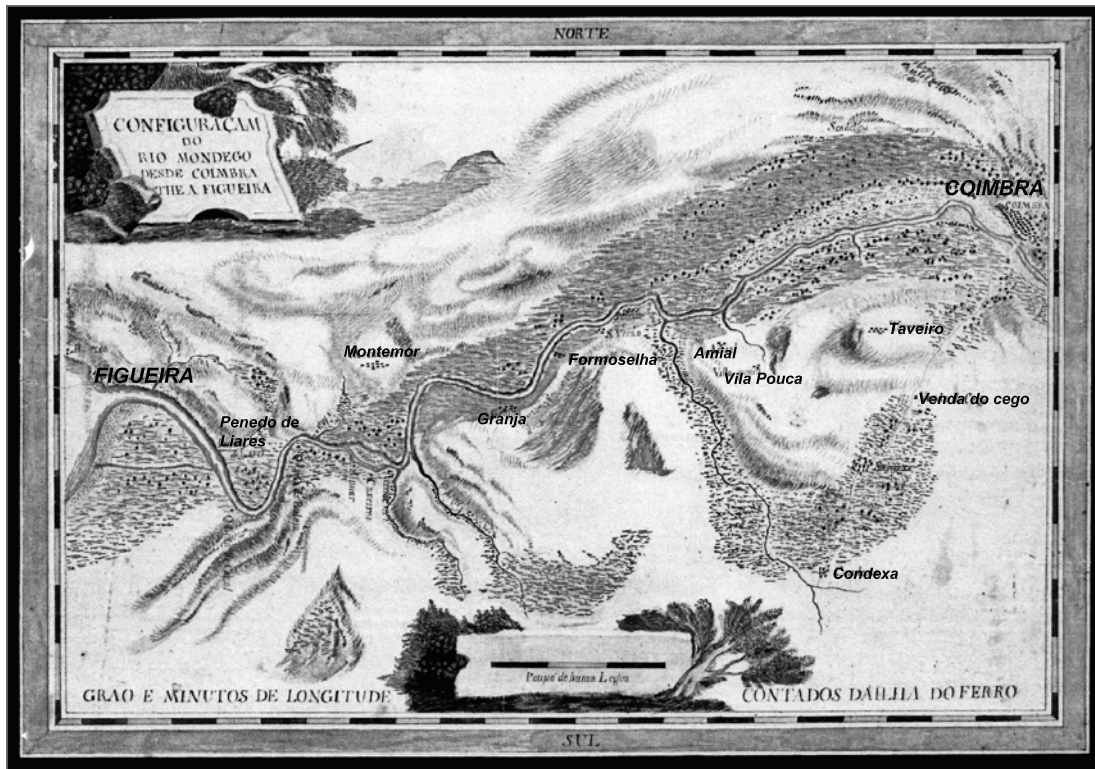
O arrabalde da margem esquerda não foi significativamente ocupado por núcleos urbanos contudo, foi importante na fixação de conventos por estar junto à ponte de entrada na cidade e por ter vista privilegiada sobre esta. Todavia, esta margem foi a mais afectada pelas cheias do Mondego traduzindo-se em situações de desastre para os conventos aí fixados.

¹⁴ Alarcão (2008), pág. 151. A existência de Judeus em Coimbra é datada de meados do séc. X.

¹⁵ Datas relacionadas com o período de edificação da igreja já que o desenvolvimento das estruturas monásticas destes três conventos se dilatou no tempo.

¹⁶ Alarcão (2008), pág. 169.

¹⁷ Alarcão (2008), pág. 182 e 183. Alfaiates, sapateiros, ourives, etc.



07: Configuração do Rio Mondego, desde Coimbra The à Figueira, séc. XVIII.
Autor desconhecido, propriedade do Instituto Geográfico Português (Inv. N° CA 324).

1.2 O rio Mondego e o problema das cheias nos edifícios religiosos

Importa, agora, perceber a evolução do Mondego durante a Idade Média e que consequência trouxe tanto para a margem direita como para a margem esquerda de Coimbra.

Na Idade Média, desaguava no Mondego uma ribeira denominada de Coselhas, hoje reduzida a uma vala mas “noutro tempo suficientemente caudalosa para justificar uma ponte sobre a qual passava a estrada para o norte: era a ponte de Águas de Maias”.¹⁸ A inclinação do leito do Mondego, de Coimbra até à foz do rio, é reduzida o que levou a que as terras e areias que se soltavam das margens fossem arrastadas pela corrente, depositando-se principalmente a partir de Coimbra para jusante. Assim, a inundação das margens do Mondego foi provocada pelo alteamento do leito do rio e pela irregularidade do caudal da sua bacia hidrográfica.¹⁹

As cotas da baixa de Coimbra estão, actualmente, entre os 19 e os 20 m. Relativamente ao séc. XII, foram alteadas em alguns metros. O local onde o mosteiro de Santa Cruz foi edificado, em 1130, rondava os 16 ou 17 m. Na época, subiam-se alguns degraus para entrar na igreja.²⁰ D. Sancho I escreve uma memória sobre Santa Cruz, dizendo: “estando o ar sereno, sobreveio huma chuva tão notável que parece se tornavaõ abrir cataratas do céu. Em menos de huma hora se encheu o ribeiro que passa por baixo do mosteiro, e não cabendo a água na mãe redundou de sorte que em menos de hum hora se alagou todo o mosteiro”.²¹

O primitivo Convento de Sant’Ana de Coimbra, mais comumente conhecido como *Celas da Ponte*, foi fundado no ano de 1174, por D. Nicolau de Santa Maria, cónego regente da Congregação de Santa Cruz de Coimbra. A obra só viria a estar concluída em 1184 e teve como primeira priora D^a. Joana Pais, sobrinha do bispo D. Miguel Salomão,²² vinda do Convento de S. João das Donas. Todos os invernos, o convento era fustigado por cheias que causavam grandes inundações e depósito de areias dentro do edifício, tornando-o num local inadequado para viver. Neste seguimento, em 1561, as freiras transferiram-se para uma quinta em São Martinho do Bispo, arredores de Coimbra, doada pelo bispo D. João Soares, en-

¹⁸ Alarcão (2008), pág. 19.

¹⁹ Correia (2005), pág. 11.

²⁰ Alarcão (2008), pág. 17.

²¹ Tavares (2004, pág. 465) citado em Alarcão (2008), pág. 18.

²² Bispo entre 1158 e 1176.

quanto não construíam outro convento, em local protegido das cheias do rio. Embora a quinta apresentasse poucas condições de habitabilidade, mantiveram-se nela até que o bispo-conde D. Afonso de Castelo Branco autorizou a construção de um novo edifício cuja primeira pedra foi lançada, pelo próprio, a 23 de Junho de 1600, na *Eira das Patas*, junto à cerca de S. Bento, actual Jardim Botânico. Sabe-se que a construção demorou nove anos e meio, entrando as freiras para o novo convento em Fevereiro de 1610. Do primitivo convento nada restou pois as areias do Mondego foram-no invadindo até o cobrirem totalmente.

O mesmo destino teve S. Francisco da Ponte, erigido no sopé da colina de Santa Clara, “(...) da parte de baixo da ponte na margem esquerda do Mondego sobranceira ao rio vinte degrãos”.²³ Fundado por D. Pedro e patrocinado pela infanta D. Constança, filhos do rei D. Sancho I, começou a ser construído em 1247. A igreja foi sagrada a 20 de Fevereiro de 1362.²⁴ Com o passar do tempo e o acumular de areias, o leito do rio elevou-se de tal forma que ultrapassou a cota de entrada no edifício. Em 1506, o rei D. Manuel conseguiu uma bula do Papa Júlio II que autorizava a mudança dos franciscanos para outro local. Contudo, só no ano de 1594 o convento foi completamente abandonado. A 2 de Maio de 1602, o bispo-conde D. Afonso de Castelo Branco lançou a primeira pedra do novo edifício religioso, desenhado por Vicenzo Casale, sendo Isidro Manuel o mestre-de-obras. O novo convento foi ocupado a 29 de Fevereiro de 1609. O que restava do mosteiro medieval foi sendo destruído pelo rio bem como pelas obras na ponte.

Uma memória de 1331,²⁵ diz que “foy em Cojimbra a mayor chea que nunca foy depois do diluvjo de Noe e quebrou quatro piores da ponte e derribou mujntas casas e chegou aagua acima da rua do hospital (...)” Este foi o ano da primeira inundação de Santa Clara, ano de chuvas excepcionais que aumentaram o leito do rio mais do que era habitual. Frei Luís de Sousa publicou, em 1623, a *História de S. Domingos*, na qual diz: “Sendo corridos trezentos anos (1520?) da fundação [do convento dominicano], vierão a ser tão grandes as enchentes do Mondego, que acontecia de inverno estar o Convento muitos dias feito ilha, e posto em cerco (...) Começava-se a sentir outro [dano] mais temeroso que era hir a continuação das ágoas

²³ Pereira, J. A. (1853) citado em Lopes (1998), pág. 13.

²⁴ Lopes (1998), pág. 15. Sagrada por D. Vasco, arcebispo de Toledo que havia fugido de Espanha devido às perseguições de D. Pedro, o cruel.

²⁵ Alarcão (2008), pág. 19.

socavando, e enfraquecendo as paredes, que de seu não são muito fortes, e temia-se humã ruína súbita.”²⁶

Peritos calcularam que a subida do leito do rio foi de quase um centímetro por ano, ou seja, em cada cem anos, o rio aumentou um metro. Desde a romanização até à estabilização do leito, crê-se que o Mondego tenha subido 14 m.²⁷ O momento em que o leito do rio estabilizou remonta à cerca de dois séculos atrás, quando passou a dispor de um declive contínuo, encontrando-se actualmente na cota dos 16 m.²⁸ Nas palavras de Raul Proença, “as cheias do Mondego têm sido para Coimbra e seus monumentos o que foram para Lisboa os tremores de terra”.²⁹

No capítulo seguinte iremos ver como a escolha do sítio de implantação do mosteiro de Santa Clara-a-Velha foi largamente afectada pela evolução do Mondego que se acaba de descrever.

²⁶ Alarcão (2008), pág. 17 e 18.

²⁷ Correia (2005), 11.

²⁸ Oliveira (2008), pág. 57. Walter Rossa defende, ainda, que os avanços da Engenharia Hidráulica muito beneficiaram o controlo das cheias do rio. Ainda neste século, a plantação da Mata do Choupal ajudou a fixar o solo adjacente ao rio.

²⁹ Raul Proença (1930) citado em Correia (2005), pág. 11.

2. Cronologia:

Momentos relevantes na história de Santa Clara-a-Velha

Fontes:

Vasconcelos, António de. *Rainha Santa Isabel. Parte I : culto antes da canonização*. Coimbra : Alma Azul, 2005.

Vasconcelos, António de. *Rainha Santa Isabel. Parte II : culto depois da canonização*. Coimbra : Alma Azul, 2007.

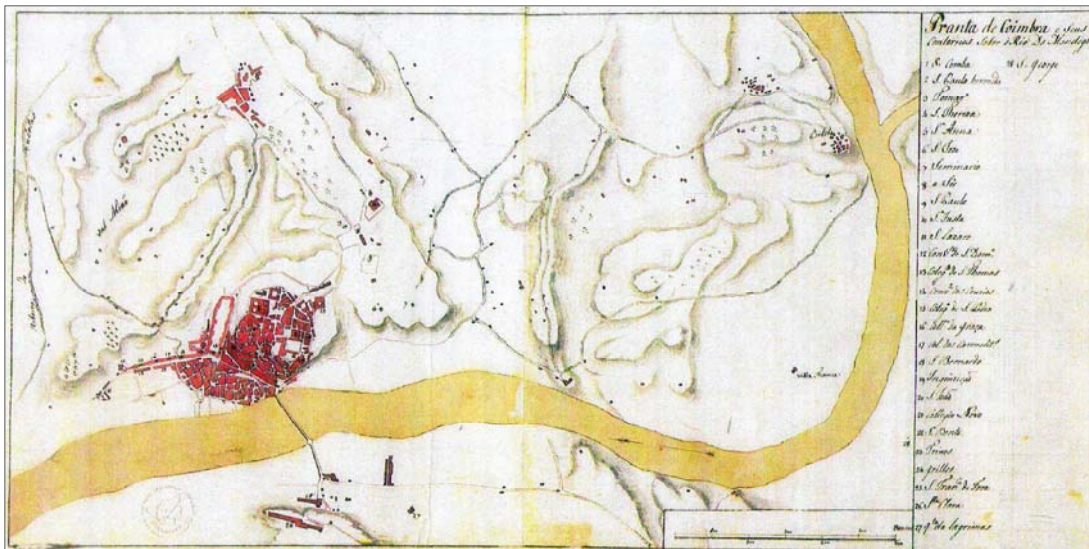
www.monumentos.pt

A c o n t e c i m e n t o s G e r a i s**M o s t e i r o d e S a n t a C l a r a**

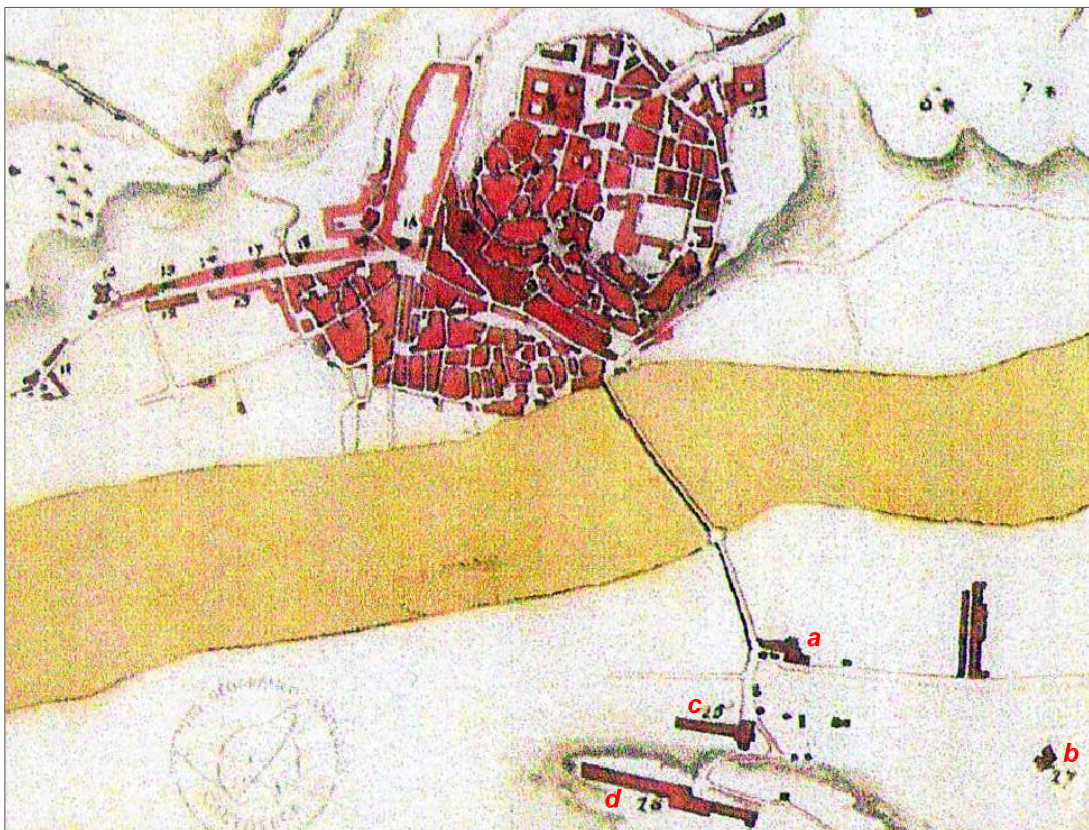
1250	D. Mor Dias toma hábito no mosteiro das Donas de Coimbra, anexo ao mosteiro masculino de Santa Cruz.	
1280	D. Mor Dias abandona o mosteiro das Donas para fundar um novo mosteiro dedicado a Santa Isabel da Hungria e Santa Clara.	
1283	A 13 de Abril, D. Mor Dias obtém licença para fundar o novo mosteiro pelo bispo de Coimbra, D. João Martins de Soalhães.	
1286		A 28 de Abril, D. João Martins de Soalhães lançou a primeira pedra.
1287	Entrega do mosteiro à Ordem de Santa Clara, a 2 de Janeiro.	
1302	D. Mor Dias falece a 29 de Janeiro, sendo sepultada no mosteiro que patrocinou.	
1311	D. João Martins de Soalhães ordena a extinção do mosteiro devido a conflitos com os cônegos regrantes de Santa Cruz.	
1314	A 10 de Abril, o Papa Clemente V, por intermédio da rainha D. Isabel, redige beneplácito para a fundação de um novo mosteiro dedicado a Santa Clara.	
1316		Início da construção do novo mosteiro no mesmo local de implantação do primitivo cenóbio pelo mestre-de-obras Domingo Domingues. Edifícios velhos renovados e ampliados e primitiva igreja transformada em Casa do Capítulo.
1322	A 27 de Outubro, uma bula do Papa João XXII refere Paço da Rainha e concede licença para fundação do hospício.	
1325	A rainha D. Isabel instala-se definitivamente no mosteiro após a morte do marido (7 Janeiro), o rei D. Dinis, entrando em clausura.	
1326		Mestre Estevão Domingues, sobrinho de Domingos Domingues, inicia a construção dos claustros e continua as obras na igreja.
-		
1327		
1330		Sagração da igreja pelo bispo de Coimbra, D. Raimundo, e pelo bispo de Viseu, D. Arnaldo.
1331	A 18 de Fevereiro dá-se a primeira cheia que cobre a zona central da igreja. Domingo Domingues morre sendo substituído em todas as obras pelo seu sobrinho.	D. Isabel manda construir um piso superior (mesa), a meia altura da igreja, para salvar o seu túmulo.
1333	Agrava-se o assoreamento do edifício.	Conclusão do Hospício.
1336	A 4 de Julho D. Isabel morre em Estremoz, sendo posteriormente sepultada na igreja do mosteiro de Santa Clara.	Data provável para a conclusão da mesa.
Séc. XV		Data provável para ampliação da mesa. Construção de arcadas nas naves para a suportar.

A c o n t e c i m e n t o s G e r a i s**M o s t e i r o d e S a n t a C l a r a**

Séc. XVI	Qualquer cheia inunda o mosteiro.	No início do séc., durante o reinado de D. Manuel I, a igreja é decorada com azulejos mudéjares e sevilhanos, alteres com ointuras e esculturas flamengas e alemãs.
1559	Sismo faz abater o Paço da Rainha cujos alicerces já estavam minados pela água.	
Séc. XVI - XVII	Na transição do séc., o bispo-conde D. Afonso Castelo-Branco patrocina a construção de um arcossólio para abrigar o túmulo de prata e cristal da rainha.	A parede divisória do espaço eclesiástico, na nave sul, é alargada em ambos os lados para suportar o arcossólio da rainha.
1612 -	O piso térreo do mosteiro fica coberto de água, tornando a vida no mosteiro insuportável.	Construção de piso em toda a extensão da igreja, na continuação da mesa.
1615	D. Afonso Castelo-Branco manda construir piso para alojar o túmulo da rainha.	
1647	D. João IV redige alvará no qual autoriza a mudança das clarissas e transladação do túmulo da rainha para o Monte da Esperança.	
1649		Lançamento da 1ª pedra de Santa Clara-a-Nova, da autoria do beneditino Frei João Turriano, engenheiro-mor do reino.
1669	Aguarela Panorâmica de Coimbra, do pintor florentino Pier Maria Baldi, documentando a viagem de Cosme de Médicis à Europa Ocidental.	
1677	A 29 de Outubro Santa Clara-a-Velha é definitivamente abandonada. As clarissas mudam-se para o novo convento que ainda não está terminado.	
1696	Sagração do convento de Santa Clara-a-Nova, a 26 de Junho, pelo bispo de Coimbra, D. João de Melo.	Conclusão da construção de Santa Clara-a-Nova.
1770	Aforamento das ruínas do mosteiro ao capitão José Alves Faria.	
1780		Mesmo com o mosteiro em ruína o culto à Rainha Santa continua. Arcossólio remodelado e paredes cobertas com pinturas ingénuas.
séc. XIX		Mosteiro adaptado a habitação, armazém agrícola e curral. Para tal, taparam-se portas e janelas, destruiu-se a rosácea da fachada oeste para abrir uma porta e transformou-se a abside em eira.
1834	Extinção das Ordens Religiosas.	
1853	António Maria Osório compra a igreja e o terreno do mosteiro para uso privado.	



08: Pranta de Coimbra e seus contornos sobre o Rio Mondego, séc. XVIII.
 Autor desconhecido, propriedade do Instituto Geográfico Português (Inv. Nº CA 393).



09: Pormenor da Pranta de Coimbra e seus contornos sobre o Rio Mondego, séc. XVIII.
 A Alta e a margem esquerda de Coimbra. Construções importantes na margem esquerda.

Legenda:

- a - Mosteiro de Santa Clara-a-Velha
- b - Quinta das Lágrimas
- c - Convento de S. Francisco
- d - Convento de Santa Clara-a-Nova

3. O mosteiro de Santa Clara-a-Velha

3.1 A posição do mosteiro

Como vimos, os conventos de Sant’Ana e S. Francisco da Ponte e o mosteiro de Santa Clara-a-Velha escolheram a margem esquerda do Mondego, perto da ponte, à entrada da cidade de Coimbra, para se instalarem.

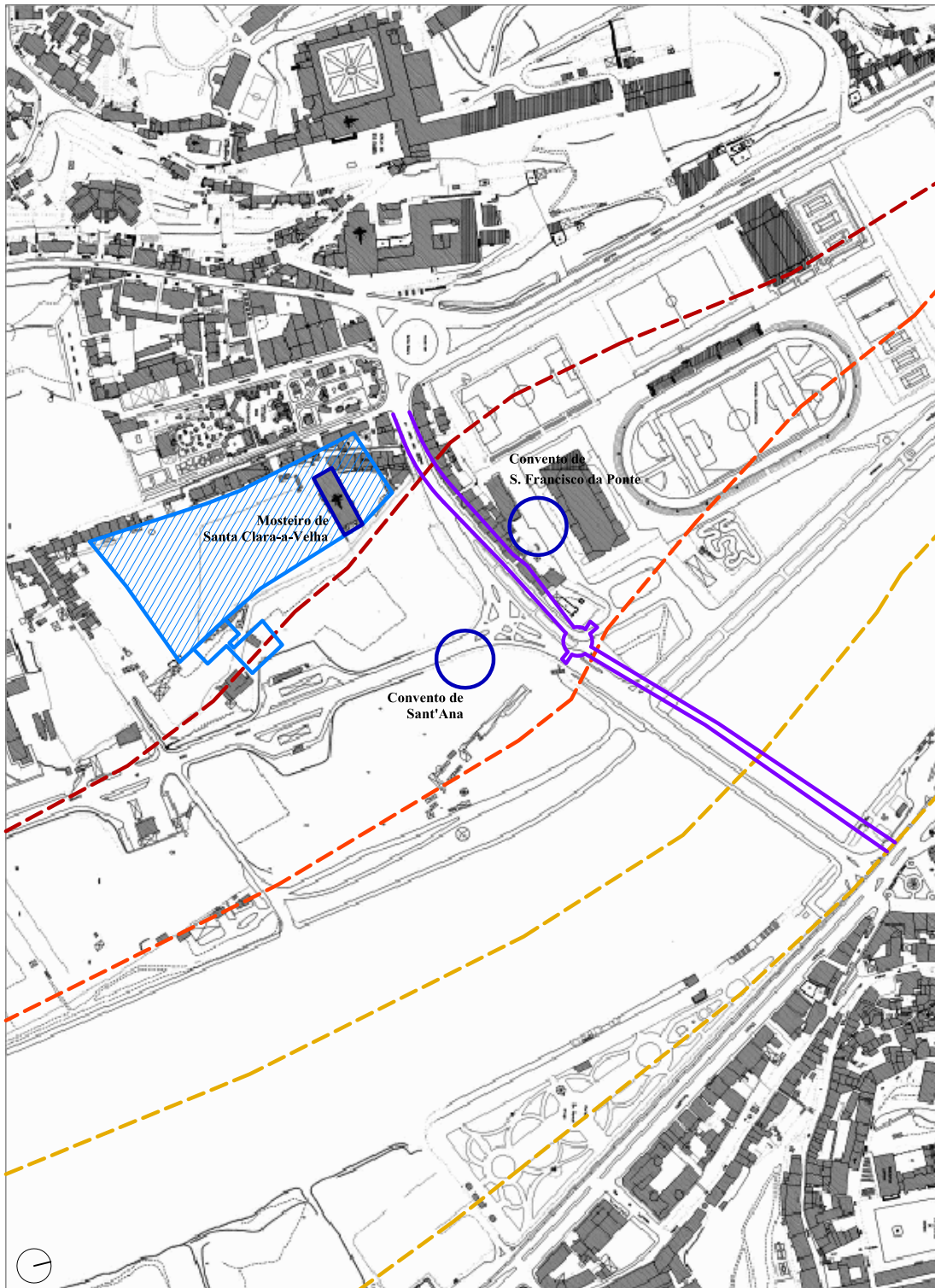
O mosteiro de Santa Clara-a-Velha, para além de ocupar lugar de destaque devido à monumentalidade do conjunto monástico, era um pólo de atracção religiosa: primeiro, porque acolhia mulheres que haviam decidido retirar-se da *vida comum*, segundo, porque o burgo desenvolveu-se através da implantação de um paço e de um hospício pela sua principal mentora, a Rainha Santa, por último, porque este foi o sítio onde inicialmente repousaram os restos mortais da Rainha, tornando-se num local de peregrinação. A proximidade de dois conventos, da cidade e da rede viária que liga as duas metades do país e a relativa abundância de recursos naturais, fizeram do local de implantação do mosteiro de Santa Clara, um lugar singular para a fixação de um mosteiro de clausura feminina.

No séc. XVI, o convento de Sant’Ana mudou-se para a margem direita, já o de S. Francisco e o de Santa Clara escolheram níveis mais altos no Monte da Esperança. Esta transferência assinalou um novo desenvolvimento da margem esquerda, onde os recentes conventos tomaram posições de grande impacto urbano em confronto com o pólo universitário da Alta. Em vez de ser o “lado de lá” do centro, a zona negligenciada ou de passagem, o núcleo urbano de Santa Clara permitiu estabelecer uma relação de complementaridade com a margem direita. Contudo, a posição do mosteiro de Santa Clara, próxima do rio, viria a mostrar-se problemática logo após a sua fundação.

3.2 O problema da fundação do mosteiro

A iniciativa de fundar em Coimbra uma casa religiosa dedicada a Santa Clara partiu de D. Mor Dias, “senhora de alta linhagem”.³⁰ “A criação de casas religiosas era entendida então como uma espécie de investimento familiar tendo em vista a edu-

³⁰ Martins (1997), pág. 13. D^a. Mor Dias era filha do alcaide de Coimbra e sobrejuiz do rei, D. Vicente Dias, bisneta do chanceler Julião Pais, irmã de D. Teresa Dias, priora do Mosteiro de Sant’Ana.



10: Planta de localização do mosteiro de Santa Clara-a-Velha, localização hipotética dos conventos de S. Francisco da Ponte e Sant'Ana e evolução do limite do Rio Mondego.

Legenda:

- Limite do rio Mondego no séc. XII (margem direita e margem esquerda)
- Limite do rio Mondego nos finais do séc. XVII (margem esquerda)
- Limite do rio Mondego no séc. XIX (margem esquerda)
- Traçado da ponte até 1845
- Traçado hipotético do Paço da Rainha e Hospício
- ▨ Traçado hipotético da cerca do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha

cação e a guarida das mulheres.”³¹ A escolha do local não se mostrou difícil dado que esta dama da nobreza possuía terrenos na margem esquerda do rio Mondego, perto dos conventos de Sant’Ana e S. Francisco. O cronista Frei Manuel da Esperança refere que D. Mor Dias “deulhe sitio em hua herdade sua, da outra parte do Mondego a respeito da cidade, na despedida do campo, e no lugar, onde agora o vemos...”.³² Após solicitar autorização ao bispo da cidade, D. João Martins de Soalhães, obteve a primeira licença de construção a 13 de Abril de 1283. Nesta licença foi declarado que D. Mor Dias forneceu um generoso dote para garantir a subsistência das freiras e que o mosteiro iria ser dedicado a Jesus Cristo, à Virgem Maria, a Santa Isabel da Hungria e a Santa Clara de Assis.³³ A primeira pedra foi lançada a 28 de Abril de 1286, por D. João Martins de Soalhães “sobre um anel onde se tinha mandado gravar uma cruz”.³⁴

Contudo, o nascimento de um novo mosteiro dedicado a Santa Clara revelar-se-ia atribulado porque, em 1250, D. Mor Dias tinha tomado hábito sem fazer profissão solene no mosteiro das Donas, anexo ao mosteiro masculino de Santa Cruz de Coimbra, o que significa que se encontrava sob a autoridade da Ordem dos Cônegos Regrantes de Santa Cruz. Naquela época, era comum as mulheres professarem sem perderem o poder que as suas origens sociais lhe conferiam.³⁵ Todavia, os religiosos de Santa Cruz consideraram a cerimónia como profissão de fé, na qual é declarado um voto de pobreza, passando assim todos os bens de D. Mor Dias a pertencer a esta comunidade. Na impossibilidade de realizar livremente os seus propósitos, e passados trinta anos de convivência com os crúzios, D. Mor decidiu abandonar o mosteiro de Santa Cruz e fundar um novo mosteiro de outra ordem religiosa, decisão encarada pelos devotos de Santa Cruz como um acto de rebeldia. Em 1296, o rei D. Dinis e a rainha D. Isabel tentaram a conciliação das partes sem sucesso. Em 1302, D. Mor Dias faleceu, foi sepultada no mosteiro que patrocinou ao qual deixou, em testamento, toda a sua herança, facto levou os monges de Santa Cruz a reclamar o que achavam seu por direito. Em 1311, D. João de Soalhães, testamenteiro da dama e então bispo de Lisboa, propôs um acordo entre as partes envolvidas no qual foi expressa a extinção do mosteiro, a passagem dos bens

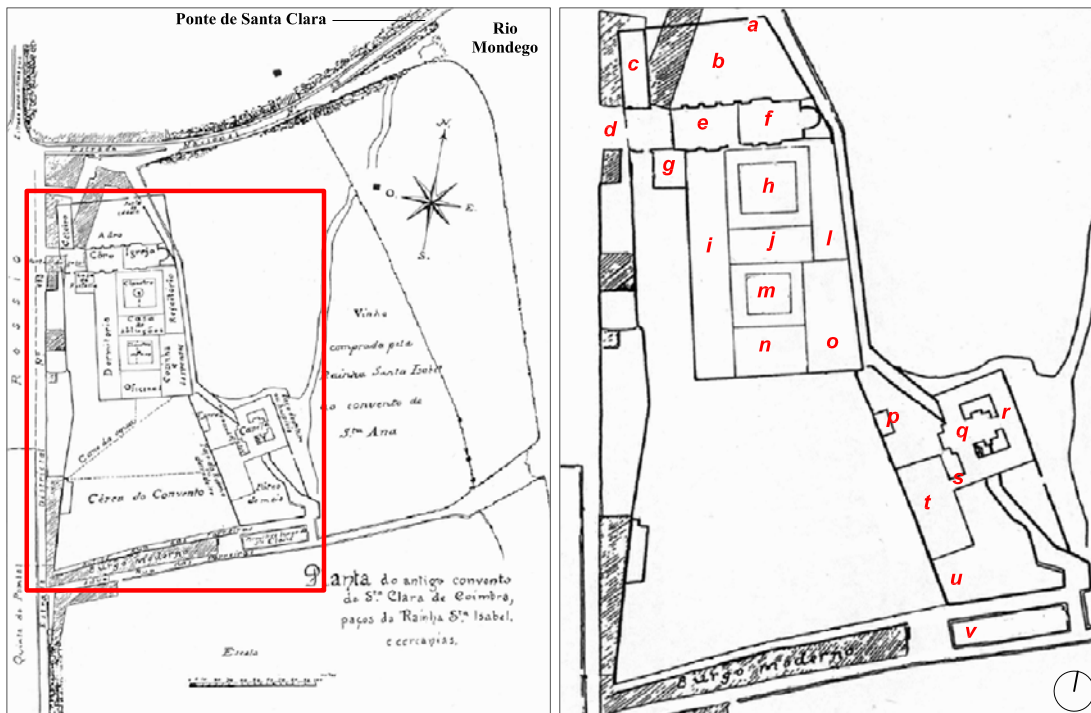
³¹ Macedo (2006), pág. 111.

³² Frei Manuel da Esperança (1666) citado em Macedo (2006), pág. 115.

³³ Macedo (2006), pág. 114 e 115. Citação original em latim.

³⁴ Figueiredo (1996), pág. 93.

³⁵ Macedo (2006), pág. 115.



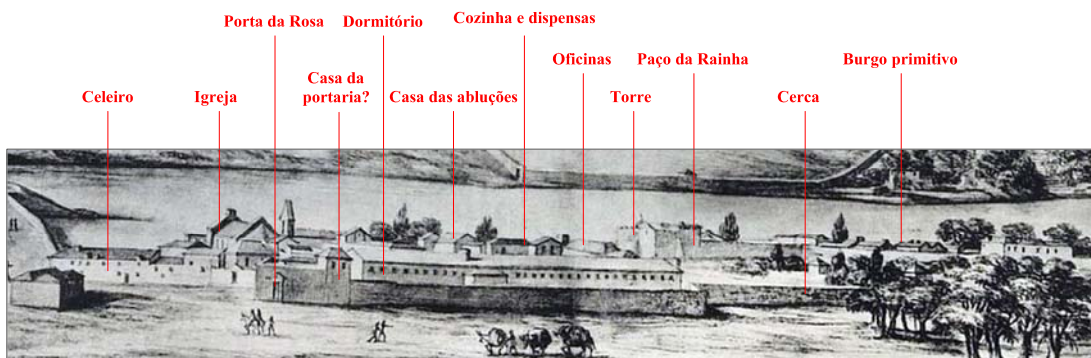
11 e 12: Planta de António de Vasconcelos (editada em livro de 1928) e pormenor do conjunto monástico de Santa Clara-a-Velha (disposição das dependências monásticas).

Legenda:

- | | | | |
|---------------------|-----------------------|-------------------------|------------------------------------|
| a - Porta da Cadeia | g - Casa da Portaria | n - Oficinas | t - Paço da Rainha |
| b - Adro da Igreja | h - Claustro maior | o - Cozinha e Dispensas | u - Pátio do meio |
| c - Celeiro | i - Dormitório | p - Torre | v - Burgo primitivo de Santa Clara |
| d - Porta da Rosa | j - Casa das abluções | q - Capela | |
| e - Coro | l - Refeitório | r - Hospício | |
| f - Igreja | m - Claustro menor | s - Arco de passadiço | |



13: Aguarela panorâmica de Coimbra, de Pier Maria Baldi, 1669.



14: Pormenor da aguarela de Pier Maria Baldi, 1669.
Dependências do mosteiro de Santa Clara-a-Velha, segundo planta de António de Vasconcelos.

de D. Mor para o mosteiro de Santa Cruz e a distribuição das freiras pelas casas religiosas que os seus prelados indicassem. Porém, o acordo definitivo entre os dois mosteiros só foi estabelecido em 1319, através da rainha D. Isabel, no qual Santa Cruz recebeu a totalidade do dote de D. Mor Dias.

D. Isabel, devota de Santa Clara e sobrinha-neta de Santa Isabel da Hungria, resolveu continuar o legado de D. Mor Dias. “O que não pode reaver substitui-o, ou compensou-o, desvelando-se em tornar o convento o mais florescente possível”.³⁶ Então, dirigiu os seus apelos ao papa Clemente V o qual, a 10 de Abril de 1314, concedeu a necessária autorização à rainha para a fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Em 1316, e no mesmo local de implantação do primitivo cenóbio, iniciou-se a construção do novo mosteiro pelo mestre-de-obras Domingos Domingues. “Trabalhou-se com grandíssimo cuidado no corpo dos edifícios de modo, que se obrou a Igreja, e o claustro, grande parte do dormitório cõ algumas oficinas...”.³⁷ A 24 de Julho do ano seguinte, instalaram-se as primeiras freiras, vindas de Zamora.³⁸ Para atestar a importância do mosteiro, o rei D. Dinis tomou-o sob sua protecção a 27 de Abril de 1318. A 19 de Maio de 1319, D. Isabel pediu ao rei autorização para adquirir terras no valor de 2000 libras para dotar o mosteiro. A rainha “alargou primeiramente o sítio por terras vizinhas, conforme foi demarcando a grandeza do seu generoso ânimo, e pela mesma medida se obrarão os edifícios novos, melhorando ou desfazendo os velhos (...) assistiu pessoalmente às obras”.³⁹ Em 1322, o papa João XXII escreveu uma bula onde referia a construção do Paço da Rainha e a permissão para a fundação de um Hospício. Em 1325, a rainha D. Isabel, instalou-se definitivamente no mosteiro, após a morte do marido, o rei D. Dinis, entrando em clausura. Em Maio de 1329, foi sagrada a capela do hospício. A sagração da igreja fez-se a 8 de Julho de 1330, pelo bispo de Coimbra, D. Raimundo.

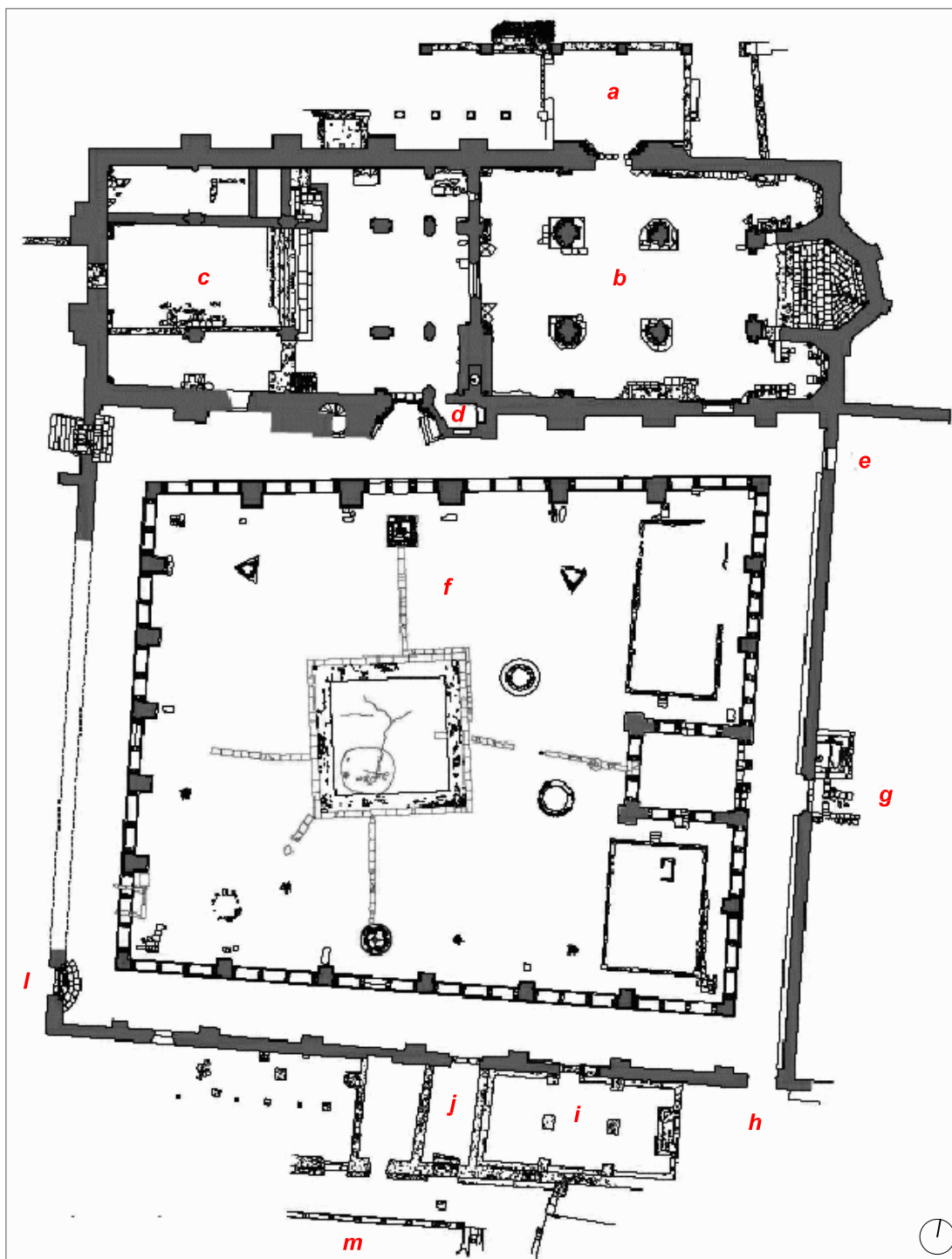
Segundo a planta de António de Vasconcelos, publicada em 1928, entrava-se no conjunto monástico pela Porta da Cadeia, no limite norte da cerca, a qual dava para o adro da igreja e para o celeiro. Era por este espaço que os fiéis podiam aceder ao espaço de celebração de missa. Para entregar encomendas, entrava-se pela Porta da Rosa, no muro Oeste da cerca, passando na casa da portaria e fazendo a entrega através da roda, situada na parede limite do coro da igreja, anexo à câmara do tesou-

³⁶ Figueiredo (1996), pág. 93.

³⁷ Frei Manuel da Esperança (1666) citado em Macedo (2006), pág. 115.

³⁸ Frei Manuel da Esperança (1666) citado em Macedo (2006), pág. 123.

³⁹ Frei Manuel da Esperança (1666) citado em Macedo (2006), pág. 127.



15: Disposição das dependências monásticas de Santa Clara-a-Velha (conhecimento actual).
Planta de Nuno Santos.

Legenda:

- | | |
|------------------------------|------------------------------------|
| a - Pátio de Entrada | g - Refeitório |
| b - Espaço dos Fiéis | h - Parlatório |
| c - Coro | i - Sala do Capítulo |
| d - Câmara do Tesouro | j - Passagem para o Claustro Menor |
| e - Sala <i>de profundis</i> | l - Dormitório |
| f - Claustro Maior | m - Claustro menor |

ro. Do coro acedia-se directamente ao claustro maior, o qual comunicava com o dormitório, o refeitório, sala *de profundis*, parlatório e sala do capítulo. Através deste claustro, existia uma passagem para o claustro menor, que era limitado a Sul por oficinas e a Este pela cozinha e dispensas. Existiria, ainda, outra passagem que levava ao Paço da Rainha, no extremo sul da cerca. Segundo António de Vasconcelos, passava-se por um arco para aceder ao Hospício e à capela hospitalar. A Norte do Paço pode ter existido uma torre de defesa e a Sul, contíguo ao muro da cerca, um pátio em frente do qual se desenvolveu o burgo primitivo de Santa Clara.

Em 1331, deu-se a primeira cheia no mosteiro, facto que influenciou toda a evolução construtiva da igreja: primeiro, altearam-se pavimentos; de seguida construiu-se uma “mesa”, a meia altura da igreja, para colocar o túmulo da rainha; depois ampliou-se a mesa até se construir um piso a toda a extensão da igreja (1612-1617) já que o piso primitivo estava coberto de água. O Paço da Rainha ruiu em 1559 devido a um sismo e, em 1647, as clarissas abandonaram definitivamente o mosteiro de Santa Clara para se instalarem no Monte da Esperança.

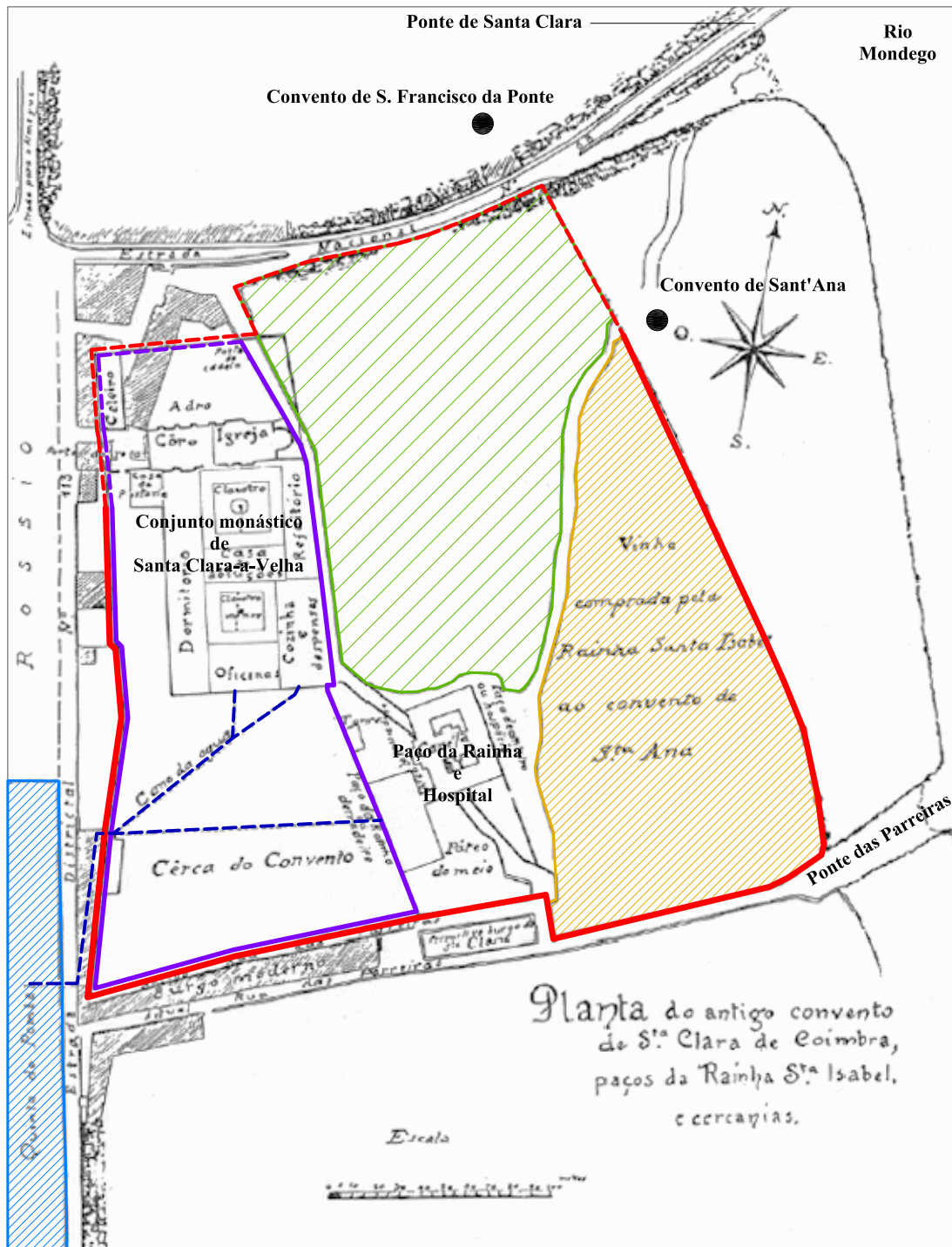
3.3 Arquitectura do mosteiro de Santa Clara-a-Velha

Agora que conhecemos a história da fundação do mosteiro e a sua localização, cabe-nos estudar a evolução construtiva da igreja, fulcral na sobrevivência da comunidade clarissa e do culto à Rainha Santa, e conhecer as restantes dependências monásticas.

3.3.1 Cerca

Os limites exactos da cerca do mosteiro de Santa Clara não são conhecidos, muito provavelmente devido às sucessivas cheias que foram invadindo os seus terrenos. Tentar-se-á, de seguida, estabelecer, tanto quanto possível, as fronteiras do conjunto monástico e da zona de clausura apoiando-nos em relatos ou documentos antigos, com destaque para a planta de António de Vasconcelos, editada em livro em 1928.⁴⁰

⁴⁰ Ver Vasconcelos, António. *Inês de Castro*. Porto : Marques de Abreu, 1928.



16: Planta hipotética do conjunto monástico de Santa Clara-a-Velha. Desenho de António de Vasconcelos (editada em livro de 1928).

Legenda:

- Cerca do mosteiro de Santa Clara-a-Velha
- - - Dúvidas - limite da cerca estabelecido por António de Vasconcelos
- ▨ Quinta do Pombal (propriedade do Mosteiro de Santa Cruz)
- - - Canos de água desviados da Quinta do Pombal
- ▨ Vinha comprada ao convento de Sant'Ana
- ▨ Dúvidas - não se sabe se era propriedade de Santa Clara
- Limite da propriedade pertencente ao mosteiro
- - - Dúvidas - limite do terreno estabelecido por António de Vasconcelos

A primeira igreja, sagrada em 1286, foi adaptada a sala do capítulo do mosteiro (re)fundado pela Rainha D. Isabel o qual se iniciou a construção em 1316, o que perfaz uma diferença de 30 anos entre uma obra e outra. Não existem registos da dimensão da igreja fundada por D. Mor porém, este hiato de relatos leva-nos a supor que terão sido construídas outras dependências indispensáveis ao funcionamento de uma pequena comunidade clarissa, como uma zona para dormitórios, refeitório e cozinha e algumas oficinas. Se a igreja de D. Mor se encontrava contígua à galeria Sul do claustro principal, os outros espaços que julgamos terem existido só podem ter sido edificados à volta da igreja, ou para Sul ou para Norte e, provavelmente, renovados e ampliados na obra apoiada por D. Isabel.

Os terrenos do mosteiro foram alargados quando D. Isabel pediu ao rei autorização para adquirir terras⁴¹ e, mais tarde, quando decidiu construir o seu Paço, adquirindo ao mosteiro de Sant'Ana uma vinha e uma casa nobre encostadas à cerca do mosteiro de Santa Clara.⁴² Não sabemos se a casa nobre constituiu desde logo o Paço da Rainha ou se foi transformada. Anexo ao Paço, estava o Hospício e a capela hospitalar, de onde partiam dois caminhos: um para Sant'Ana, limitando a vinha a Norte; e outro para o adro da igreja, contíguo ao muro nascente da cerca do mosteiro, denominado de Azinhaga do Convento Velho.⁴³ Pouco se sabe sobre este percurso mas a sua designação leva-nos a crer que poderá ter sido o primeiro caminho de ligação à igreja de D. Mor Dias. Acredita-se que estas vias tenham sido importantes, na Idade Média, já que ligavam dois núcleos religiosos relevantes e levavam directamente ao Hospício, que servia qualquer pessoa.

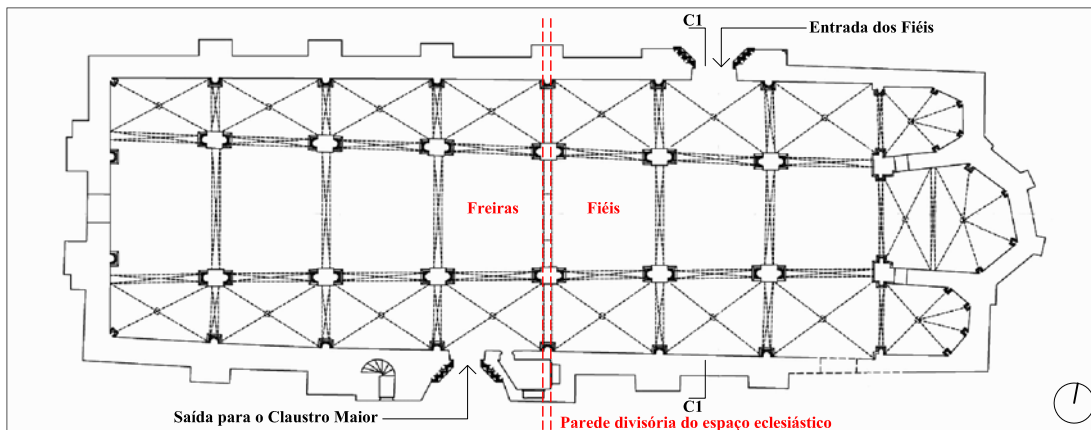
Assim, a cerca era limitada a nascente pelo caminho Azinhaga do Convento Velho e pelo Paço da Rainha. Para sul, crê-se que o limite da cerca era estabelecido por um pequeno núcleo habitacional⁴⁴ e por uma via (actual Rua das Parreiras) que continuava para a margem direita através de uma ponte que já não existe. A fronteira ocidental do mosteiro seria uma via existente (actual Rua António Augusto Gonçalves) e a Quinta do Pombal, propriedade do Mosteiro de Santa Cruz, a quem a

⁴¹ **Frei Manuel da Esperança** (1666) citado em **Macedo** (2006), pág. 127. A rainha “alargou primeiramente o sítio por terras vizinhas, conforme foi demarcando a grandeza do seu generoso ânimo (...)”.

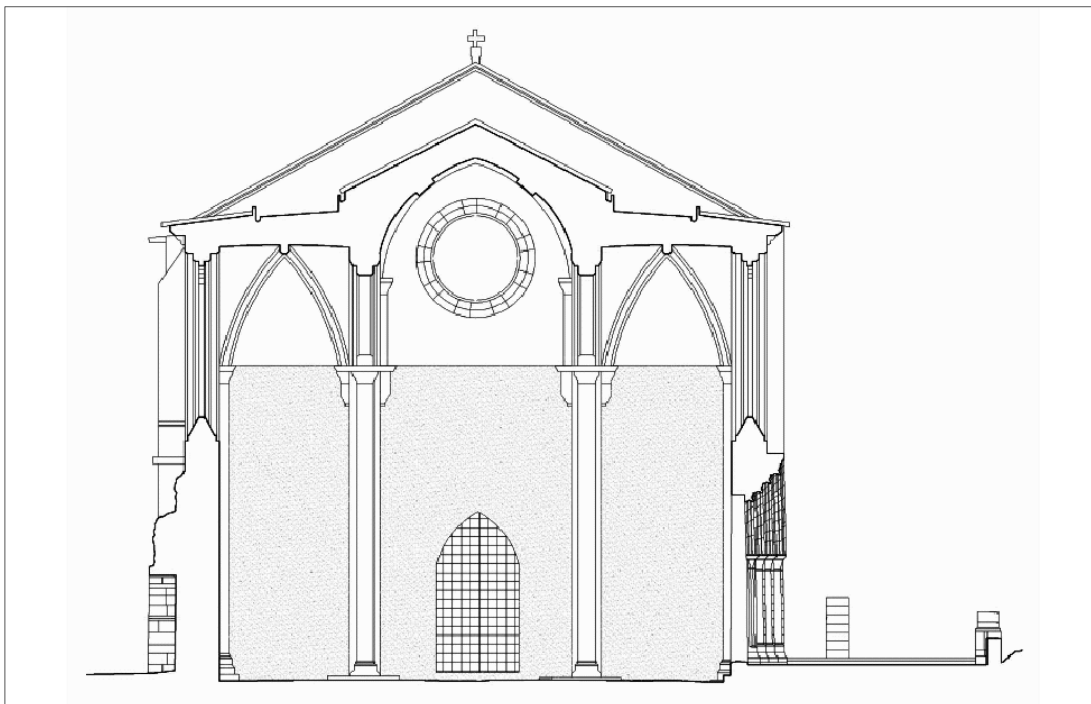
⁴² **Vasconcelos** (1993), pág. 19. A transacção ficou no valor de cento e cinquenta libras anuais. Pediu ainda ao filho, o rei D. Afonso IV, autorização para comprar herdades que rendessem 150 libras anuais.

⁴³ Para proceder aos trabalhos de valorização do mosteiro, foi necessário interromper a circulação neste caminho.

⁴⁴ **Macedo** (2006), pág. 277. “A construção do paço, adossado à cerca monástica para nascente, ligado por um arco com o hospital e a capela anexa a este, a que se acedia por um caminho defendido por uma torre, esteve na base de um burgo a cujos moradores foram outorgados, da parte de vários monarcas, privilégios e isenções diversas e que se denominou de Paços da Rainha ou de Santa Clara”.



17: Planta do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, séc. XIV. Desenho hipotético de Pedro Portugal.



18: Corte Transversal C1 - Santa Clara-a-Velha, séc. XIV. Desenho hipotético de Pedro Portugal.



19, 20 e 21: Sistema de abóbadas nas nave sul, central e norte de Santa Clara-a-Velha. Fotografias de Rita Cruz, 2011.

Rainha pediu, em 1326, a cedência de água de duas fontes para abastecer o mosteiro e o paço.⁴⁵ Por último, a via que atravessava a ponte e seguia para a Almedina constituía o limite Norte da cerca de Santa Clara.

Após a passagem para Santa Clara-a-Nova, as clarissas escreveram contratos de aforamento através dos quais alienaram o domínio útil da cerca e das construções anexas ao mosteiro primitivo.

3.3.2 Igreja

Santa Clara-a-Velha foi o primeiro mosteiro gótico mendicante feminino de Coimbra. Demorou cerca de duas décadas a ser construído e nele trabalharam os mestres Domingos Domingues (de 1316 a 1325) e Estevão Domingues (de 1326 a 1333?), seu sobrinho. Foram da autoria do mestre Domingo Domingues, a igreja, o hospício e uma capela dedicada a Santa Isabel da Hungria. O seu sobrinho trabalhou no Paço da Rainha, nos claustros e terminou o hospício e a igreja.

O corpo da igreja é constituído por três naves de sete tramos, não possui transepto e a cabeceira é tripartida: a capela-mor é poligonal e as duas capelas laterais são rectangulares no exterior e poligonais no interior. As três naves da igreja de Santa Clara-a-Velha são totalmente abobadadas e encontram-se praticamente à mesma altura, estando próxima do conceito de igreja-salão. Na nave central observamos o uso de abóbadas de berço quebrado enquanto que nas naves laterais se verifica um sistema de abóbadas em ogiva, muito semelhante a Alcobaça.⁴⁶ Esta diferença no tipo de abobadamento das naves leva a supor a possível alteração do projecto inicial da igreja e não uma opção deliberada de concepção. A obra deve ter sido iniciada pela nave central, a qual tem um sistema de abóbadas mais simples contudo, a meio da construção, o mosteiro passa a ser patrocinado pela rainha D. Isabel, a qual ordena o enobrecimento do mosteiro. Creio, então, que, neste momento, a rainha optou pelo abobadamento ogival das naves sobranes, trabalho mais minucioso e que dignificava a obra.

⁴⁵ António de Vasconcelos citado em Macedo (2006), pág. 265. “Após a formalização deste contrato, a água foi conduzida até ao mosteiro através de um aqueduto de alvenaria. Uma vez dentro da cerca, o cano que transportava a água dividia-se em dois, dirigindo-se um para as dependências monásticas e outro para o paço da rainha”.

⁴⁶ Dias (1983), pág. 196. O mesmo tipo de abóbadas foi utilizado no claustro da Sé Velha de Coimbra.



22 e 23: Capitéis vegetalistas da igreja de Santa Clara-a-Velha. Fotografias de Rita Cruz, 2011.



24, 25 e 26: Óculo da fachada Norte e rosáceas das fachadas Sul e Este. Fotografias de Nuno Santos.



27: Dormitório do Mosteiro de Alcobaça. Fotografia de Marcelo Cachioni, 2010.

28: Zona dos fiéis, igreja de Santa Clara-a-Velha. Fotografia de Fernando Guerra.

A funcionalidade do espaço interior da igreja assenta na bipartição do espaço eclesiástico como é comum nos conventos femininos de clausura. Esta bipartição reflecte-se na distinção clara de duas zonas: o espaço para os fiéis, restrito aos três tramos que antecedem a cabeceira, e o coro, onde estão as freiras, nos quatro tramos restantes. Vários autores optam por fazerem esta distinção pelo uso dos termos “igreja de dentro” e “igreja de fora”, sendo o primeiro reservado às religiosas e o segundo termo dirigido aos fiéis. Seguindo os pressupostos de um convento de clausura, a porta pública está situada lateralmente ao corpo da igreja, neste caso na fachada Norte, centrada no espaço dos fiéis, a porta de acesso às freiras situava-se aos pés da igreja, abrindo directamente para o coro. Desta forma, o olhar do leigo, ao entrar lateralmente, é direccionado para o altar-mor desviando a sua atenção do coro, onde se encontram as freiras. O desenho das fachadas também expressa a bipartição interna do mosteiro, facto que será explorado no capítulo referente aos alçados de Santa Clara-a-Velha.

No interior da igreja quase não existia decoração, excepto nos capitéis dos pilares e das colunas adossadas. Em forma, os capitéis da igreja dividem-se em troncocónicos côncavos invertidos ou campaniformes invertidos. Imperam os motivos vegetalistas e zoomórficos, como coelhos, aves de rapina, caules e acantos espalmados, semelhantes aos capitéis da Sé Velha de Coimbra, mas num sentido mais evoluído de desenho. A iluminação é constituída por três rosáceas de grandes dimensões, localizadas nas fachadas Sul, Este e Oeste, bem como por altas frestas geminadas e de bandeiras lobuladas. Estes vãos devem ter sido preenchidos com vitrais claros e semitransparentes, e não coloridos, já que nas igrejas dos mendicantes só era permitida luz colorida nas cabeceiras, atrás do altar.⁴⁷

Santa Clara-a-Velha foi uma importante obra do gótico mendicante. Crê-se que a sua concepção esteja na interpretação e evolução do modelo da Sé Velha de Coimbra, exceptuando a tribuna, e também do modelo alcobacence, onde Domingo Domingues também trabalhou. Esta proximidade à obra cisterciense é visível nos arcos das abóbadas do último tramo da zona dos fiéis, que se prolongam até ao pavimento, ao invés de repousarem em capitéis como no dormitório do Mosteiro de Alcobaça, demonstrando uma evolução no desenho.

O facto de ser totalmente abobadada distingue-a dos demais exemplos mendi-

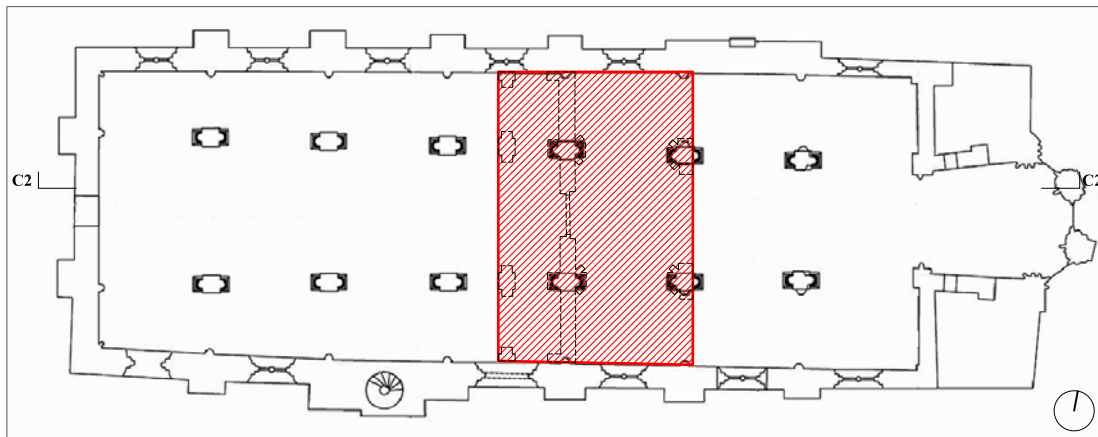
⁴⁷ Macedo (2006), pág. 532.



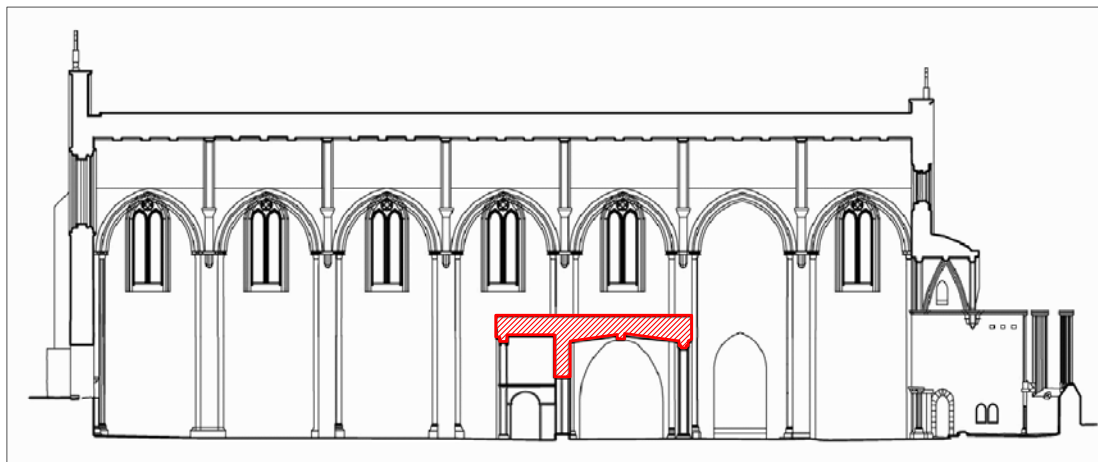
29 e 30: Túmulo da Rainha D. Isabel. Fotografias de Miguel Munhós.



31 e 32: Abóbadas de tijolo de sustentação da Mesa e vista do coro a partir da Mesa, 2011. Fotografias de Rita Cruz, 2011.



33: Planta do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, séc. XIV-XV. Desenho hipotético de Pedro Portugal.



34: Corte Longitudinal C2, séc. XIX-XV. Desenho hipotético de Pedro Portugal. ▨ Mesa

cantes, raramente abobadados. Teve ainda a honra de ser escolhida como panteão da Rainha D. Isabel, a qual patrocinou e marcou definitivamente a construção do mosteiro, enobrecendo-o. Esta obra revela um conjunto de questões arquitectónicas que atestam a sua monumentalidade e singularidade, com destaque para o modo como se resolveu a localização do túmulo régio através da construção de uma “mesa” a cota superior.

Mesa

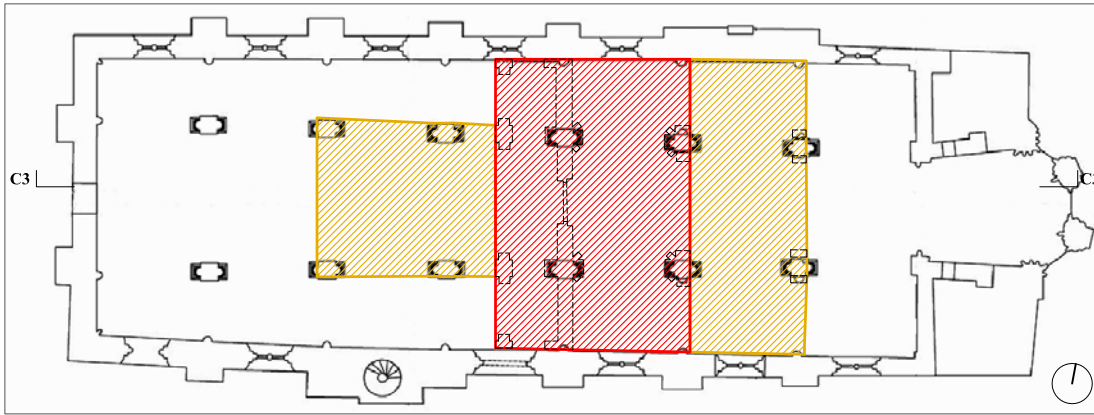
Tendo sido escolhido como panteão da rainha D. Isabel, o mosteiro de Santa Clara teve que ser adaptado a tal função. Mestre Pêro, possivelmente aragonês ou catalão, foi o autor do imponente túmulo gótico⁴⁸ da rainha que marcava presença no interior do mosteiro.

O local inicialmente escolhido pela própria rainha para colocar o seu cofre fúnebre foi o pavimento primitivo da igreja, sob a abóbada da nave central, entre o coro e o altar-mor. Contudo, em 1331, deu-se a primeira cheia que cobriu a zona central da igreja e, conseqüentemente, afectou o túmulo. Com o intuito de salvar o seu cofre fúnebre de futuras cheias, D. Isabel mandou edificar uma plataforma a meia altura, aos pés da igreja, de um lado ao outro das naves norte e sul, estendendo-se pelas três naves. António de Vasconcelos refere sobre o acontecimento: “E a rainha, vendo em como o rio aaquel logo chegara e vendo em como per aquel assentamento a eigreja er embargada, ordiou logo como se fizesse em aquela eigreja que era alta quanto compria, sobre arcos ua capela alçada em meo da eigreja como coro, pera as donas estarem, e fez fazer departamento grande ante coro e a capela, e fez em cima poer aquel seu moimento e sepultura (...).”⁴⁹

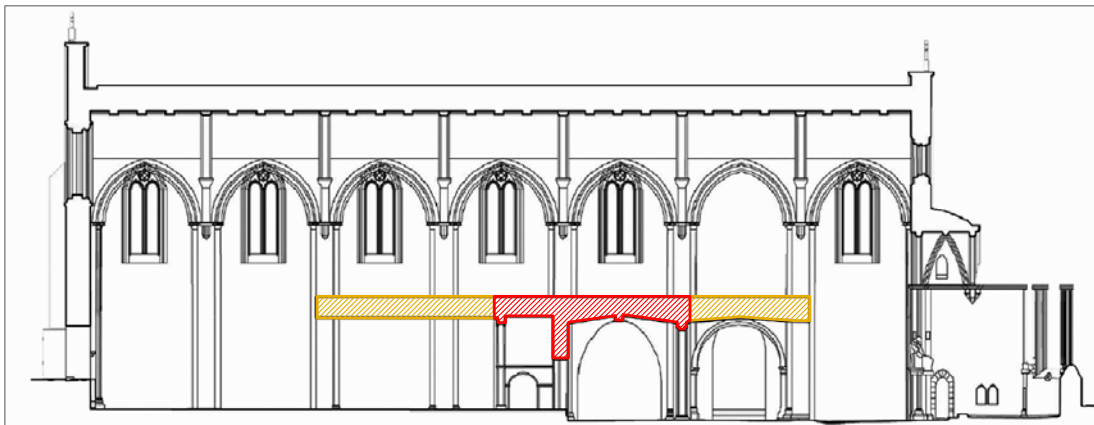
A obra deve ter sido executada, numa primeira fase, em duas etapas: a primeira, inteirou-se do espaço que abrigaria o túmulo, sendo a mais imperativa; a segunda, ocupou-se do espaço para um pequeno coro. Não é conhecida a data de conclusão desta obra mas sabe-se que, em 1336, o túmulo ocupava já o último tramo da mesa. Este novo pavimento ficou quase ao nível do peitoril das janelas das fachadas laterais da igreja, como comprovam alguns vestígios encontrados de arran-

⁴⁸ O túmulo régio ficou pronto entre 1329 e 1330.

⁴⁹ António de Vasconcelos citado em Macedo (2006), pág. 667.

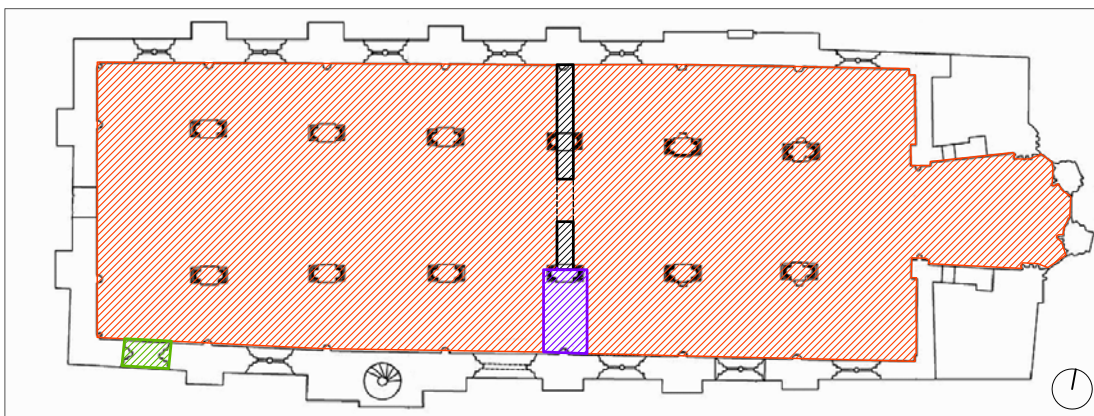


35: Planta do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, séc. XIV-XVI. Desenho hipotético de Pedro Portugal.



36: Corte Longitudinal C3, séc. XIX-XV. Desenho hipotético de Pedro Portugal.

■ Aumento hipotético da Mesa (segundo Pato Macedo)



37: Planta do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, séc. XVII. Desenho hipotético de Pedro Portugal.

■ Piso do séc. XVII

■ Alargamento da parede para suportar arcossólio

■ Porta



38, 39 e 40: Arcos de sustentação do piso do séc. XVII. Fotografias de Rita Cruz, 2011.

que de um arco ou abóbada, na fachada Norte, junto à janela que iluminava o espaço onde o túmulo foi instalado.⁵⁰ Contudo, desconhece-se o acesso à mesa pois não se sabe, concretamente, onde se situavam as escadas de acesso a este piso. Na parede da nave Norte, foram encontradas lajes de pedra de grandes dimensões que podem ter constituído o acesso ao piso superior porém, isto é apenas uma conjectura já que estes degraus poderiam também permitir o acesso a um púlpito.

Posteriormente houve um acrescento na mesa provavelmente porque três tramos não seriam suficientes para colocar o túmulo e permitir oração no espaço ao lado. Para suportar este aumento, foram construídos três arcos torais nas três naves da igreja e dois arcos formeiros no espaço de separação das naves laterais com a central. Entre 1612 e 1615, no decorrer das sucessivas cheias e com o agravamento do estado do edifício, o bispo-conde D. Afonso Castelo Branco ordenou a construção de um piso na continuação da cota da mesa, a toda a extensão da igreja e coro, assente em abobadas de tijolo. Esta medida impediu o acesso aos absidiolos da cabeceira, existindo apenas acesso à capela-mor. A entrada na igreja passou então a fazer-se pela última janela da nave sul, agora convertida em porta. A comunicação entre o espaço do túmulo e a nave central era estabelecida através de duas portas do período renascentista, que se ligavam por um arco do mesmo período, rasgado na parede divisória do espaço eclesiástico. Mais tarde, esta parede foi engrossada para poder acolher o arcossólio, onde os restos mortais da rainha foram colocados.

Cabeceira

Em Santa Clara, a cabeceira entrou muito cedo em ruína, permanecendo enterrada durante séculos pelo que só chegou até aos nossos dias o tramo inicial da abside. Este facto, aliado às transformações empreendidas pela DGEMN, conduziu a uma complexa compreensão desta parte da igreja.

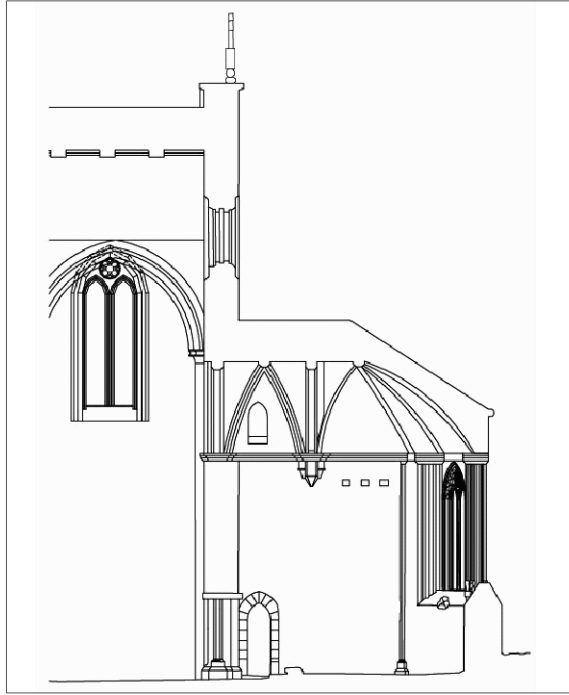
No fim do séc. XVIII a abside “(...) já não existe: somente restam dela, para lá do que está oculto por uma eira, que foi construída há poucos anos, uns pedaços das paredes e da abobada artesoadas.”⁵¹ Posteriormente, um relato conta que “(...) a

⁵⁰ Macedo (2006), pág. 685.

⁵¹ Vasconcelos (1993), pág. 154.



41: Cabeceira de Santa Clara-a-Velha.
Fotografia de Rita Cruz, 2011.



42: Reconstituição hipotética da cabeceira.
Desenho de Pedro Portugal.



43 e 44: Abóbada da capela-mor e do absidiolo Norte. Fotografia de Rita Cruz, 2011.



45, 46 e 47: Passagem entre as capelas laterais e a capela-mor e janelas nas capelas laterais.
Fotografia de Rita Cruz, 2011.

parte saliente da capela-mor tinha sido demolida e o vão entulhado”.⁵² A precoce ruína da cabeceira é explicada pelas características do seu local de implantação, já que se encontrava a uma cota inferior, voltada para o rio, facilmente sujeita a inundações. A prematura destruição da cabeceira não possibilitou o seu total conhecimento, como se comprova pelas poucas descrições da época e levantamentos incorrectos. Até à 2ª fase do processo de valorização do mosteiro, em 1996, não existia um único levantamento efectuado à cota do piso primitivo da igreja.⁵³

Com as escavações arqueológicas de 1995, constatou-se a presença de uma cabeceira tripartida, constituída por uma abside poligonal de três panos e dois absidiolos, rectos no exterior e poligonais no interior. O volume que comporta as três capelas é mais baixo, destacando-se no remate da fachada nascente porque não acompanha a altura da parede das naves. Este facto possibilitou a abertura de uma rosácea na fachada nascente, acima do arco triunfal. A capela-mor tem cobertura em abóbada de nervuras diferindo das capelas laterais, que têm cobertura em abóbada de ogivas. A capela-mor comunicava com capelas laterais por meio de pequenas passagens em forma de arco apontado, a mesma forma das janelas localizadas na parte superior das paredes norte e sul dos tramos rectos da abside, que iluminavam amplamente a capela-mor. Nas faces dos absidiolos abrem-se frestas estreitas e alongadas, de forma rectangular, a terminar em arco de volta perfeita. No absidiolo sul, só existe uma abertura enquanto que, no absidiolo norte, existem duas frestas. Dadas as características destas aberturas, a luz que penetrava nos absidiolos era tímida, mesmo no absidiolo com duas aberturas, conferindo às capelas laterais um ar sombrio.

Denota-se na construção da cabeceira o cuidado de introduzir alterações estéticas, não só na sua tipologia mas também na escolha das abóbadas e na forma de trabalhar a luz. Em contrapartida, esta evolução transmitiu-se num certo descontrolo técnico onde os absidiolos rectos, com ambiente sombrio, demonstram influência românica opostamente à abside poligonal, mais próxima da estética gótica.

⁵² *Inventário Artístico da Cidade de Coimbra* citado em Macedo (2006), pág. 345.

⁵³ Macedo (2006), pág. 351.



48: Interior da Câmara do Tesouro de Santa Clara-a-Velha. Fotografia de Nuno Santos.



49 e 50: Armários embutidos nas paredes da Câmara do Tesouro e janela comunicante com o claustro maior. Fotografias de Nuno Santos.

Câmara do Tesouro

A Câmara do Tesouro, dependência onde se guardavam os objectos mais valiosos, incluindo o “tesouro da Rainha”,⁵⁴ era uma divisão de reduzida dimensão, situada junto à porta sul, de acesso ao claustro, perto da roda, comunicando directamente com a igreja. Embora encostada à fachada sul da igreja, estava dissimulada por um contraforte e pela porta de entrada situada ao lado deste. A porta de acesso à câmara estava, igualmente, oculta por um pilar e pelo arco formeiro da abóbada situada por baixo da estrutura da mesa.

De configuração trapezoidal,⁵⁵ inicialmente pensou tratar-se de um “*armarium*”⁵⁶ para receber uma biblioteca já que detinha dois armários em forma de arco apontado, embutidos nas paredes sul e nascente. Considerou-se, também, a possibilidade deste espaço ter sido sacristia, hipótese rapidamente descartada devido à reduzida dimensão do seu espaço útil, que não permitia guardar ornamentos litúrgicos, à ausência de uma pia de água benta, comum em qualquer sacristia. Pela sua posição nobre e porque comunica com a igreja, e não com o refeitório ou cozinha, também se descarta a eventualidade de ter sido despensa.

Com as cheias, a câmara do tesouro foi inundada, à semelhança do restante piso primitivo da igreja. A utilidade deste espaço cessou no momento em que as freiras abandonaram este piso.

Claustro

À semelhança de grande parte da igreja, pouco se escreveu sobre o claustro de Santa Clara-a-Velha, o qual esteve enterrado desde o séc. XVIII até às campanhas arqueológicas levadas a cabo pelo IPPAR entre 1992 e 1998.

A construção do claustro deve ter sido iniciada 1330, após a conclusão da igreja e do dormitório.⁵⁷ Os arqueólogos que puseram a descoberto o claustro de Santa Clara crêem que a sua construção foi iniciada na galeria Norte e que a última a

⁵⁴ Macedo (2006), pág. 629 e 636. “ (...) Sagrados vasos litúrgicos, relíquias preciosas, peças de ourivesaria e até alguns paramentos mais sumptuosos”.

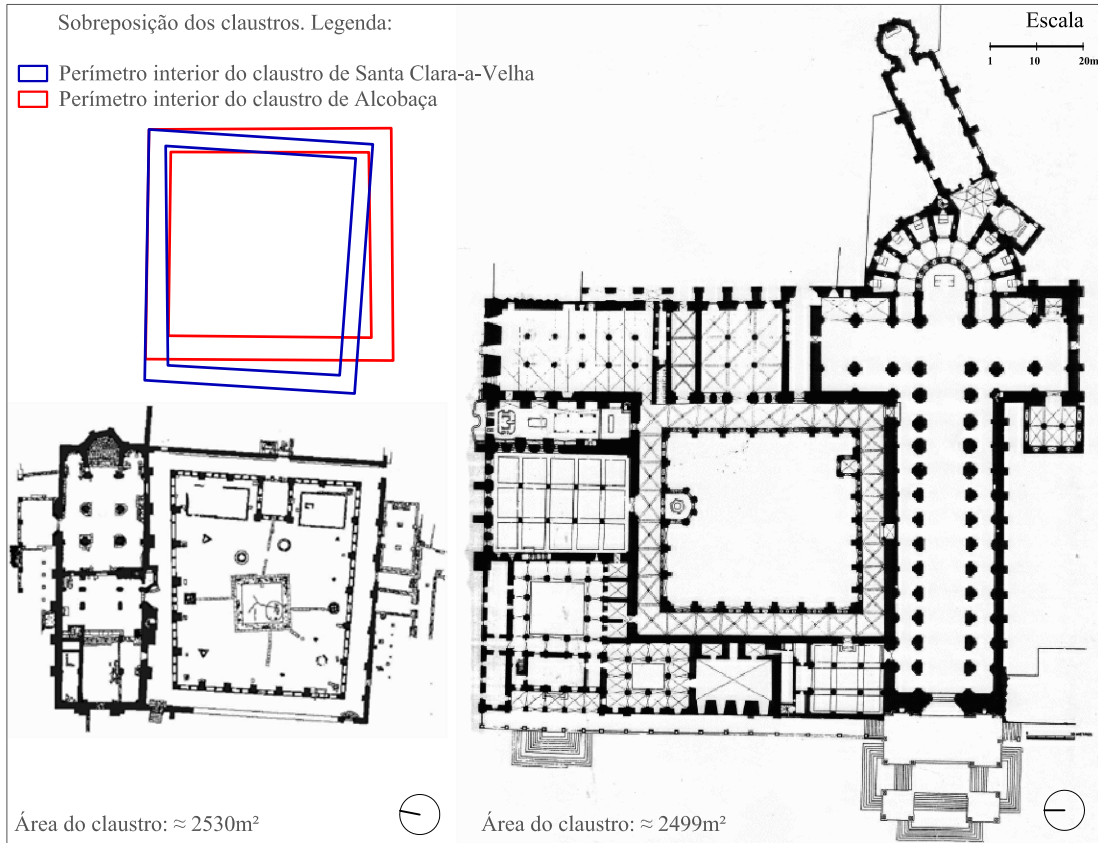
⁵⁵ Macedo (2006), pág. 618. “Com uma área de cerca de 5m², medindo a parede mais comprida 3,23m e a mais curta 2,08m”.

⁵⁶ Para melhor compreensão deste termo, ler explicação em Macedo (2006), pág. 621.

⁵⁷ José Joaquim Nunes citado em Macedo (2006), pág. 720.



51: Claustro Maior de Santa Clara-a-Velha. Fotografia de Nuno Santos.



52 e 53: Comparação dos claustros do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e do Mosteiro de Alcobaça, plantas à mesma escala.



54: Orientações das naves do claustro maior de Santa Clara-a-Velha. Desenho de Nuno Santos.

ser terminada foi a galeria Sul. Esta ordem de construção é facilmente explicada pois a nave norte detinha um carácter funcional prioritário, por se relacionar directamente com o coro da igreja, com os dormitórios e com o acesso à torre sineira. O claustro está localizado contíguo à parede sul da igreja, e era rodeado pelos principais programas do mosteiro: igreja a Norte, sala do capítulo a Sul, refeitório a Nascente e dormitório a Poente.

Frei Manuel da Esperança, num relato do séc. XVI, ajuizou o claustro da seguinte forma: “rivaliza em amplitude, em arte e em firmeza, com todas as obras dos reis mais ricos. (...) é largo e suntuoso na fabrica.”⁵⁸ Efectivamente, quando se pôs a descoberto a totalidade do claustro, constatou-se a sua monumentalidade já que, como a igreja não tem transepto, o claustro pode prolongar-se até à cabeceira. Se compararmos as dimensões deste claustro com o claustro do Mosteiro de Alcobaça, igualmente da autoria de Domingo Domingues, verificamos que o de Santa Clara é maior em área e comprimento de uma das galerias, mas não na largura destas.⁵⁹ Outra característica peculiar desta obra reside no facto de o claustro ser trapezoidal, não havendo paralelismo entre as naves Norte e Sul. Na nave Norte, existe uma diferença de 80 cm na largura do corredor, sendo mais estreito junto à cabeceira da igreja do que no extremo oposto, resultado do paralelismo das arcadas da ala Norte com os pilares da ala Sul da igreja.

A galeria Norte do claustro, entre a cabeceira e o portal, era coberta por abóbadas de berço com arcos torais moldurados e com as chaves ligadas por uma cadeia longitudinal. É bastante provável que todas as alas do claustro tenham recebido este tipo de abobadamento, suportados por arcos torais de volta perfeita assentes em mísulas de formato piramidal.⁶⁰ Os contrafortes do claustro localizados em frente à porta do coro tiveram que ser reforçados porque, como este tramo é mais largo, a carga da cobertura é maior. É, também, neste local que se estabelece a ligação da abóbada de berço da galeria do claustro com a outra abóbada de berço que cobre a área trapezoidal junto à entrada no coro. A junção destas duas abobadas pode ter sido realizada através do seu cruzamento, resultando uma abóbada de arestas ou, como atesta Pato Macedo, “a abóbada do espaço fronteiro ao portal terá penetrado a

⁵⁸ Frei Manuel da Esperança citado em Macedo (2006), pág. 711.

⁵⁹ Área total de 2530m², as alas Norte e Sul têm 54m de comprimento, a ala Este tem 49m e a Oeste tem 46m. O claustro da Sé de Coimbra tem 30m de comprimento e o do Mosteiro de Alcobaça tem de 51m de comprimento. Este último tem as galerias com cerca de 4,85m de largura, em Santa Clara as mesmos têm cerca de 3,58m.

⁶⁰ Macedo (2006), pág. 729.



55: Galeria nascente do claustro maior.
Fotografia de Nuno Santo.



56: Capitéis da nave norte do claustro maior.
Fotografia de Rita Cruz, 2011.



57 e 58: Tanque e poço do claustro maior de Santa Clara-a-Velha. Fotografia de Rita Cruz, 2011.



59 e 60: Floreira e canteiro do claustro maior de Santa Clara-a-Velha. Fotografia de Rita Cruz, 2011.



61 e 62: Fonte e Lavabo do claustro maior de Santa Clara-a-Velha. Fotografia de Rita Cruz, 2011.

da nave do claustro, à maneira de uma luneta.”⁶¹ Nos tramos angulares, o abobadamento é mais complexo, o que levou à escolha de abóbadas de ogivas, com arcos ogivais a apoiarem-se em mísulas nas paredes das naves e no muro angular do pátio. Os capitéis do claustro, do tipo de campânula invertida, apresentam desenhos centrados no naturalismo gótico de motivos fitomórficos como a representação de flores e frutos e cordas entrelaçadas.

Segundo o padre jesuíta Pedro João Perpilhão, existiam quatro fontes no claustro de Santa Clara.⁶² Destas quatro fontes só se conservaram, até aos dias de hoje, três: uma está localizada em frente à porta de acesso ao coro da igreja, outra está exactamente em oposição a esta, a terceira, o Lavabo, está no limite nascente do claustro. A quarta fonte localizar-se-ia frente à galeria Oeste do claustro. Frei Manuel da Esperança refere acerca das fontes do claustro de Santa Clara: “No meio do mesmo claustro descoberto a o ceo, ocupava grande campo hum tanque muito aprazível, em o qual desagoavão muitas fontes por diferentes figuras, & a maior que eu ainda achei, pela boca de hua serpe, enroscada no braço de hua Ninfa.”⁶³ Nesta descrição, o frade fala da existência de um tanque, no centro do pátio, de formato quadrangular, de grandes dimensões (12m x 12m.). Ao lado deste tanque, existia um poço que, segundo o jesuíta Perpilhão, funcionava como um indicador da iminência de cheias.⁶⁴ Para além das quatro fontes, do tanque e do poço, existiam, ainda, duas floreiras, dispostas uma de cada lado da fonte, mais a norte do claustro, e dois alegretes de pequena dimensão, sendo um circular, a nascente do tanque central, e o outro octogonal, localizado no canto sudoeste do claustro. Dos lados do Lavabo existiram, também, dois canteiros rectangulares, de grandes dimensões, possivelmente para cultivo de plantas medicinais.⁶⁵

No séc. XVI, o claustro foi alvo de uma decoração, durante a qual o seu pavimento foi revestido por um material cerâmico e as floreiras e os alegretes foram cobertos com azulejos coloridos de influência hispano-árabe. Existiu, ainda, um segundo claustro de menor dimensão e importância, a sul do principal, rodeado por oficinas a Norte e a Sul, pela cozinha a Este e por alguns quartos a Oeste.

Denota-se uma constante preocupação em trabalhar o espaço e os materiais de

⁶¹ Macedo (2006), pág. 725.

⁶² Helena Costa Toipa citada em Macedo (2006), pág. 760.

⁶³ Frei Manuel da Esperança citado em Macedo (2006), pág. 762.

⁶⁴ Helena Costa Toipa citada em Macedo (2006), pág. 762.

⁶⁵ Macedo (2006), pág. 784.



63: Campanário da igreja de Santa Clara-a-Velha. Fotografia de Rita Cruz, 2011.



64: Janela alongada na fachada Norte da igreja. Fotografia de Rita Cruz, 2011.



65: Fachada Norte (parcial) da igreja de Santa Clara-a-Velha. Fotografia de Rita Cruz, 2011.

modo a despertar os sentidos de quem usufruía deles, para além da monumentalidade expressa na dimensão do claustro. Afinal, esta foi a casa da Rainha Santa durante anos. Houve, igualmente, uma procura da imagem de perfeição e beleza divina através do recurso à água e às árvores de folhagem frondosa – uma aproximação ao jardim do Éden criado por Deus.

Alçados

Vista do exterior, Santa Clara-a-Velha é um volume marcadamente horizontal pontuado por pequenos elementos verticalizantes como o campanário, a empena triangular da fachada Oeste e os vãos das janelas localizadas nas fachadas Norte e Sul.

Na fachada Norte, lê-se claramente um ritmo horizontal promovido pela alternância entre seis janelas alongadas e seis contrafortes, um por cada tramo. Existe ainda uma distinção vertical que nos indica a cota onde se situava a zona de clausura, sem quaisquer aberturas para além do portal de entrada, e uma cota superior onde são abertas as janelas alongadas. O portal norte tinha a antecedê-lo um pórtico⁶⁶ para fazer a marcação do espaço por onde os fiéis entravam no mosteiro. Contudo, esta fachada foi extensivamente modificada quando o mosteiro se transformou em habitação particular, no séc. XIX, impossibilitando uma reconstituição ainda que hipotética.⁶⁷

A fachada Sul está voltada para o claustro principal e a ela encontra-se adossada a torre sineira. Ao contrário da fachada Norte, aqui o ritmo das janelas e contrafortes é quebrado por elementos como uma rosácea descentrada do portal de saída para o claustro e o campanário, elemento vertical de grande presença que marca a divisão entre o coro e o espaço eclesiástico. Lê-se três momentos distintos: as três primeiras janelas referentes à cabeceira onde o ritmo é semelhante à fachada Norte; a zona do portal de comunicação com o claustro que difere da fachada Norte pela existência de uma rosácea descentrada do portal, do contraforte que contém a câmara do tesouro (tem uma janela rectangular) e do campanário; e por último, os

⁶⁶ Macedo (2006), pág. 442. Denominado de “porta do couto” ou “porta da cadeia” estabelecia uma espécie de “entrada preparatória do usufruto do espaço sagrado”.

⁶⁷ Vasconcelos (1993), pág. 152. “Na sua frente havia um alpendre, que foi quasi completamente destruído: sòmente resta delle o encontro da abóbada sobre o pórtico”.



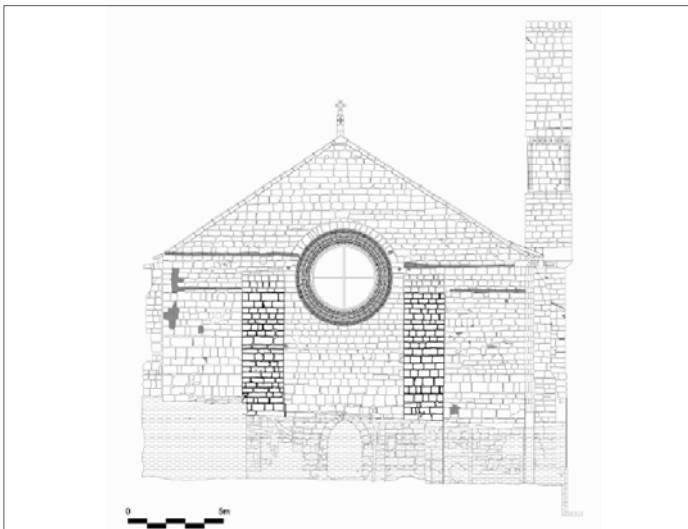
66: Fachada Sul da igreja de Santa Clara-a-Velha. Fotografia de Rita Cruz, 2011.



67: Alçado Oeste.
Desenho de Ricardo Baptista.



68: Fachada Oeste.
Fotografia de Rita Cruz, 2011.



69: Alçado Oeste.
Desenho de Ricardo Baptista.



70: Fachada Oeste.
Fotografia de Rita Cruz, 2011.

dois tramos da parte inicial da igreja que voltam a recorrer ao ritmo janela-contraforte. O facto de a rosácea estar descentrada do eixo do portal de ligação ao claustro é, segundo António de Vasconcelos,⁶⁸ resultante das modificações efectuadas na igreja no momento em que se construiu a mesa para salvaguardar o túmulo da rainha. O mesmo cronista afirma que o portal de saída para o claustro poderá ter sido mais pequeno e, desta forma, estava centrado com a rosácea. A primeira janela da fachada Sul, na zona do coro, foi posteriormente adaptada a entrada quando o piso do mosteiro ficou inutilizado pelas cheias, razão pela qual não tinha preenchimento vítreo.

A fachada Nascente demonstra, claramente, a divisão do espaço interno da abside: decompõem-se em três volumes, cada um referente às três capelas da cabeceira. Na parte da empena triangular, ao centro, abre-se uma rosácea de grandes dimensões e desenho geométrico que dá destaque à cabeceira. De cada lado da rosácea, existem dois vãos ovalados, os quais não se sabe se são originais ou se foram reconstituições da DGEMN, nos anos 30 do séc. XX.⁶⁹

A fachada Ocidental é constituída por um corpo único, onde a empena de formato triangular se eleva um pouco acima da cobertura, mas mantendo-se mais baixa que a torre sineira. A leitura da divisão interna da igreja também é passível de se ver nesta fachada pela existência de dois robustos contrafortes que nos indicam o local onde ocorre a demarcação das naves. No meio dos contrafortes, existe um óculo de grandes dimensões que ilumina abundantemente o coro e, no alinhamento deste óculo, foi aberto um portal com arco apontado, para que as freiras pudessem circular sem se cruzarem com os fiéis.

3.3.3 Outras Dependências

Sala do Capítulo

A seguir à igreja e ao claustro, a Sala do Capítulo era o lugar com maior importância no mosteiro, pois nele realizavam-se reuniões para discussão de assuntos relevantes, constituindo, portanto, um lugar de poder, conselho e deliberação.

⁶⁸ Vasconcelos (1993), pág. 163.

⁶⁹ Macedo (2006), pág. 420. O autor considera a abertura destes vãos no sentido de poder aceder à cobertura não sendo, por isso, originais da época medieval. À sua volta encontram-se quebrada a regularidade do aparelho em silhares o que atesta a abertura posterior destas janelas.



71: Entrada da Sala do Capítulo.
Fotografia de Nuno Santos.



72: Interior da Sala do Capítulo.
Fotografia de Miguel Munhós.



73: Entrada no refeitório.
Fotografia de Rita Cruz, 2011.



74: Interior do refeitório e cisterna.
Fotografia de Nuno Santos.



75: Entrada da Sala de Profundis. Fotografia de Rita Cruz, 2011.

Em Santa Clara, esta dependência não partiu da configuração de um espaço novo mas da adaptação de um outro, mais antigo porque, quando a rainha D. Isabel se inteirou da construção do mosteiro, tratou de adaptar a igreja do primitivo cenóbio que D. Mor Dias mandou edificar. Tal deve ter acontecido após a sagração da nova igreja, ocorrida em 1330. Frei Manuel da Esperança relatou o sucedido da seguinte forma: “(...) foi enfiando hum com outro, os edificios ambos, & fez casa de capitulo na Igreja que agora se obrou.”⁷⁰ Do séc. XVI, existe a seguinte memória do padre jesuíta Pedro João Perpinhão: “Aqui, uma sala de reuniões com o comprimento de uma vez e um terço a largura, ilustríssima, seja pela abundância de janelas e portas, seja pelo traçado apropriado, cujas paredes se ornam de mosaico lavrado, com tal dignidade que parece ter sido feita para acalmar todas as revoluções da alma”.⁷¹

Sala de formato rectangular, comunicava com o claustro por meio de três arcos sustentados por capitéis vegetalistas, assentes em colunelos. Crê-se que, no séc. XVI, este compartimento foi alvo de uma intervenção, na qual se revestiu a sala com azulejos hispano-árabes e se cobriu o pavimento com tijoleira.

Refeitório

Localizado contíguo à galeria Nascente do claustro, o refeitório ficava voltado para o Mondego, desconhecendo-se a sua real dimensão. Tal como aconteceu com outras áreas do núcleo monástico de Santa Clara que estavam mais próximas do rio, pouco se sabe sobre a construção do refeitório.

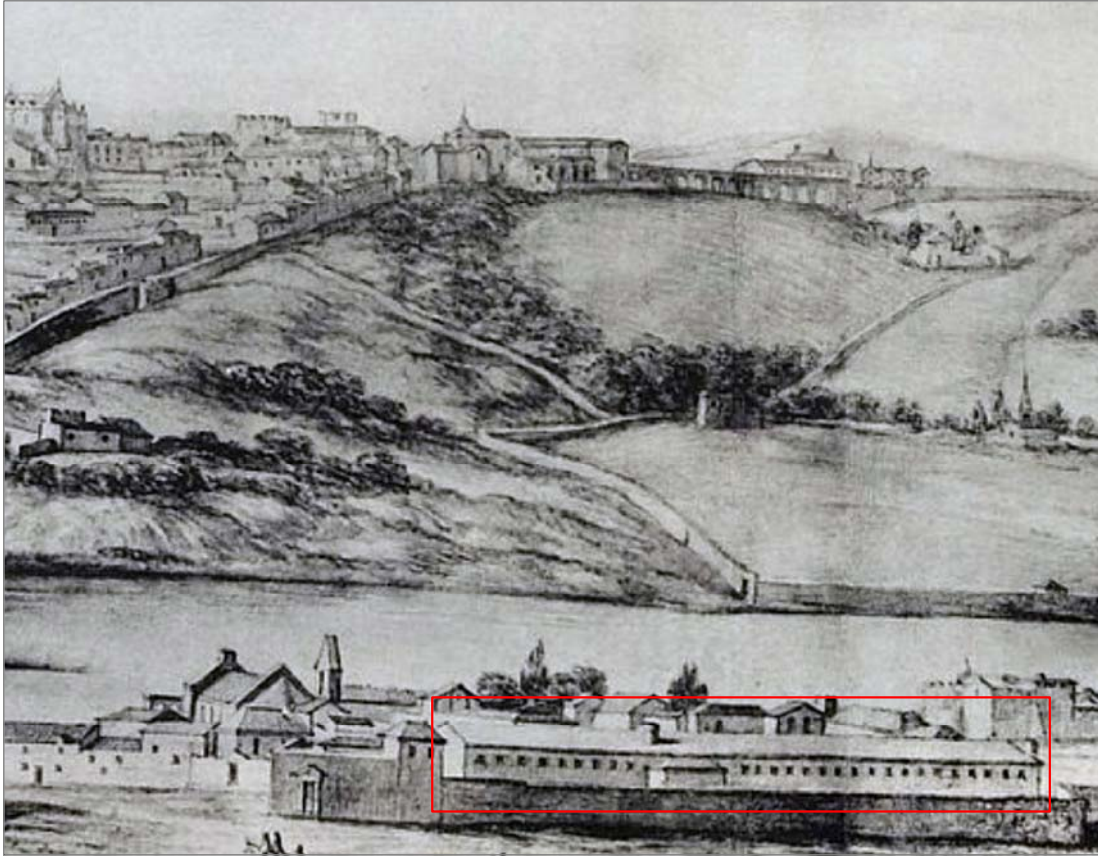
Não se conhece a data em que foi inaugurado, apenas que “(...) em aquel premeiro dia que i veerom comeer foi esta rainha [D. Isabel] e a rainha dona Beatriz, molher delrey seu filho, comeer em aquel refeitório novo (...)”.⁷² Do séc. XVI, uma citação diz que: “Aqui, finalmente um refeitório tão amplo em comprimento e largura que podem sentar-se nele, da forma mais cómoda, duzentas freiras. E, assim, quer por causa desta tão vasta magnitude, quer porque, quando o rio crescia, se enchia com uma humidade doentia, ele não era utilizado”⁷³ Nesta descrição, sobres-

⁷⁰ Frei Manuel da esperança citado em Macedo (2006), pág. 822.

⁷¹ Helena Costa Toipa citada em Macedo (2006), pág. 825. Na realidade, a sala tem de comprimento 13,50m e de largura 6,40m, o que lhe dá uma área de 86,4m².

⁷² José Joaquim Nunes citado em Macedo (2006), pág. 840.

⁷³ Helena Costa Toipa citada em Macedo (2006), pág. 840.



76: Pormenor da Pintura de Pier Maria Baldi, 1669 (ver fig. 13, pág. 40).

Legenda:

Volume do dormitório

sai a ideia de uma sala grandiosa.

Sabe-se, ainda, que a entrada no refeitório era feita através de um portal com arco apontado, suportado por colunelos finos, e rodeado por duas arquivoltas molduradas. Os capitéis deste portal, de formato troncocónico, são de enorme valor gótico pois apresentam uma decoração vegetalista muito trabalhada, assemelhando-se a folhas de carvalho. Facilmente se compreende o cuidado transmitido a esta porta se pensarmos que, aos olhos de um religioso, no refeitório de uma casa religiosa se dá a Ceia de Cristo, importante acontecimento da história cristã. Logo, a entrada para um espaço tão digno não podia ser efectuada através de uma porta simples, sem decoração ou sem evidenciar a sua relevância.

Em estrita relação com este espaço estava a sala *de profundis*, que comunicava com a galeria Norte do claustro, onde se recitava o salmo *de profundis* antes das refeições. Pensa-se que a cozinha estava encostada à parede sul do refeitório, não tendo comunicação directa com o claustro maior mas sim com o refeitório e com o claustro menor.

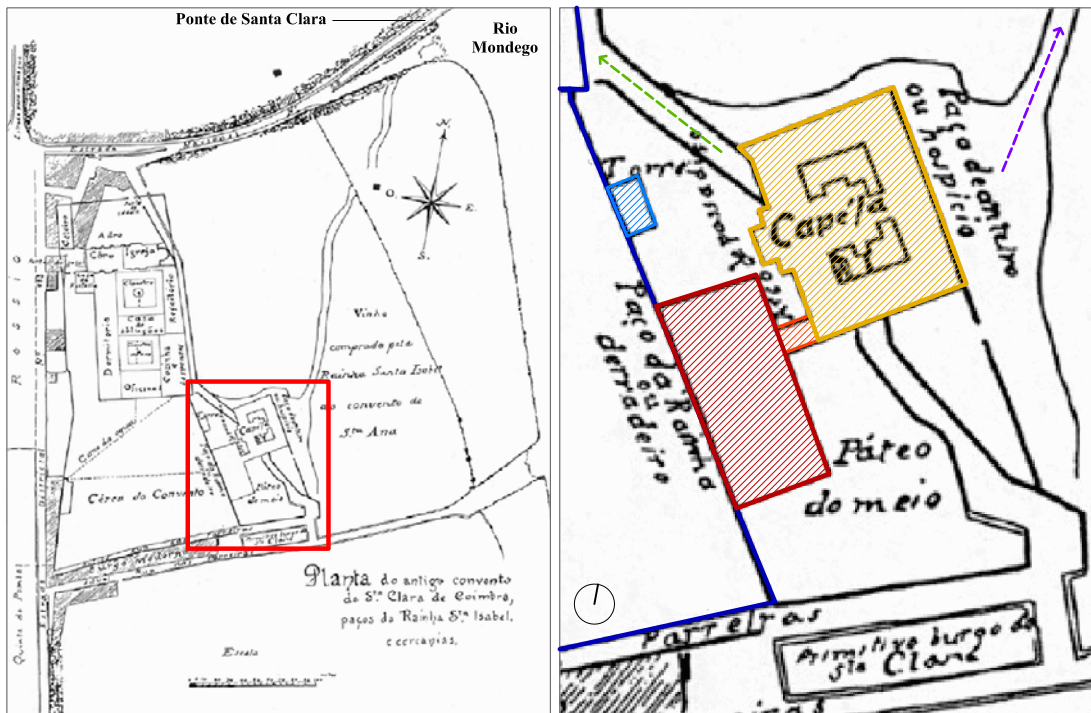
Por estar voltado para o Mondego, estava mais vulnerável às cheias, facto que explica o seu prematuro desaparecimento.

Dormitório

É o edifício deste núcleo monástico do qual se possui menos informação já que, à semelhança de outras dependências monásticas, desapareceu no séc. XVIII.

Para além da sua localização, contígua à galeria Oeste do claustro, pouco se sabe. No séc. XV, o padre jesuíta Pedro João Perpinhão refere o dormitório como: “é admirável de ser dito, existem cinco fileiras de quartos, das quais qualquer uma parecerá poder ser suficiente para uma comunidade não pequena, para além de duas ainda menores”.⁷⁴ Nesta referência, não se consegue deslindar o número total de celas que cada ala continha mas sabemos que existiam cinco fileiras de quartos. Observando uma aguarela panorâmica de Coimbra, da autoria de Pier Maria Baldi, de 1669, constatamos que o pintor representou o volume dos dormitórios com trinta pequenas janelas. Se cada janela representa uma cela, temos cerca de 30 freiras por

⁷⁴ Macedo (2006), pág. 847. Pato Macedo afirma que este relato se “refere a um dormitório já da época moderna”.



ala, perfazendo o total de 150 freiras, uma comunidade clarissa considerável. Pela observação da planta de António de Vasconcelos de 1928, reforçamos a ideia de que os dormitórios de Santa Clara constituíam um volume bastante comprido, de planta rectangular, que se estendia da fachada sul da igreja até às oficinas que limitavam o segundo claustro.

Depois da sua ruína, a zona dos dormitórios foi transformada em “pedreira”⁷⁵ para auxiliar a construção do novo mosteiro, no Monte da Esperança.

Paço da Rainha

Com o intuito de seguir atentamente as obras do mosteiro, D. Isabel mandou construir um paço próximo da igreja Santa Clara de Coimbra. A 12 de Março de 1328, a rainha decidiu doar o paço ao mosteiro de Santa Clara, com a condição da sua utilização se fazer, exclusivamente, pela família real.⁷⁶

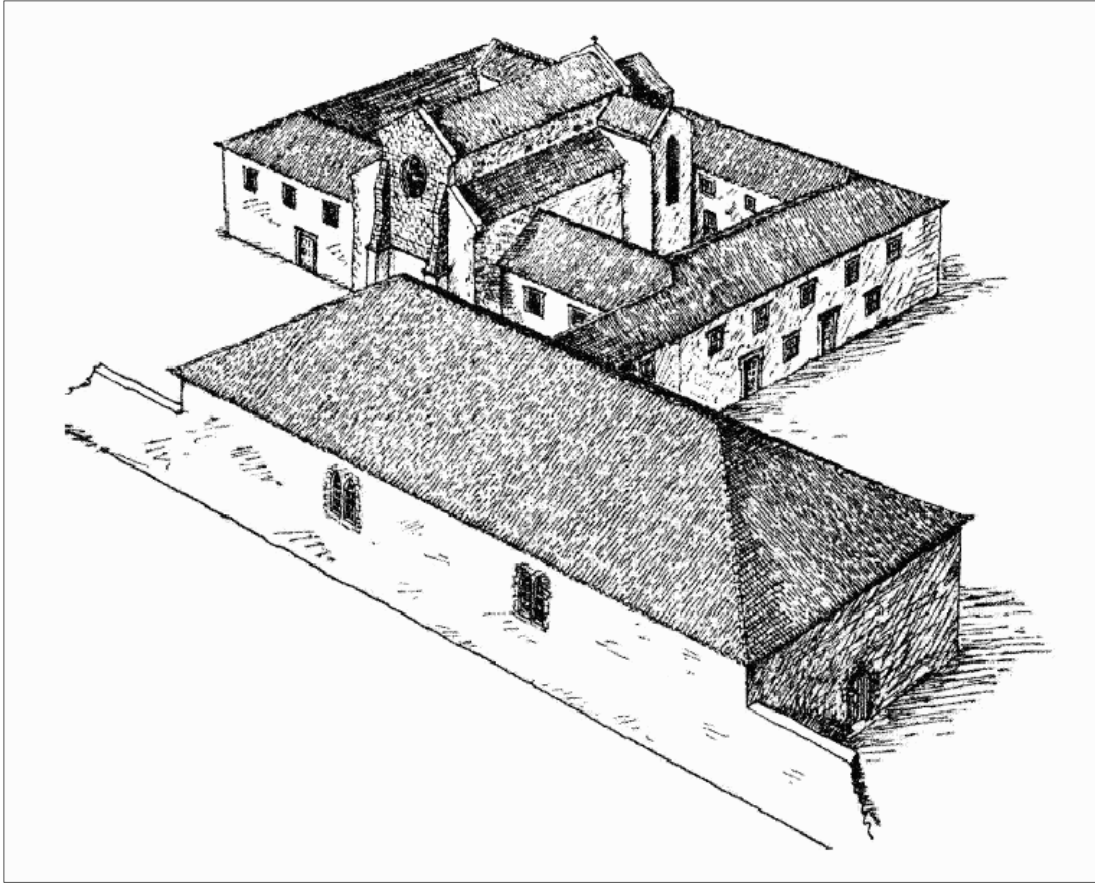
Voltamos a recorrer à planta de António de Vasconcelos onde o Professor traçou uma possível configuração e localização do paço: situava-se ligado ao muro nascente da cerca, para sul do conjunto monástico, provavelmente defendido por uma torre, ligado ao hospício por um passadiço em forma de arco. Durante as campanhas arqueológicas do IPPAR, encontraram-se duas janelas simples de arco apontado e arestas chanfradas, rasgadas no muro da cerca que se crêem ser do Paço da Rainha, confirmando, assim, a localização sugerida por António de Vasconcelos. Sabia-se ainda que, a fachada principal estava virada a nascente, onde existia um pátio denominado de “terreiro do meio” ou “terreiro dos paços”, porque se situa entre o hospício e o Paço da Rainha. Em 1444, surge um documento no qual é referida a obediência do bispo de Coimbra ao arcebispo de Braga, tendo a cerimónia acontecido nos “paços do rei que estão em Santa Clara no eirado dos ditos passos que se dis balcom”.⁷⁷ Por esta descrição pode-se afirmar que na fachada voltada para a cidade, o paço tinha uma varanda, provavelmente ligada à sala principal do edifício.

Estas são as únicas descrições que se conhecem do Paço da Rainha já que, em Fevereiro de 1559, um sismo derrubou a construção, que se encontrava debilitada pe-

⁷⁵ Macedo (2006), pág. 852.

⁷⁶ Frederico Francisco de La Figanière citado em Macedo (2006), pág. 862. Comprovado no testamento da rainha denominado de “*codicillo da Rainha D. Isabel*”.

⁷⁷ Macedo (2006), pág. 871.



80: Reconstituição hipotética do Paço da Rainha e do Hospício. Desenho de Joaquim Manuel da Silva Correia.

las cheias do Mondego. A 25 de Maio de 1598, as ruínas deste espaço foram aforadas pelas religiosas ao hortelão do mosteiro num período em que se previa a mudança para Santa Clara-a-Nova.

Hospício

Este edifício de fundação laica inseria-se no contexto de acção caritativa do mosteiro de Santa Clara de Coimbra, como meio de a rainha encontrar uma vida espiritual intensa, não pretendendo curar doenças graves mas sim prestar assistência a idosos e pobres.

A de 27 Outubro de 1322, o papa João XXII redigiu uma bula na qual referia o Paço da Rainha e concedia a necessária licença para a fundação de um hospício nas imediações do mosteiro. No mesmo documento, é mencionado que a construção se destinaria a 15 homens e 15 mulheres, e que era permitida a construção de altares e de um pequeno cemitério. A 8 de Dezembro de 1327, o altar da capela hospitalar foi sagrado. Crê-se que o hospício tenha começado a funcionar entre 1328 e 1336, constituindo um forte pólo de atracção de população. A preocupação da rainha D. Isabel na manutenção deste espaço é demonstrada pela sucessiva compra de bens “pera mantimento do seu Espital de Santa Isabel qíue ela fez em Coimbra apar das Casas de sa Morada.”⁷⁸ No testamento que redigiu a 22 de Dezembro de 1327, D. Isabel confiaria, após a sua morte, a guarda e administração do hospício à abadessa de Santa Clara, deixando os seus bens para a manutenção do edifício.⁷⁹

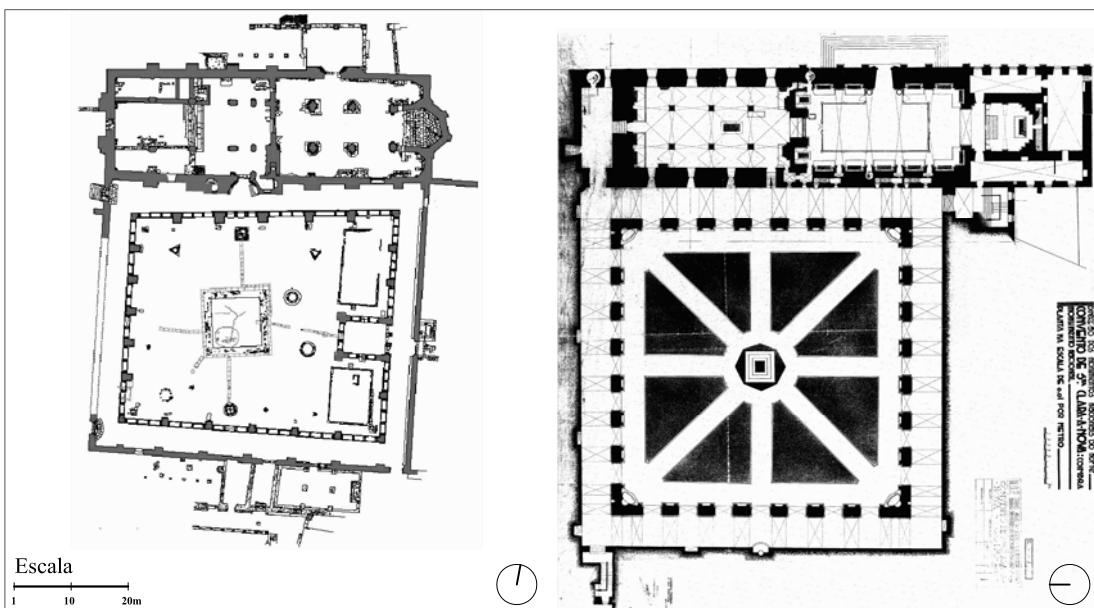
Na sequência das cheias do Mondego, este edifício também entrou em ruína, perdendo-se nas camadas de sedimentos que cobriram grande parte do mosteiro, razão pela qual a informação existente é tão reduzida e insuficiente para uma descrição exacta. Através da planta de António de Vasconcelos, sabe-se que o hospício se localizava atrás do Paço da Rainha, ligado por uma passagem em arco. Talvez por este facto, alguns relatos referem o hospital como “paaço dianteiro”. Era um edifício rectangular, formado por dois braços divididos por género, ligados por um volume mais pequeno, ao centro, que seria a capela hospitalar.

⁷⁸ Vasconcelos (1993), pág. 128. Autorização facultada pelo rei D. Afonso IV, filho da rainha, a 1 de Outubro de 1329 para comprar bens que rendessem 1300 libras.

⁷⁹ Vasconcelos (1993), pág. 12 a 18.



81: Convento de Santa Clara-a-Nova. Fotografia de Rita Cruz, 2011.



82 e 83: Comparação do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha com o Convento de Santa Clara-a-Nova, plantas à mesma escala.

O hospício manteve-se em funcionamento até 1559, ano de ruína do Paço da Rainha, e, embora tenha sobrevivido ao sismo, ficou em muito mau estado. Existe uma citação do séc. XVII que diz que “o hospital teve a mesma desgraça de cair pera nunca se erguer. Não ficou dele em pé senão a sua Igreja, mas tão cativa das cheas, que pera se por em salvo, ao menos o Altar, subio por doze degraos”.⁸⁰ Perdia-se assim uma importante parte do conjunto monástico de Santa Clara-a-Velha.

3.4 O processo de abandono do mosteiro

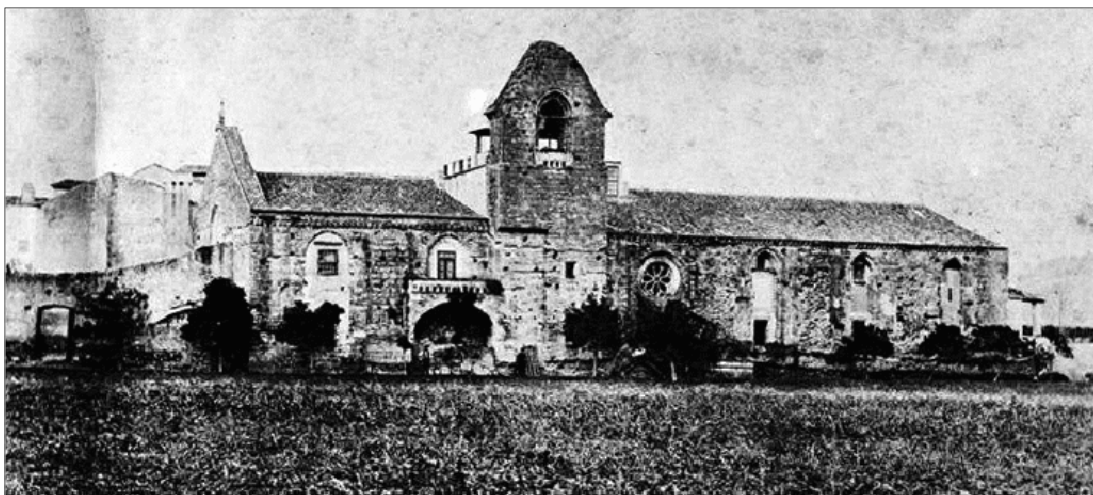
Durante o século XVI, toda e qualquer cheia fustigava o mosteiro de Santa Clara-a-Velha e os demais edifícios religiosos situadas nas proximidades do rio. Uma carta do rei D. Filipe I, de 17 de Janeiro de 1585, comenta esta situação: “Que o ryo Mondego com as forças das cheas dos invernos passados arrujnara por algumas partes a ponte noua da parte do mosteiro de santa clara, e fizera muito dano na igreja e officinas dele, rompéra a cerca do muro de São Francisco (...)”.⁸¹ No séc. XVII, Frei Manuel da Esperança escreveu acerca das condições delicadas em que viviam as freiras: “Corta a alma ver tão grande perdição (...) de algumas oficinas não há mais que o seu rasto, e quase todo desfeito pelas enchentes do rio. Outras jazem entulhadas como lodo sem se poder usar delas”.⁸²

Após a Restauração da Independência, em 1640, surgiu a oportunidade de alterar esta situação quando o rei D. João IV, a rainha D. Luísa de Gusmão e o príncipe D. Teodósio ingressaram na Confraria da Rainha Santa, congregação devota da Rainha Isabel de Aragão. Ao integrar esta irmandade, D. João IV ouviu os protestos das clarissas sobre o estado da sua casa religiosa e a apreensão sentida relativamente a uma eminente derrocada. Assim, a 2 de Julho de 1647, o rei redigiu um alvará no qual autorizava a mudança do mosteiro e a transladação do cofre fúnebre da Rainha Santa para junto da ermida de Nossa Senhora da Esperança, no Monte da Esperança. A primeira pedra foi lançada em 1649, sendo a autoria do projecto do frei beneditino João Turriano (1610-1679), nomeado engenheiro-mor do reino em 1631 e futuro lente de Matemática da Universidade de Coimbra. O projecto em algumas semelhanças com Santa Clara-a-Velha, levando a crer que é uma inter-

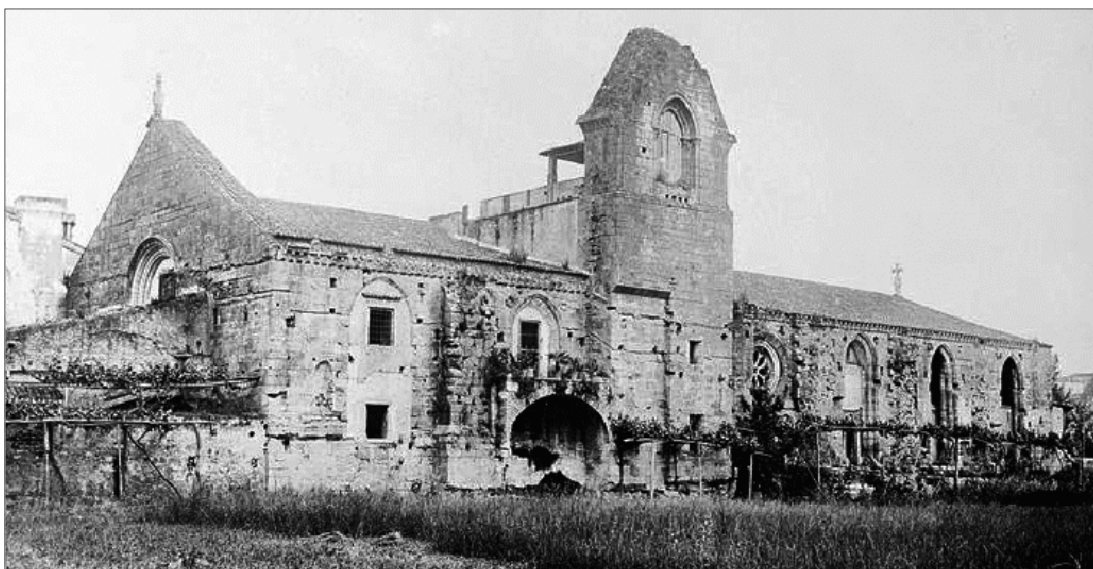
⁸⁰ Frei Manuel da Esperança citado em Macedo (2006), pág. 882.

⁸¹ J. C. Ayres de Campos (1867) citado em Lopes (1998), pág. 17.

⁸² Frei Manuel da Esperança (1666) citado em Macedo (2006), pág. 133.



84: Estado do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha antes do início da intervenção dos Monumentos Nacionais, cerca de 1926-28. Arquivo DGEMN.



85: Estado do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha antes do início da intervenção dos Monumentos Nacionais, cerca de 1926-28. Arquivo DGEMN.



86: Estado da fachada poente em 1906.
Fonte: Pato Macedo.



87: Estado da cabeceira em 1923.
Fotografia de Marques de Abreu.

pretação do cenóbio primitivo: em ambas as igrejas, a entrada está centrada no espaço dos fiéis, e a zona das freiras tem, sensivelmente, as mesmas dimensões.⁸³ Contudo, Santa Clara-a-Nova é uma construção mais robusta devido ao tipo de abobadamento, o espaço dos fiéis tem mais dois tramos e o claustro é maior. A sua construção demorou cerca de trinta anos, o que inquietou as clarissas pois Santa Clara-a-Velha encontrava-se próxima da ruína. A 29 de Outubro de 1677, as religiosas mudaram-se, definitivamente, para o novo mosteiro, que só foi concluído em 1696 e, posteriormente, sagrado a 26 de Junho, pelo bispo de Coimbra D. João de Melo. Tal como o mosteiro inicial, Santa Clara-a-Nova foi dedicada a D. Isabel de Aragão, razão pela qual o relicário com os sagrados despojos da Rainha Santa tomaram lugar de destaque no altar-mor, em deslumbrante retábulo.

Após a passagem para Santa Clara-a-Nova, as monjas redigiram contractos de aforamento através dos quais alienaram o domínio útil da cerca e das construções anexas ao mosteiro primitivo. Durante algum tempo, mantiveram a igreja aberta ao público e procuraram conservar na sua posse as ruínas do mosteiro contudo, a degradação era tal que qualquer cerimónia de culto na velha igreja era um acto impraticável. As ruínas do mosteiro foram aforadas em 1770 ao capitão José Alves Faria, o qual, a pedido das freiras, deveria entulhar o piso primitivo da igreja bem como todos os charcos de água. Na segunda metade do séc. XIX, o mosteiro foi adaptado a armazém agrícola e estábulo, destruindo partes importantes da igreja: o interior estava compartimentado e por cima do piso do séc. XVII existia um estrado em madeira que servia de celeiro, a capela-mor havia sido parcialmente demolida para se construir uma eira, o vão entulhado, os absidiolos destruídos e a cerca do mosteiro havia-se transformado em terreno agrícola. Em 1853, António Maria Osório comprou as ruínas do mosteiro as quais se apresentavam irreconhecíveis,⁸⁴ contudo, a situação de destruição e abandono não se alterou.

Cerca de três séculos e meio depois da sua sagração, o primitivo mosteiro de Santa Clara entrou, assim, num processo de esquecimento, que levou à ruína da igreja e ao quase total desaparecimento das demais dependências monásticas.

⁸³ Em Santa Clara-a-Velha, o espaço de clausura mede 16,90m por 26,40m (446,00m²); em Santa Clara-a-Nova, o mesmo espaço mede 14,00m por 25,35m (354,90m²).

⁸⁴ Mourão (2000), pág. 33. Taparam-se janelas e portas, destruiu-se a rosácea da fachada oeste para abrir uma porta e transformou-se a abside em eira.

Parte II
Do processo de valorização ao
Centro de Interpretação

1. Cronologia:

Linhas de intervenção no mosteiro de Santa Clara-a-Velha

Fontes:

Lopes, Flávio, Correia, Miguel Brito. *Património arquitectónico e arqueológico : cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa : Livros Horizonte, 2004.

Macedo, Francisco Pato de. *Santa Clara-a-Velha de Coimbra – Singular Mosteiro Mendicante*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na área de História e especialidade História da Arte. Coimbra : Ed. Autor, 2006.

Neto, Maria João Baptista. *Memória, propaganda e poder : o restauro dos monumentos nacionais : 1929-1960*. Porto : Faup Publicações, 2001.

<http://www.monumentos.pt>

	Acontecimentos nacionais Normas patrimoniais	Linhas de Intervenção no Mosteiro	
		Reparações / (Re)Construções	Remoções / Demolições
1910	Classificação do mosteiro de Santa Clara-a-Velha como monumento nacional.		
1925	D. Miguel Osório Cabral de Alarcão arrenda a Igreja à 2ª Circunscrição de Arte e Arqueologia (Coimbra), pelo prazo 99 anos e 50\$00 anuais.		
1928		Reparação do telhado e terraço anexos ao campanário da igreja.	Desaterro do pavimento superior da igreja; Demolição das paredes da habitação; Remoção de entulhos.
1929	Fundação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.		
1931	Carta de Atenas, sobre restauro de monumentos.		
1932	Resolução sobre conservação de monumentos históricos e de obras de arte. Início das obras de salvaguarda sob orientação do Arquitecto Baltazar de Castro, Director dos Monumentos Nacionais Norte até 1937.	Substituição de cantarias quebradas.	Demolição parcial das abóbadas de tijolo duplo que suportavam o piso do séc. XVII; Remoção de entulhos.
1935		Reconstrução de paramentos de cantaria de pilares, colunelos, bases, capitéis, cornijas e modilhões; Completação da empena do campanário, incluindo cimalha; Restauro de dois pilares da nave central; Construção e assentamento de cantaria ornamentada no óculo da rosácea da fachada poente; Reparação da cobertura e construção de alvenarias sobre as abóbadas para inclinação do telhado; Execução de roço nas alvenarias junto à cimalha e assentamento da restante cimalha; Construção de caleiras em cantarias e em telha.	Remoção de entulhos.
1936		Construção e assentamento de cantaria lisa à fiada e de cantaria moldurada em janelas, portadas e pilares; Desbaste de cantarias arruinadas.	Remoção de entulhos.
1937		Assentamento de cantaria apicoada à fiada com argamassa de cimento; Desbaste de cantarias truncadas; Construção e assentamento de cantaria apicoada moldurada em janelas e pilares.	
1938		Lavagem de cantaria e tomadas de juntas em abóbadas; Conserto e substituição de cantaria.	Remoção de entulhos.

Acontecimentos nacionais		Linhas de Intervenção no Mosteiro	
Normas patrimoniais		Reparações / (Re)Construções	Remoções / Demolições
1939		Reconstrução completa de cantaria moldurada e de paredes de cantaria com silhares à fiada; Assentamento de telha nacional dupla na cobertura das abóbadas; Lavagem de cantarias; Colmatação de juntas.	
1940	Inauguração do Portugal dos Pequenitos, a 8 de Junho. Celebração do VIII Centenário do Nascimento de Portugal e III Centenário da Independência de Portugal.	Reedificação de paredes de cantaria em silhares assentes em cal hidráulica; Assentamento com argamassa hidráulica de telha nacional dupla na cobertura da abóbada.	
1942		Assentamento de silhares em cantaria aparelhada à picola miúda, incluindo roços; Colocação de caleiras em cantaria aparelhada à picola miúda, roços e assentamento; Colocação de isolamento no asfalto sobre abóbadas; Assentamento de telha românica sobre abóbadas com reboco hidráulico.	Remoção de entulhos.
1944		Reparação de caleiras na cobertura; Assentamento de telha românica em canais e de tijolos em pavimento; Utilização de cantaria apicoada em molduras; Regularização de paredes com alvenaria argamassada.	
1951	A 05 de Abril dá-se início às obras públicas na Ponte de Santa Clara.		
1954	Decorrem várias obras de reparação, protecção, sondagem e limpeza no mosteiro sob orientação do Arquitecto Luís Amoroso Lopes, Director dos Monumentos Nacionais Centro até 1981.	Limpeza da envolvente do mosteiro; Construção de escada e passadiços de acesso à igreja; Construção de taipais para vedação de certas zonas da igreja; Conclusão da cobertura da nave lateral direita; Limpeza e arranjo das caleiras em cantaria; Reparação de cantarias de vãos, com substituição de algumas pedras.	
1956	Recomendação sobre os princípios internacionais aplicáveis a escavações arqueológicas.	Limpeza do pavimento da igreja; Regularização de terras no exterior.	
1960	Celebração do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.		
1962		Construção de um passadiço para unir o pavimento na nave central; Construção de uma escada em madeira para acesso ao piso do séc. XVII; Limpeza dos terrenos envolventes à igreja e de paramentos de cantaria;	Arranque de ervas; Remoção de entulhos.

Acontecimentos nacionais		Linhas de Intervenção no Mosteiro	
Normas patrimoniais		Reparações / (Re)Construções	Remoções / Demolições
1963		Arranjo da cobertura de uma das naves.	Remoção, do interior da igreja, de detritos trazidos pelas cheias.
1964	Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios.	Pequenas obras de preservação.	Arranque de ervas.
1966	Celebração dos quarenta anos da Revolução de 1926.		Arranque de ervas.
1968		Limpeza de paramentos de silharia; Reconstrução e fixação da escada de acesso à igreja.	Arranque de ervas.
1969	Convenção europeia para a proteção do património arqueológico.		
1970			Arranque de ervas; Remoção de entulhos trazidos com as inundações.
1971			Remoção de entulhos.
1972	Recomendação sobre protecção, no âmbito nacional, do património cultural e natural.		
1975	Carta europeia do património arquitectónico.		
1976	Carta sobre turismo cultural e recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea. Aquisição do imóvel pelo Estado por 2500\$00.	Colocação de grades nas janelas mais facilmente acessíveis e de uma grade móvel em ferro no vão de acesso ao interior da igreja; Substituição da escada principal de acesso, do passadiço da entrada e da escada de acesso ao campanário por elementos idênticos em ferro (os anteriores eram de madeira); Sondagens junto à fachada poente da igreja com o objectivo de determinar a cota do pavimento primitivo.	Remoção de terra e lodo acumulados no interior da igreja e na sua envolvente.
1977		Vedação de duas aberturas para impedir a entrada de detritos das cheias; Reparação de uma parte do telhado; Limpeza de arbustos nas juntas do alçado norte e colmatação dessas juntas.	Remoção, por bombagem, de lamas acumuladas no interior da igreja.
1978		Obras de protecção da igreja; Reparação de um dos terraços da cobertura; Remate da cobertura da nave central; Colocação de um portão de ferro para proteger o edifício de vandalismo.	
1980	A transferência do mosteiro de Santa Clara-a-Velha da DGEMN para o Instituto Português do Património Cultural (IPPC).		

Acontecimentos nacionais		Linhas de Intervenção no Mosteiro	
Normas patrimoniais		Reparações / (Re)Construções	Remoções / Demolições
1981		Limpeza e reparação dos telhados; Reparação do beirado e consolidação das portadas de acesso aos telhados sobre a capela-mor; Tapamento em alvenaria e reboco dos ressaltos junto à capela-mor; Limpeza de arbustos nas fachadas e no terraço sul do telhado.	Remoção de entulhos.
1987	João Palma-Ferreira, Presidente do IPPC, expõe a programação dos trabalhos de “Recuperação integral da Igreja e dos claustros de Santa Clara-a-Velha de Coimbra”.	Avaliação das habitações na envolvente para determinar as que seriam necessário adquirir ou expropriar pelo Estado.	
1989	Concurso de ideia lançado pelo IPPC com o objectivo de valorizar o monumento e envolvente. Os vencedores foram os arquitectos João Rapagão e César Fernandes com um projecto que comporta plataformas de acesso evitando o contacto físico do visitante com a ruína, mantendo a água nas partes submersas e prevendo o visionamento da ruína através da água (projecto não realizado).		
1990	Carta internacional sobre a protecção e a gestão do património arqueológico.		
1992	Convenção europeia para a protecção do património arqueológico. A 1 de Junho o imóvel é afecto ao Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAAR).	Obras de substituição do telhado; Sondagens; Lavagem de pedras no exterior da igreja; Substituição de pedras na fachada poente; Colmatação de juntas; Colocação de vidro fosco e laminado a jacto de areia na rosácea da fachada poente.	Remoção de argamassas na cobertura da nave central.
1994	Documento de Nara sobre a autenticidade do património cultural. O IPPAAR lança um concurso público para desterrar a igreja.	Bombagem permanente da água para possibilitar escavações no interior e envolvente da igreja.	
1995		Intervenções arqueológicas efectuadas pelo Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (até 1999).	
1997	Substituição do IPPAAR pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) que realiza o Fórum-debate “O Estaleiro de Santa Clara-a-Velha. Questões e Soluções. O elemento água: problemas de conservação e valorização” no qual se discutiu o futuro do conjunto monástico.		

Acontecimentos nacionais Normas patrimoniais	Linhas de Intervenção no Mosteiro	
	Reparações / (Re)Construções	Remoções / Demolições
1998 Manuel Maria Carrilho, Ministro da Cultura, divulga a decisão final de manter em “ambiente seco” a igreja do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.		
1999 Carta internacional sobre o turismo cultural.		
2000 Carta de Cracóvia sobre os princípios para a conservação e o restauro do património construído.		
2001 Concurso para a construção da cortina de contenção periférica, adjudicada em Setembro. O mosteiro é novamente inundado.	Devido às cheias, é executada uma "ensecadeira" à volta do mosteiro.	
2004 Concurso de valorização do mosteiro e envolvente, lançado pelo IPPAR, ganho pelo Atelier 15. Inauguração do Parque Verde do Mondego, projecto na margem direita do Mondego, da autoria do Arquitecto Camilo Cortesão..	O Atelier 15 pretende manter a "ensecadeira", consolidar a ruína, recolocar algumas peças (capitéis, colunas, etc.) e construir um circuito de visita que permita a leitura do conjunto monástico; É, ainda, alvo de projecto, a construção de um novo edifício, a sul do claustro, para um centro de interpretação.	
2005 Início do projecto Entrada Poente do Parque Verde do Mondego, da autoria do Arquitecto Gonçalo Byrne, adjacente ao mosteiro de Santa Clara-a-Velha.		
2006 Apresentação pública do projecto de valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. O IPPAR é substituído pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico (IGESPAR).		
2007 Conclusão do projecto Entrada Poente do Parque Verde do Mondego.	Construção do centro de interpretação.	
2008	Conclusão do centro de interpretação.	
2009 Definição de nova Zona Especial de Protecção, alterando a publicada no Decreto-Geral 174 de 26 Julho 1954. A 18 de Abril, o mosteiro e o centro de interpretação abrem ao público.		
2010 A 21 de Outubro, o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha vence o prémio Europa Nostra 2010; Ganha o Prémio Internacional AR&PA 2010, atribuído pela Junta de Castilla y León.		
2011 O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha é nomeado para o Prémio do Museu Europeu do Ano 2011, organizado pelo European Museum Forum.		

2. O tempo anterior à conservação do mosteiro de Santa Clara-a-Velha

Em Portugal, no seguimento da extinção das ordens religiosas em 1834, subitamente, vários imóveis passaram a ser propriedade do Estado. A ruína de monumentos, roubo de obras de arte e a reutilização de espaços religiosos para outros fins, aliada à lenta reacção do Governo, levou sociedades eruditas a intervirem na protecção dos monumentos, num tempo em que emergiam na Europa várias teorias relativas ao restauro e conservação do património histórico. Em França, apareceu a *unidade de estilo* de Viollet-le-Duc (1814-1879) baseada na reconstrução e completação dos monumentos segundo a concepção primitiva; em Inglaterra, surgiu o *movimento anti-restauro* de John Ruskin (1819-1900) que defendia a conservação do estado actual dos monumentos como fonte de memórias a transmitir às gerações futuras; em Itália, destacam-se Luca Beltrani e o *restauro histórico* que propunha para cada monumento uma intervenção distinta, Camilo Boito e o *restauro científico* que previa soluções de equilíbrio entre conservação e restauro, e Gustavo Giovannoni e o *monumento e sítio histórico* que alargava a intervenção patrimonial à envolvente dos monumentos; por último, na Áustria, Alois Riegl propôs o *culto moderno dos monumentos* no qual previa mudanças no “valor de uso” dos monumentos (programa original, readaptações ou musealização).

A tomada de consciência do valor patrimonial do mosteiro de Santa Clara-a-Velha só aconteceu em 1882, quando a Comissão dos Monumentos Nacionais⁸⁵ questionou a Câmara Municipal de Coimbra acerca dos monumentos locais que deveriam ser salvaguardados, a qual destacou, entre outros, o mosteiro mendicante, considerado monumento nacional a 16 de Junho de 1910. Tudo parecia indicar que o processo de conservação do mosteiro iria arrancar, porém, a situação de ruína e abandono manteve-se por mais quinze anos devido à mudança política que ocorreu a 5 de Outubro de 1910, com a instauração da República em Portugal. Durante este período, reestruturou-se o Conselho dos Monumentos Nacionais dividindo-o em três Circunscrições,⁸⁶ tendo o Conselho da 2ª Circunscrição, sediado em Coimbra, lutado

⁸⁵ Rosas (1995), pág. 142. Órgão consultivo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, fundado em 1882, sob a direcção de J. Possidónio da Silva. Tinha como objectivo estudar, inventariar e classificar o património artístico nacional e propor acções de salvaguarda.

⁸⁶ Rosas (1995), pág. 155. Decreto de 28 de Maio de 1911. 1ª Circunscrição – Sul (sede em Lisboa); 2ª circunscrição – Centro (sede em Coimbra); 3ª circunscrição – Norte (sede no Porto).



88: Demolição das paredes da habitação na zona referente aos leigos, intervenção levada a cabo pela Comissão dos Monumentos Nacionais, cerca de 1928. Arquivo DGEMN.



89: Demolição da parede da habitação na janela adaptada a entrada quando o piso primitivo ficou inundado, intervenção levada a cabo pela Comissão dos Monumentos Nacionais, cerca de 1928. Arquivo DGEMN.

incessantemente pelo reconhecimento do valor patrimonial da igreja de Santa Clara-a-Velha, propondo actuar sobre o seu estado de ruína. Assim, a 18 de Agosto de 1925, o referido Conselho recebeu autorização para arrendar o mosteiro ao seu então proprietário D. Miguel Osório de Alarcão, por um período de 99 anos, e construir um armazém para que este pudesse guardar os seus haveres, deixando a igreja vaga, facto que só aconteceu em 1928.⁸⁷ Ao arrendar o imóvel, coube ao Estado zelar pelo mosteiro através da sua reconstituição e conservação. As primeiras medidas, executadas durante o ano de 1928, cingiram-se à reparação do telhado e terraço junto ao campanário, demolição das paredes da habitação que se havia instalado no interior da igreja e conseqüente remoção de entulhos.

No ano seguinte, os trabalhos foram interrompidos devido à fundação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), entidade vocacionada para salvaguarda de monumentos. Com a reparação do telhado e com a demolição das construções da habitação que ocupou a igreja, Santa Clara-a-Velha estava, então, preparada para receber a grande operação de salvaguarda e valorização que a DGEMN iria empreender nas décadas seguintes.

3. O processo de valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha

A fundação da DGEMN teve como principal objectivo a centralização de poderes que estavam repartidos por diversos organismos governamentais,⁸⁸ ficando a sua Direcção-Geral a cargo do engenheiro Henrique Gomes da Silva (1890-1969), no extenso intervalo entre 1929 e 1960, o que permitiu uma relativa coerência de procedimentos que consistiram na preservação, restauro e consolidação dos monumentos classificados.

Inicialmente, as directrizes da DGEMN direccionaram-se para a reintegração dos monumentos através de atitudes de depuração e restituição, inspiradas nas teorias de restauro da *unidade de estilo* de Eugène Viollet-le-Duc, as quais nunca chegaram

⁸⁷ **Macedo** (2006), pág. 144. A escritura foi celebrada a 9 de Outubro de 1925 contudo, em 1926, a verba para a construção do anexo não tinha sido aplicada. A 28 de Março de 1928, a igreja continuava ocupada porque o proprietário dizia necessitar do espaço para colheita futura.

⁸⁸ **Neto** (2001), pág. 209. Concentração da Administração-Geral das Obras de Edifícios Nacionais, da Repartição dos Monumentos Nacionais e da Secção e Construções Escolares.

a ser totalmente absorvidas pelos técnicos da DGEMN. Esta visão, em geral, não consentia a coexistência de estilos diferentes, levando à eliminação de talha dourada, azulejos, mobiliário litúrgico e elementos arquitectónicos essenciais na evolução construtiva dos edifícios, sempre que os mesmos fossem considerados objecto de perturbação da leitura pretendida para o monumento. Simultaneamente, com a instituição do *Estado Novo*, em 1933, muitos monumentos foram *restaurados* com o intuito de afirmar o passado grandioso de Portugal e educar as futuras gerações, seleccionando os edifícios que melhor transmitissem esses valores históricos.⁸⁹

Assim, o entendimento que a DGEMN teceu relativamente a Santa Clara-a-Velha culminou numa directriz muito forte – devolver a igreja “à pureza da traça primitiva”⁹⁰ através do restauro integral, já que o mosteiro, pela sua história de luta e tragédia e pela sua fundação se dever à Rainha Santa, reunia todas as condições para se transformar num símbolo nacional. Com o intuito de valorizar o edifício primitivo, a DGEMN trabalhou segundo duas grandes linhas de intervenção: a reconstituição, sempre que possível, de elementos à semelhança dos originais, e a remoção de tudo o que encobrissem a origem do monumento. Embora todos os esforços tenham sido feitos para repor a “beleza primitiva” da igreja, os condicionalismos ambientais e técnicos não permitiriam a sua total execução, como veremos a seguir.

3.1 Conservação: reconstituições e demolições

Em Coimbra, as grandes intervenções em monumentos anteriores à DGEMN foram orientadas pelo mestre António Augusto Gonçalves (1848-1932), figura importante na coordenação das obras de salvaguarda da Sé Velha, Igreja de Santiago e Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Para a Sé de Coimbra, o mestre redigiu um “programa de restauro” do qual se destacam algumas ideologias que se verificaram também em Santa Clara-a-Velha, como por exemplo, a preocupação em remover do edifício “o que lhe modificava o carácter e prejudicava o efeito geral” ou o intuito de “concertar e restaurar o que lhe fora mutilado”.⁹¹ Com a sua morte, em 1932, estes monumentos ficaram a cargo do arquitecto Baltazar de Castro (1891-1967), director

⁸⁹ Neto (2001), pág. 144.

⁹⁰ Henrique Gomes da Silva citado em Neto (2001), pág. 209. O engenheiro dizia, ainda, que era necessário “integrar o monumento na sua beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores e reparando as mutilações sofridas, quer pela acção do tempo quer pelo vandalismo dos homens.”

⁹¹ António Augusto Gonçalves citado em Rosas (1995), pág. 163.



90: Obras no piso do séc. XVII e no óculo da fachada poente, cerca de 1934-35. Arquivo da DGEMN.



91: Arranque de abóbada de tijolo (demolida) que suportava o piso do séc. XVII. Fotografia de Rita Cruz, 2011.



92: Reconstrução dos absidiolos, cerca de 1934-35. Arquivo da DGEMN.

dos Monumentos Nacionais – Norte.

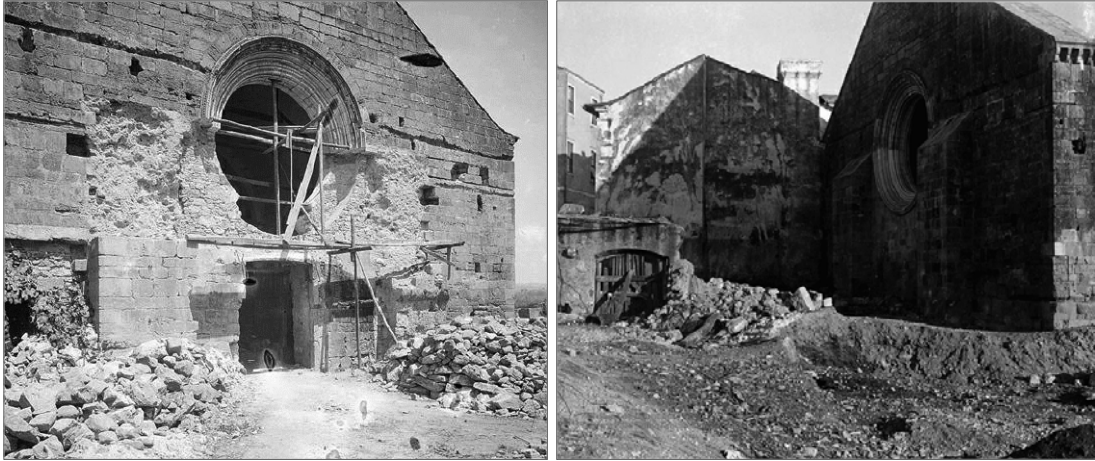
Quando a DGMEN recebeu o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, este havia sofrido pequenas demolições no interior da igreja e uma leve reparação numa parte do telhado, o piso primitivo estava coberto de entulho e lodo e das restantes dependências monásticas apenas se conhecia a sua hipotética localização, como vimos anteriormente, através da planta de António de Vasconcelos, já que o terreno estava transformado em plantação agrícola. Os grandes planos de reconstituição da grandeza medieval que o mosteiro outrora deteve não haviam sido, ainda, postos em prática. Neste seguimento, em 1932, Baltazar de Castro, em colaboração com os Professores António de Vasconcelos (1860-1941) e Vergílio Correia (1888-1944), concebeu um plano de obras a realizar na igreja de Santa Clara-a-Velha, na qual se pretendia demolir a maior parte do piso do séc. XVII e consequente abóbada de tijolo duplo que o suportava, deixando pavimento suficiente para circulação, demolir anexos, reconstruir as janelas geminadas das naves, as rosáceas e reparar os absidiolos.⁹² Vergílio Correia afirmou que, com estas medidas, “o edifício sai do confuso estado ruinoso para a precisão estilística, ganhando em imponência dentro da moderada altura a que a subida do terreno circundante o reduziu. E mais ganhará essa parte do templo quando forem reconstruídos os gigantes do lado norte, e a abside e absidiolas estiverem abobadadas de novo (...)”.⁹³

Esta intenção de projecto revela-se da maior importância por duas razões: primeiro, porque era uma acção que se enquadrava nos ideais de restituição da igreja ao seu estado primitivo, segundo, porque a demolição do piso do séc. XVII tinha como objectivo alcançar a altura original das naves da igreja e o interior dos absidiolos, ainda que o piso primitivo estivesse coberto de água. Contudo, das acções mencionadas, só a desarticulação do referido piso não se efectuou na sua totalidade devido à simultaneidade de obras que aconteciam na igreja, preservando-se os três últimos tramos da nave central, na zona do coro, e o tramo da zona dos fiéis, contíguo ao coro. Entendo que o facto de se preservar uma parte do piso do séc. XVII e demolir outra permitiu, por um lado, manter uma fase importante da evolução construtiva da igreja, por outro, possibilitou o conhecimento do seu espaço interior primitivo, sendo uma atitude mais equilibrada que o objectivo inicialmente proposto.

Em 1934, as intervenções de reconstituição da igreja prosseguiram com a pro-

⁹² Arquivo da DGMEN, ofício nº 1679, de 10 de Janeiro de 1932.

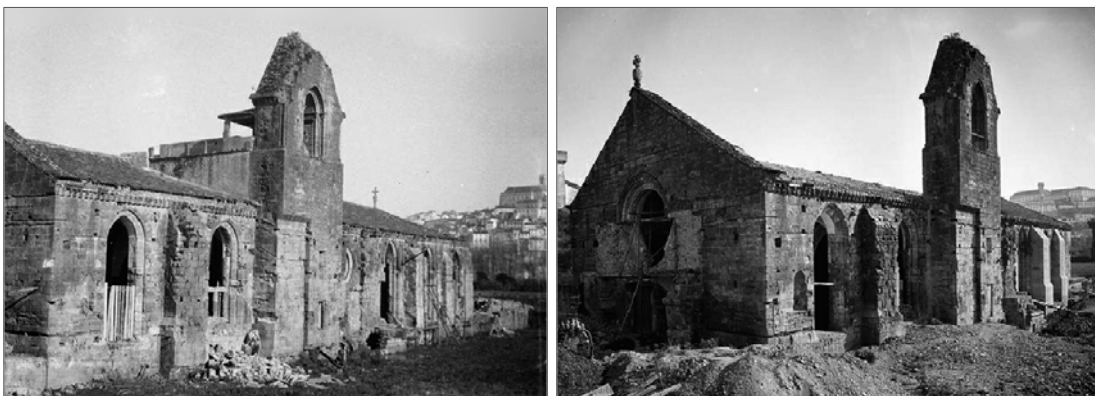
⁹³ Vergílio Correia citado em Macedo (2006), pág. 171.



93 e 94: Reconstrução do óculo da fachada poente e conclusão da obra, cerca de 1934-35. Arquivo DGEMN.



95: Reparações na cornija da fachada Sul, cerca de 1934-35. Arquivo DGEMN.



96 e 97: Remoção do anexo na cobertura, reconstrução de contrafortes na fachada Sul e obras no óculo da fachada Oeste, cerca de 1934-35. Arquivo DGEMN.

proposta de reconstrução das janelas e dos contrafortes das naves laterais, da cornija moldurada e de modilhões, de pilares, colunelos, bases e capitéis. As intervenções estenderam-se, também, ao telhado, problema que perdurou em todo o período de acção da DGEMN. O pressuposto de devolver a igreja à sua concepção original voltou a ser aludido com a proposta de restauro completo da capela-mor.⁹⁴ À semelhança da intervenção anterior, não se concretizou tudo o que se propunha, nomeadamente, a reconstrução da capela-mor, ficando-se pela reconstrução dos contrafortes e cornija da fachada sul e da rosácea da fachada nascente, executada com base em fragmentos conservados.⁹⁵ As reconstituições efectuadas foram importantes pois permitiram devolver à igreja uma certa integridade, perdida quando esta se transformou em armazém agrícola, ao contrário da proposta de restituição total da cabeceira, que se revelava uma operação excessiva, sobretudo porque não se tinha total conhecimento da sua concepção primitiva, já que havia sido transformada e estava em ruína há bastante tempo.

Em Abril de 1935, em consequência dos arranjos na cobertura iniciados no ano anterior, a igreja encontrava-se destelhada. Em Agosto, procedeu-se à construção das águas da cobertura que, pela observação de fotografias do arquivo da DGEMN, foi reconstruída segundo duas águas na nave central e uma água em cada nave lateral, separadas por caleiras em cantaria. Nos boletins da DGEMN não se encontra justificação para a mudança de tipologia da cobertura que diferencia as naves laterais da central, apenas se declara ser necessário “demolir o telhado actual para pôr a descoberto o primitivo”.⁹⁶ Contudo, uma solução de duas águas para as três naves seria uma opção mais equilibrada, semelhante ao que acontece no Mosteiro de Alcobaça ou no Convento dos Jerónimos, dois dos maiores exemplos de igrejas-salão em Portugal. No fim desse ano, terminou-se a reconstrução da empena do campanário e de dois pilares no interior da igreja e procedeu-se ao assentamento de caleiras e telhas na cobertura, a qual não ficou concluída.⁹⁷

No ano seguinte, apenas se procedeu ao assentamento de cantaria moldurada em janelas, portadas e pilares e remoção de entulhos pelo que, em 1937, Baltazar de

⁹⁴ **Arquivo da DGEMN**, memória descritiva do Orçamento, apresentado a 6 de Janeiro 1934, assinado pelo Engenheiro Manuel Pinto da Cruz.

⁹⁵ **Arquivo da DGEMN**. Através da proposta de António Domingues Esteves, datada de 8 de Novembro de 1934, sabe-se, ainda, que se reconstruíram colunas, janelas, arcos e óculos.

⁹⁶ **Arquivo da DGEMN**, memória descritiva do Orçamento, apresentada a 6 de Janeiro 1934.

⁹⁷ **Arquivo da DGEMN**, proposta apresentada a 24 de Agosto de 1935, pelo empreiteiro Manuel Jesus Cardoso.



98: Assentamento de telha na cobertura da nave lateral sul, 1942. Arquivo DGEMN.



99: Campanário reconstruído e nova cobertura, 1958. Arquivo DGEMN.



100: Antiga cerca monástica coberta por área agrícola, cerca de 1942. Arquivo DGEMN.

Castro, então Director do Serviço de Monumentos, solicitou uma estimativa das obras não orçamentadas em Santa Clara-a-Velha, que consistiam na continuação da reconstituição de elementos arquitectónicos da igreja e na colocação de telha nacional dupla na cobertura das abóbadas das naves para finalizar os arranjos no telhado.⁹⁸ Contudo, estas intervenções não foram executadas e, nos anos seguintes, apenas se procederam a pequenas reparações de cantaria, limpezas e remoção de entulhos e lodo.

Em 1938, o Governo demonstrou a intenção de celebrar, em 1940, o VIII Centenário do Nascimento de Portugal e III Centenário da Restauração da Independência, comemorações que levaram a DGEMN a intervir em monumentos a fim de os “vestir com roupagens condizentes com o espírito do programa festivo”.⁹⁹ As intervenções privilegiaram monumentos ligados ao nascimento e independência de Portugal, por isso, o Castelo e o Paço de Guimarães, o Palácio e o Castelo de Vila Viçosa, Sés e castelos por todo o Portugal, tiveram especial destaque. Consequentemente, e também devido à falta de verbas, durante os anos 40, houve um decréscimo nos trabalhos em Santa Clara-a-Velha, onde se propuseram apenas algumas acções de valorização que não tiveram execução, como a “consolidação e restauro do telhado” pela colocação de telhas e caleiras, problema que vinha desde 1935.

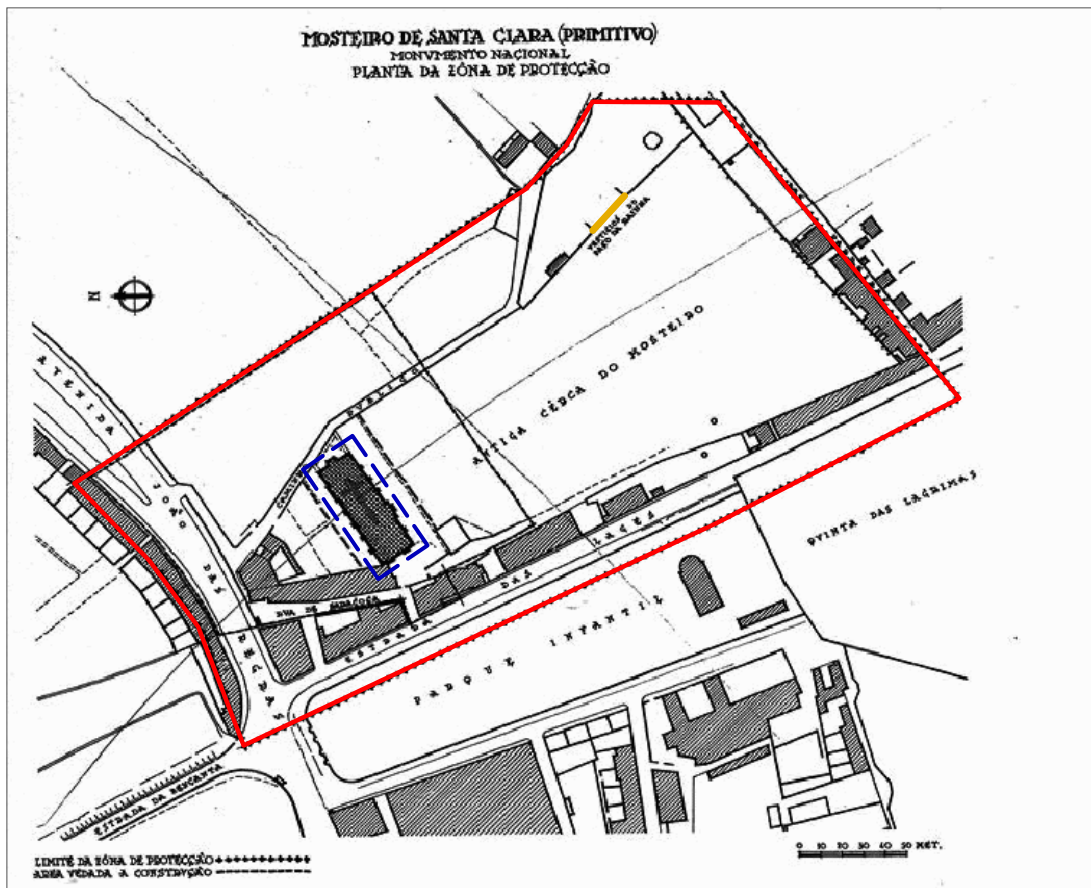
Nesta altura, avançou-se, ainda, com a hipótese de existirem vestígios arqueológicos no terreno da antiga cerca do mosteiro, a uma profundidade não inferior a três metros, sendo necessário criar uma zona de protecção na envolvente da igreja. Esta intervenção só teria execução anos mais tarde porém, é de destacar a mudança gradual na percepção do que é era conjunto monástico na época, primeiro centrado no mosteiro, depois começando a englobar as estruturas enterradas da igreja.

Entre 1949 e 1957, com a visita de personagens ilustres a Portugal, como o General Franco e a Rainha Isabel II, os trabalhos da DGEMN concentraram-se na salvaguarda do Palácio de Queluz, Teatro de S. Carlos, Mosteiro de Alcobaça, dos Jerónimos e da Batalha.¹⁰⁰ Este facto levou à diminuição dos trabalhos no mosteiro mendicante, à semelhança do que ocorreu na década anterior, contudo foi um período

⁹⁸ **Arquivo da DGEMN**, Ordem de Serviço nº 787, de 8 de Maio de 1937, enviada ao Arquitecto Chefe da 1ª secção – Porto.

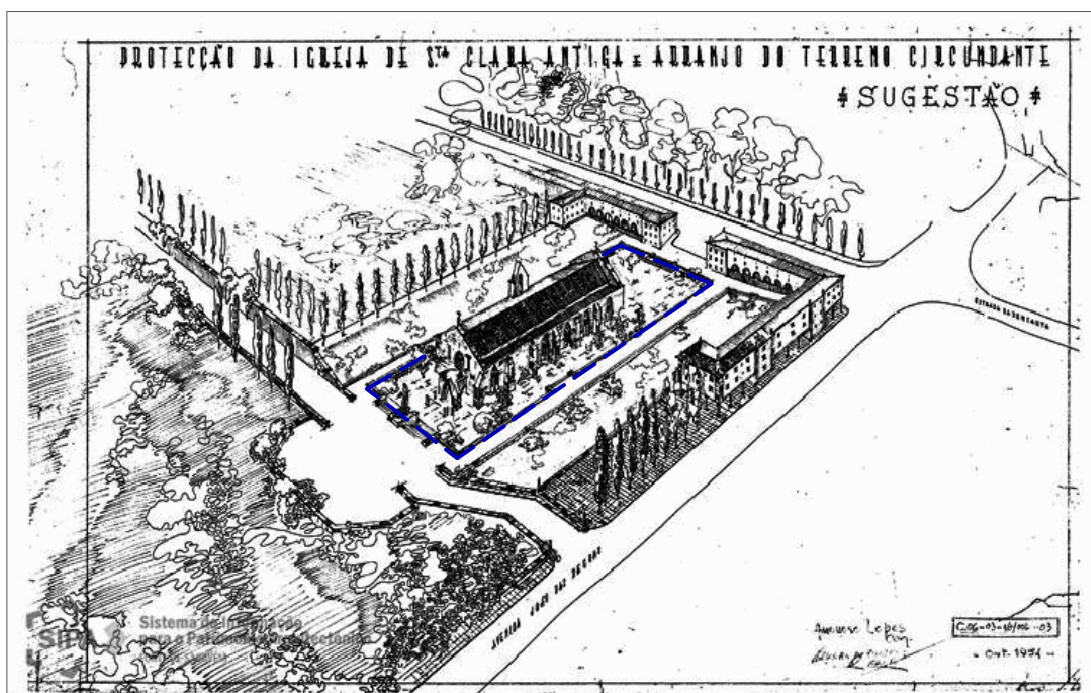
⁹⁹ **Neto** (2001), pág. 246 e 247.

¹⁰⁰ **Neto** (2001), pág. 249.



101: Planta da zona de protecção do mosteiro de Santa Clara-a-Velha, 1953. Arquivo DGEMN.

- Limite da zona de protecção
- Hipotética zona de protecção proposta por Augusto Santos Silva
- Vestígios do Paço da Rainha (janelas de arco apontado)



102: Arranjo urbanístico para Santa Clara-a-Velha, da autoria do arquitecto Amoroso Lopes, 1954. Arquivo DGEMN. Hipotética zona de protecção proposta por Augusto Santos Silva

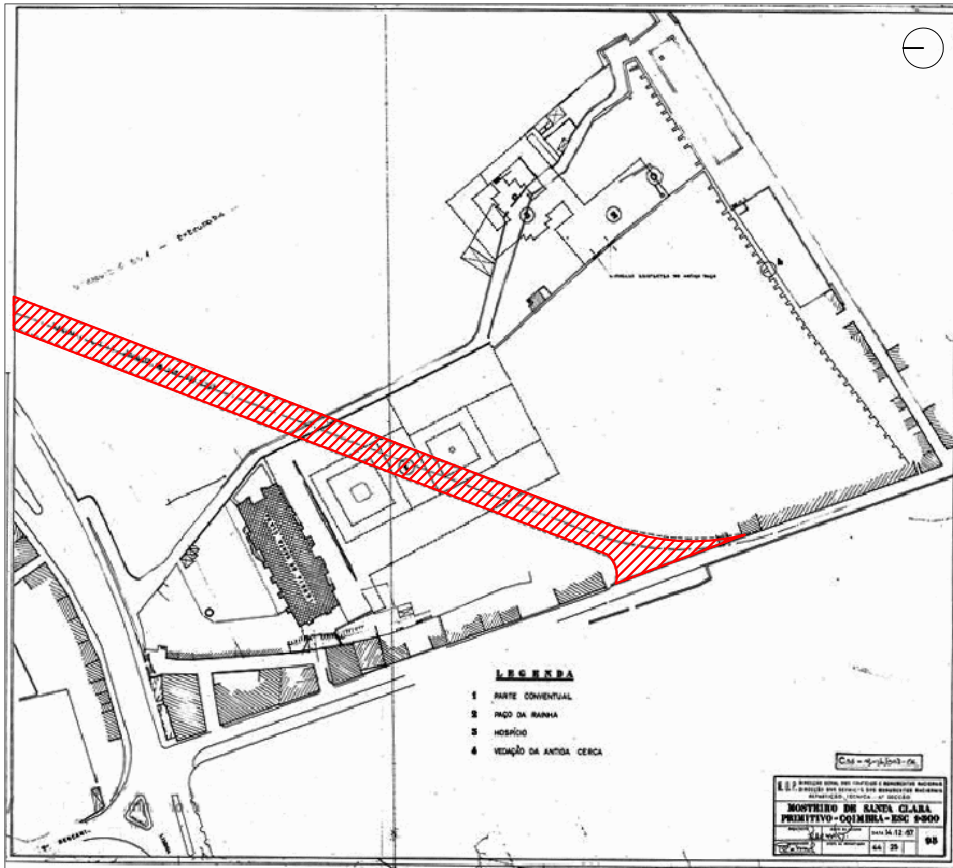
importante porque se começou a ter consciência do valor patrimonial do conjunto monástico de Santa Clara-a-Velha, e não apenas da sua igreja. Como vimos, nos anos 40 esta percepção estendeu-se à envolvente da igreja, pretendendo proteger também a zona onde se erguia o Paço da Rainha e o hospício.

A 10 de Maio de 1952, Augusto dos Santos Conceição, oficial do exército e publicista, escreveu uma carta ao Ministro das Obras Públicas na qual exigia a abertura da igreja de Santa Clara-a-Velha ao público, sugerindo que se criasse uma zona de protecção, de quatro a seis metros, rematada com uma paliçada de estacaria de salgueiro, a construção de uma ponte de acesso dos visitantes à igreja, a reconstituição do aro da rosácea da fachada poente e a nomeação de um guarda que velasse pelo monumento. Amoroso Lopes, Chefe dos Serviços Regionais do Centro, respondeu à carta, afirmando que as obras passadas tiveram o objectivo de consolidar a igreja e salvá-la da ruína total, e declarou ser necessário o estabelecimento de um plano de recuperação, após o escoamento da água do seu interior, por meio da arborização ou o ajardinamento rústico da sua envolvente.¹⁰¹ Assim, procedeu-se à bombagem da água durante 48 horas, ao fim das quais, a igreja voltou a ficar inundada, provavelmente pela existência de um lençol de água nos terrenos próximos do mosteiro. Esta foi a primeira vez que se tentou pôr a igreja em “ambiente seco”, mesmo sem a intenção de ser uma solução permanente, demonstrando uma preocupação com o material arqueológico enterrado. Adicionalmente, a proposta da zona de protecção revela uma visão alargada face à valorização do monumento, a qual já não se limitava à igreja, englobando, agora, os terrenos da antiga cerca, incluindo a zona do paço e parte da zona do hospício. O objectivo de dotar Santa Clara-a-Velha de condições para futuras visitas era cada vez mais forte e as medidas para tal sucederam-se até à sua efectiva implementação. A visão do monumento associado à água começava, também, a mudar, afastando-se progressivamente do idealismo romântico do século passado.

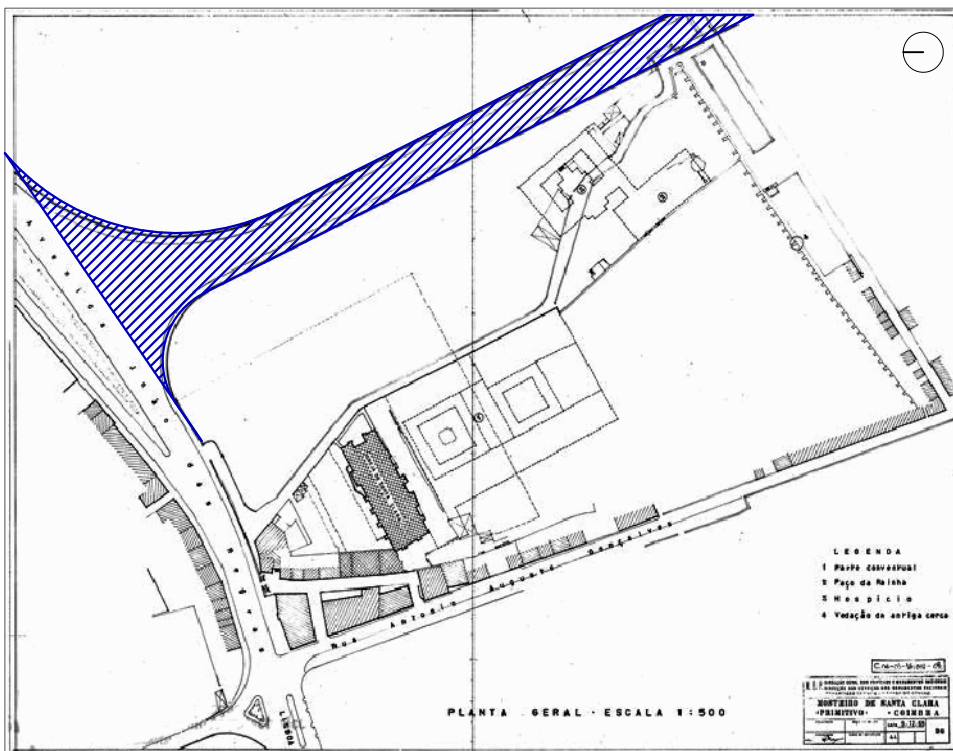
Assim, em 1953, Amoroso Lopes executou uma planta da zona de protecção do conjunto monástico, a qual foi consagrada legislativamente no ano seguinte, e um plano de urbanização¹⁰² da envolvente da igreja, que não chegou a ser realizado. Este

¹⁰¹ Augusto dos Santos Conceição citado em Macedo (2006), pág. 191 a 194.

¹⁰² Macedo (2006), pág. 198 e 199. Amoroso Lopes propôs a construção de estacaria metálica na área circundante à igreja, o escoamento da água e a remoção de entulho do seu interior, o estudo das fundações e a urbanização da envolvente através de expropriações. Henrique Gomes da Silva propôs a limpeza, arborização e ajardinamento rústico da envolvente da igreja.



103: A vermelho, proposta para a variante à Estrada Nacional N°1, 1959. Arquivo DGEMN.



104: A azul, alternativa à variante da Estrada Nacional N°1, por J. Amoroso Lopes, 1965. Arquivo DGEMN.

arranjo urbanístico era muito limitado e previa algumas alterações nas vias e no casario adjacentes à igreja: a entrada no recinto faz-se por poente, onde uma banda de edificações conforma a entrada, ou por nascente, onde existe uma praça em frente à cabeceira, opções que centram a igreja no plano visual do visitante; dois caminhos ladeados por jardins contornam os lados Sul e Norte da igreja, a qual prossegue com o piso primitivo inundado; a zona do claustro maior é negligenciada pois não são tomadas atitudes para o relembrar, delimitando a área de intervenção com um linha de árvores próxima da igreja, por cima do terreno do claustro. Os trabalhos de valorização consistiam em construir uma escada e passadiços de acesso, concluir a cobertura da nave lateral direita, limpar as caleiras e reparar cantarias de vãos com a substituição de algumas pedras. Contudo, um despacho de 1956, apenas permitiu trabalhos de limpeza no pavimento da igreja e regularização de terras no exterior.¹⁰³ Em 1957, tentou-se, mais uma vez, proteger a igreja das cheias, através da execução de um dique de defesa, aquando da construção da variante à Estrada Nacional nº1, à saída da ponte de Santa Clara. Estava previsto que a via iria atravessar os terrenos da antiga cerca do mosteiro, pelo que, Amoroso Lopes sugeriu uma rectificação na direcção da estrada, a qual deveria ser paralela ao limite oriental da antiga cerca para salvaguardar o material arqueológico a sul da igreja, solução que viria a realizar-se.¹⁰⁴ No ano seguinte, ainda nada se havia feito relativamente ao arranjo urbanístico do mosteiro ou ao traçado na nova via. Em Abril de 1959, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) expôs um estudo de protecção do mosteiro contra as cheias, onde apresentava as características geológicas dos terrenos e uma solução para a construção da variante à EN 1 que, caso fosse construída com um dique, defenderia a igreja das inundações.¹⁰⁵

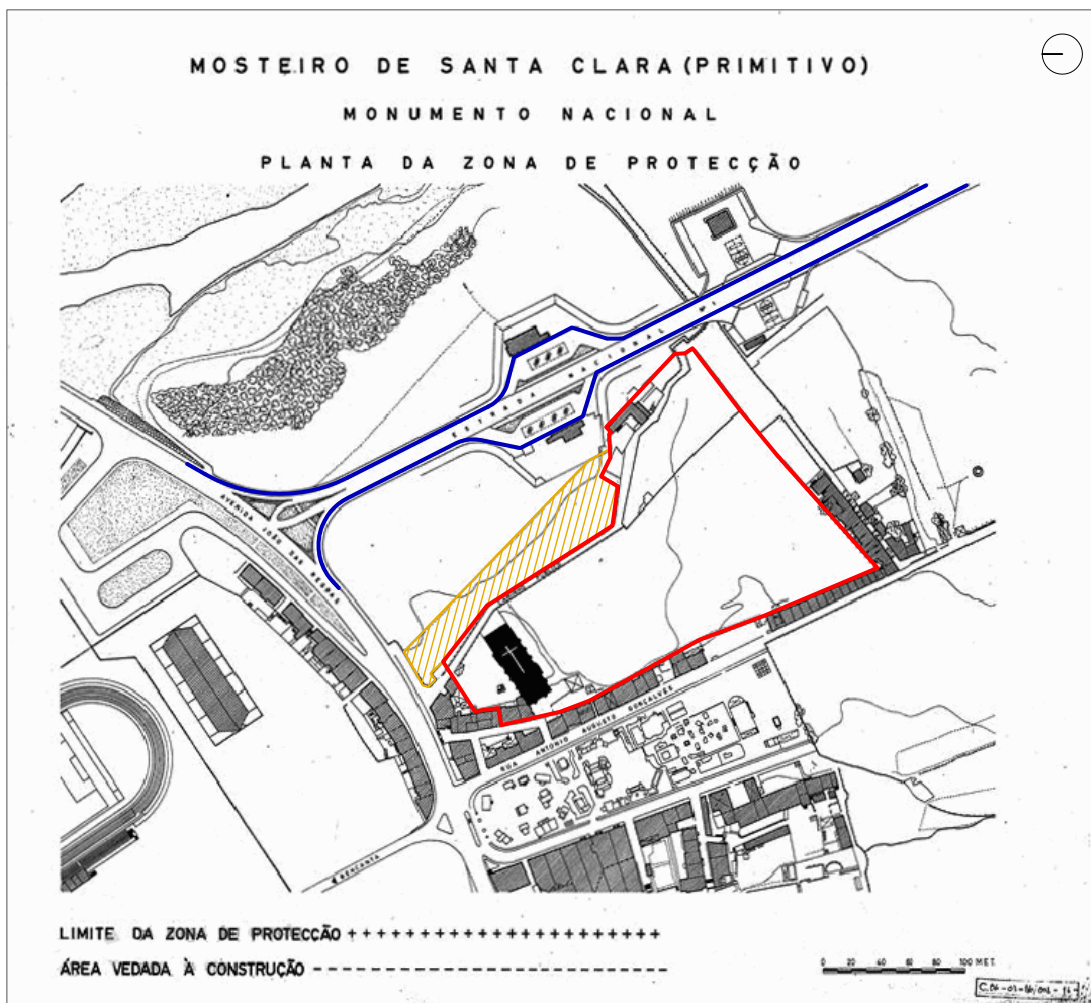
Em 1960, a celebração do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique desviou as intervenções da DGEMN para edifícios relacionados com o período dos Descobrimentos pelo que, em 1962, apenas se procederam a limpezas, à reposição de uma passadeira para ligar o que restava do piso do séc. XVII e à construção de uma escada de acesso a este piso.¹⁰⁶ No ano seguinte, o mosteiro voltou a ser alvo de fortes cheias, agravando a sua condição frágil e suspendendo a intervenção de preservação da DGEMN por mais três anos.

¹⁰³ Arquivo da DGEMN, Ordem de Serviços nº 381311, de Junho 1956.

¹⁰⁴ Arquivo da DGEMN, Ofício nº 1080, de 27 de Dezembro de 1957.

¹⁰⁵ LNEC citado em Macedo (2006), pág. 202.

¹⁰⁶ Arquivo da DGEMN, Ordem de Serviços nº 327, de 23 de Maio de 1962.



105: Planta final de execução da variante da Estrada Nacional N°1, cerca de 1965-66.
 Arquivo DGEMN.

Legenda:

- Provável zona de protecção patrimonial
- Zona interdita à construção
- Solução final para a variante à EN 1

Em 1964, durante o 2º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, que teve lugar em Veneza, defenderam-se teorias de conservação em detrimento da reintegração estilística, facto que implicou uma mudança nas atitudes patrimoniais um pouco por toda a Europa. A partir deste momento, iniciou-se uma nova fase na DGEMN, respeitando-se os diferentes estilos que constituíam a evolução arquitectónica de um monumento e atentando na sua envolvente urbana, reconhecendo a importância do *conjunto e sítio monumental* e abandonando progressivamente a *unidade de estilo*.¹⁰⁷

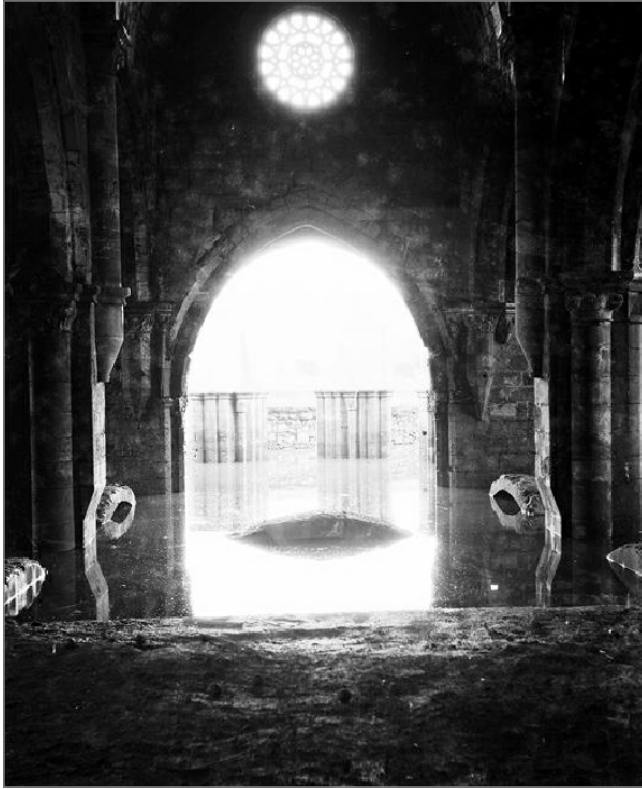
Em 1966, a propósito do programa comemorativo dos quarenta anos da Revolução de 1926, a recuperação do mosteiro foi retomada com a proposta de arranjo da envolvente da igreja através da concretização da variante à EN 1, de expropriações de imóveis, construção de muros de suporte e gradeamentos, estabelecimento de escadas de acesso e aplicação de lajeado na envolvente da igreja. A leitura do monumento estendia-se, agora, à sua envolvente urbana porém, a tão aguardada recuperação não passou, mais uma vez, de intenções, pelo que o projecto ficou restrito a limpezas no exterior da igreja.¹⁰⁸

A recuperação de Santa Clara-a-Velha sofreu, ao longo destes anos, sucessivos adiamentos e indecisões no estabelecimento de um plano definitivo de salvaguarda da igreja e do conjunto monástico. As razões apontadas prendiam-se com o traçado da variante à EN1, com as sucessivas inundações e com falta de verbas, a par de acontecimentos nacionais que desviavam a atenção da DGEMN para outros monumentos. O escoamento da água no interior da igreja, apesar de ter sido posto em prática uma vez, nunca se chegou a planear para uma implementação efectiva, bem como o plano urbanístico, prosseguindo-se limpezas e remoção de entulhos provenientes das inundações. É, ainda, de referir que a percepção do que era o conjunto monástico foi-se, gradualmente, alargando para conferir ao monumento a melhor leitura possível. Com a *Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico*, que ocorreu em Londres em 1969, considerou-se importante proteger vestígios arqueológicos “essenciais para o conhecimento da história das civilizações”,¹⁰⁹ facto que conduziria à salvaguarda dos terrenos do

¹⁰⁷ Lopes (2004), pág. 103 a 107. Destaque para os artigos 11º (desencoraja a unidade de estilo) e 15º (defende a conservação da ruína). O representante português foi Luís Benavente, arquitecto ao serviço da DGEMN.

¹⁰⁸ Arquivo da DGEMN, Ordem de Serviços nº 2786, de 4 de Junho de 1968, e Ordem de Serviços nº 3788, de 18 de Julho de 1968.

¹⁰⁹ Lopes (2004), pág. 109.



106: Cabeceira da igreja com a constante presença da água na cota primitiva, cerca de 1976-78.
Arquivo DGEMN.



107: Interior da igreja com a constante presença da água na cota primitiva, cerca de 1976-78.
Arquivo DGEMN.

claustro maior e das antigas dependências monásticas de Santa Clara-a-Velha.

Em 1972, o Estado tentou comprar o imóvel à família proprietária, facto que só aconteceu quatro anos depois.¹¹⁰ Em Maio de 1976, surgiu a oportunidade de proteger a igreja das águas do Mondego, com o projecto de regularização do leito do rio. Neste seguimento, construiu-se um açude-ponte, que veio a mostrar-se nefasto porque elevou o nível da água no interior da igreja. Sugeriu-se, então, “enxugar provisoriamente a igreja” para proceder à sua limpeza e estudo do material arqueológico encontrado, devolvendo-lhe “uma toalha de água límpida”.¹¹¹ A remoção do lodo no interior da igreja mostrou-se uma tarefa de difícil execução pelo que, em 1978, apenas se efectuaram obras de pequeno porte na cobertura do mosteiro.¹¹²

A 3 de Abril de 1980, foi criado o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), através do qual, se procurou centralizar as acções de defesa e valorização do património cultural português. Santa Clara-a-Velha passou, então, a estar sob a alçada deste organismo, contudo, o período de transição mostrou-se longo e difícil. Em Maio de 1981, executaram-se mais trabalhos de limpeza e reparação,¹¹³ o que levou o então Primeiro-ministro Francisco Pinto Balsemão a solicitar, no ano seguinte, um ponto de situação do projecto de valorização do mosteiro. O Director dos Monumentos Nacionais – Centro respondeu, citando as acções essenciais a executar: isolar a igreja das casas a ela adossadas e urbanizar convenientemente a envolvente; limpar as lamas e detritos no interior e exterior da igreja; analisar o modo de se manter a água dentro da igreja limpa e estudar o sistema de bombagem para se executarem limpezas periódicas.¹¹⁴

A passagem do mosteiro da DGEMN para o IPPC prolongou-se por um período extenso durante o qual vários esclarecimentos foram requeridos com o intuito de se efectuarem pontos de situação das obras de recuperação e conservação, por isso, durante os anos 80 do séc. XX pouco se fez, terminando, assim, o contribu-

¹¹⁰ **Macedo** (2006), pág. 213 e 216. Na escritura da compra registou-se o mosteiro como prédio urbano, com a designação de “Igreja de Santa Clara-a-Velha”.

¹¹¹ **Arquivo da DGEMN**, Parecer nº 5 057 do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes enviado ao Director-Geral da DGEMN. “Projecto de Defesa e Enxugo da Zona de Coimbra” no seguimento da obra de “Regularização do Baixo Mondego” a qual previa a drenagem da zona anexa ao mosteiro.

¹¹² **Macedo** (2006), pág. 223. Concurso com vista a reparar um dos terraços da cobertura, o remate da cobertura da nave central e proteger a igreja com um portão de ferro da entrada de estranhos.

¹¹³ **Arquivo da DGEMN**, Ofício nº 828, de 26 Setembro de 1978. Limpeza e reparação dos telhados, reparação do beirado e consolidação das portadas de acesso aos telhados sobre a capela-mor, tapamento em alvenaria e reboco dos ressaltos junto à capela-mor, limpeza de trepadeiras nos alçados, remoção de entulhos e limpeza do terraço sul do telhado.

¹¹⁴ **Arquivo da DGEMN**, Ofício nº 496/MC, de 11 de Junho de 1981.



108: Aspecto da igreja de Santa Clara-a-Velha, cerca de 1978-80. Arquivo DGEMN.



109: Aspecto da envolvente sul da igreja de Santa Clara-a-Velha, cerca de 1978-80. Arquivo DGEMN.

to da DGEMN no processo de valorização do mosteiro, conferindo-lhe grande parte da imagem que conhecemos hoje. Aquando da transferência para o IPPC, o monumento já não era um edifício abandonado e em ruínas, mas algo com potencialidade para se relacionar com a cidade num futuro próximo.

Sintetizando, quando a DGEMN acolheu o mosteiro, no final dos anos 20 do século passado, este estava transformado em habitação privada e anexos agrícolas. Depois de demolir estes acrescentos, procedeu-se a grandes intervenções de reconstituição, até ao fim dos anos 40, com o objectivo dar leitura ao monumento e consolidar a igreja, salvando-a da ruína total: repuseram-se elementos construtivos, refizeram-se janela, rosáceas e contrafortes, demoliu-se parcialmente o piso do séc. XVII e iniciou-se a recuperação da cobertura. Neste período, a percepção do que era o conjunto patrimonial cingia-se à igreja, facto que iria mudar na década seguinte. Nos anos 50, efectuou-se um estudo do enquadramento paisagístico da igreja para proceder à sua valorização e abertura ao público, situação que se viu comprometida pela construção da variante à Estrada Nacional nº1 e pela impossibilidade de bombear a água do interior da igreja. Nesta fase, a valorização de Santa Clara-a-Velha estendeu-se à sua envolvente urbana, bem como aos elementos arqueológicos soterrados, estabelecendo-se uma zona de protecção que admitia a existência de estruturas enterradas do claustro maior e dependências anexas e, possivelmente, do paço e do hospício. O problema da cobertura foi uma constante, adoptando-se a solução de duas águas para a nave central e uma água para as laterais. Nos anos 60, apenas se procedeu a obras pontuais de recuperação e limpeza, sendo o mosteiro, mais uma vez, invadido pelo Mondego. Nos anos 70, a construção do açude-ponte agravou o nível de água dentro da igreja o que levou a um plano de drenagem da zona contígua, projecto então em curso no momento em que o mosteiro passou a estar sob a alçada do IPPC.

A globalidade das intervenções da DGEMN revelou-se, então, no sentido de consolidar a igreja e salvá-la da ruína, para que esta pudesse ser visitada. Esta atitude patrimonial de dar leitura ao monumento pugnou pelo constante debate entre o que devia ser demolido, o que era importante reconstruir e que valores necessitavam ser destacados, questões que, alias, se mantiveram em todo o processo de valorização do mosteiro. A cada passo dado, estabelecia-se um novo compromisso entre o que conservar e o que retirar, traduzindo-se num conflito constante onde pairou a eterna questão *até onde se pode intervir*.



110: Situação do interior da igreja de Santa Clara-a-Velha em 1989. Arquivo IPPAR.



111: Situação do interior da igreja de Santa Clara-a-Velha em 1989. Arquivo IPPAR.

3.2 Valorização: acesso ao público

A transferência do mosteiro de Santa Clara-a-Velha da DGEMN para o IPPC, ocorreu legislativamente em 1980 porém, só em 1989 o IPPC teve oportunidade de lançar um anúncio público para o concurso de ideias de valorização da igreja. Neste momento, julgou-se essencial pesquisar e reunir todos os elementos históricos e informativos do monumento para conhecer o que havia sido feito e para traçar uma estratégia de “dignificação do monumento (...) com a sua área envolvente”.¹¹⁵ A valorização do mosteiro passava, então, por analisar a história do monumento e das intervenções sofridas, atendendo às condicionantes do seu contexto urbano e ao factor água, considerado, também, elemento de valorização. Previa-se, ainda, a protecção das áreas que pudessem conter vestígios soterrados do conjunto monástico e do paço,¹¹⁶ atitude em conformidade com a *Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico*, de 1990, a qual defendia a manutenção dos sítios arqueológicos e a conservação *in situ* dos elementos exumados.¹¹⁷

Nesta primeira fase, é de destacar o objectivo de abarcar o terreno a sul da igreja no processo de valorização, visão global importante porque alarga os horizontes ao antigo conjunto monástico de Santa Clara-a-Velha, e não apenas à igreja. Revela-se, ainda, a preocupação com o que estava enterrado, com a envolvente urbana e com a manutenção da água como elemento de valorização. A grande questão que se colocava era *como lidar com um monumento largamente intervencionado*.

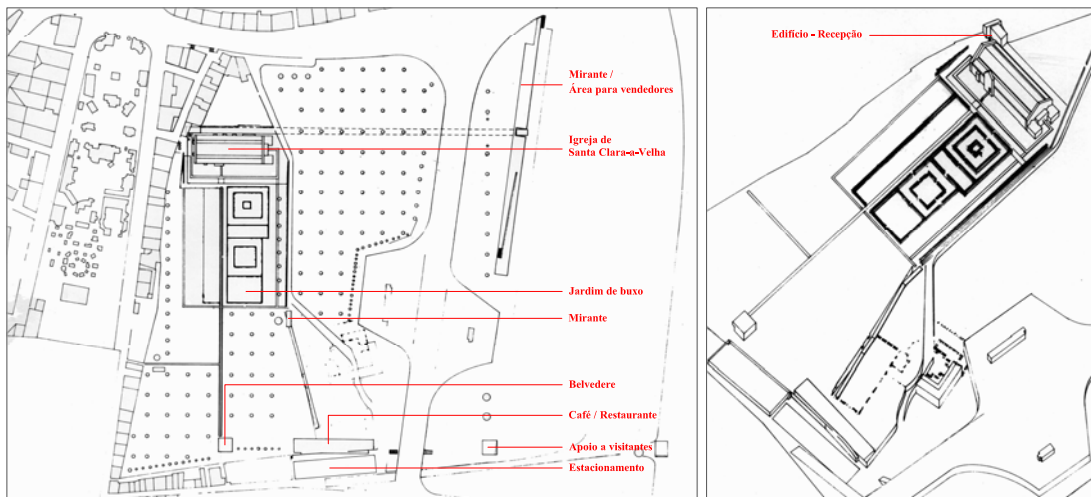
O júri do concurso deveria avaliar aspectos de exequibilidade, dignificação da envolvente, facilidade de acessos e propostas de animação cultural no interior da igreja. O projecto vencedor, dos arquitectos portugueses João Paulo Rapagão e César Fernandes, foi considerado capaz de responder à globalidade dos objectivos do concurso, dignificando e integrando o mosteiro na envolvente e defendendo a água como elemento estético.¹¹⁸ A implementação do projecto seria feita em duas fases: a

¹¹⁵ António Ressano de Garcia Lamas citado em Macedo (2006), pág. 238 e 239.

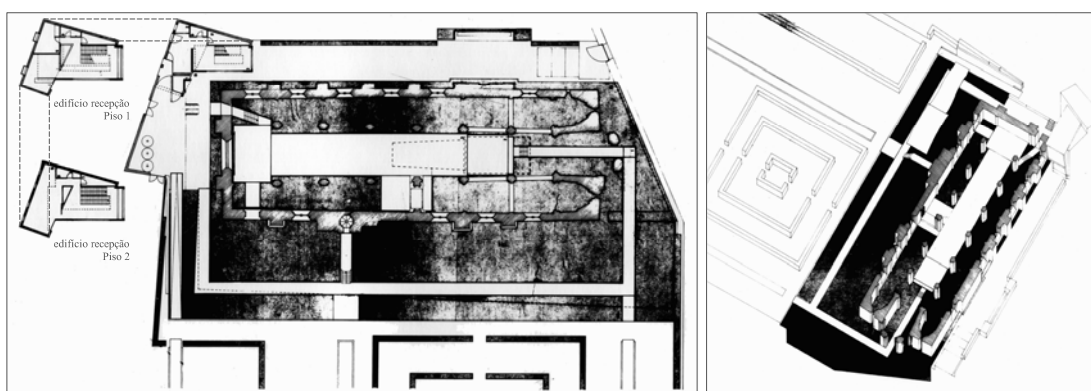
¹¹⁶ Arquivo do IPPAR citado em Macedo (2006), pág. 239.

¹¹⁷ Lopes (2004), pág. 225. Teve lugar em Lausanne. Destaque para o artigo 5º, “Intervenção *in situ*”. Esta carta foi, posteriormente, revista em Malta, em 1992, promovendo a “conservação integrada do património arqueológico”.

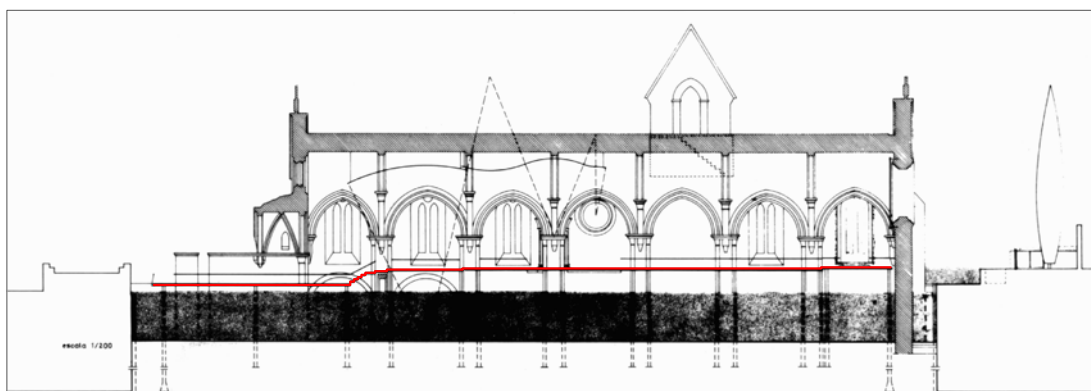
¹¹⁸ Macedo (2006), pág. 240. Em segundo lugar ficou a proposta coordenada pelo arquitecto João César Santos, “considerada de assinalável valor plástico e grande qualidade cenográfica, obtida através da água”. O júri atribuiu, ainda, duas menções honrosas, expondo os projectos ao público, no Museu Nacional de Machado de Castro em Coimbra, durante o ano de 1990.



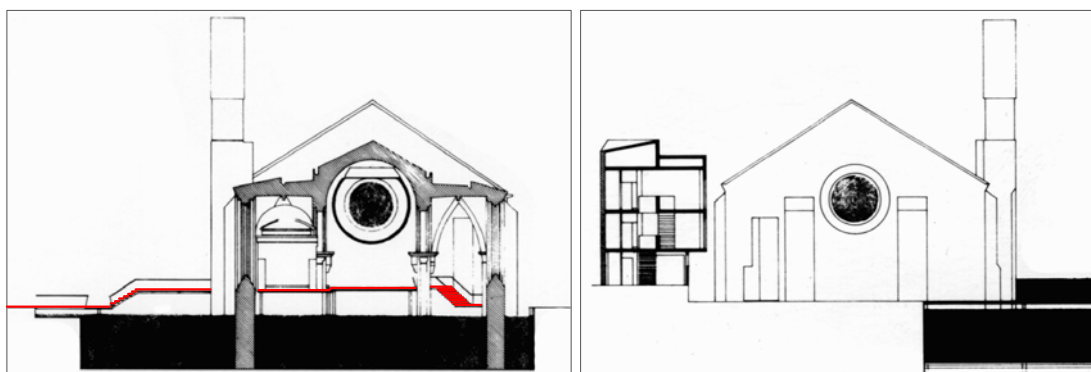
112 e 113: Planta de implantação e axonometria, 1990. Desenhos de João Rapagão.



114 e 115: Planta da igreja (c/ edif. recepção) e axonometria, 1990. Desenhos de João Rapagão.



116: Corte longitudinal da igreja, 1990. Desenhos de João Rapagão. — Passadiço de visita



117 e 118: Corte transversal e alçado poente (c/ edif. recepção), 1990. Desenhos de João Rapagão.

primeira incluiria a limpeza, recuperação e tratamento das paredes existentes, a reconstituição do óculo poente e o restabelecimento da funcionalidade estrutural da cobertura, a segunda, destinar-se-ia a “valorizar o monumento pela dignificação dos espaços envolvente e redesenho desses espaços em íntima ligação com a igreja, recriando o enquadramento físico original”.¹¹⁹ A aproximação à igreja seria feita gradualmente, por vários pontos contíguos à área de intervenção. Assim, a nascente, propôs-se um volume paralelepípedo alongado, para vendedores e simultaneamente miradouro na cobertura, com o objectivo de proteger o monumento da EN1. Na Rua das Parreiras, implantou-se uma área de estacionamento para servir um café-restaurante, direccionado para um jardim de buxo e ligado a um percurso de visita que singulariza a zona do Paço Isabelino e Hospício. Foi facultado especial destaque à entrada noroeste, na Rua de Baixo, onde se pretendia converter o edifício nº 55-57, contíguo à fachada norte da igreja, em recepção, direcção do monumento, centro de documentação e leitura, espaços de estar e bar, ou seja, um espaço polivalente que libertasse a igreja para programas culturais de maior escala (exposições, debates, concertos, etc.). Transpondo este edifício de dois pisos, entrar-se-ia na igreja por uma porta aberta no cunhal esquerdo da fachada poente. A manutenção da igreja seria feita em “ambiente húmido”, por conseguinte, a visita do seu interior seria possível através de uma grelha metálica com a largura da nave central que, ao chegar à cabeceira, estreitecia para conduzir aos circuitos exteriores. Imediatamente a seguir à igreja, entre muros, roseirais e pomares, recordar-se-ia a “estrutura espacial do antigo convento através de um jardim formal de buxo, referência histórica para um melhor entendimento do local”.¹²⁰ Este percurso ligaria a um *belvédère* implantado em frente ao café-restaurante e a um mirante no local da antiga torre do paço. Era, ainda, proposto o acesso à cobertura, através das escadas do campanário, para ter uma visão alargada do conjunto monástico.

Este projecto dá bastante relevo à memória do conjunto medieval, ao evidenciar a localização de certas dependências monásticas ao longo da visita, e na selecção das espécies arbustivas (laranjais, “árvore do Paraíso”) e florais (roseirais, lenda da Rainha Santa). A opção de deixar a igreja envolta em água revela uma visão melancólica do monumento, que há muito o caracterizava, tornando-se quase na sua imagem de marca. Compreende-se, também, a permanência da água como elemento

¹¹⁹ Rapagão, João. “Valorização da Igreja de Santa Clara-a-Velha em Coimbra”, 1990, pág. 2.

¹²⁰ Rapagão, João. “Valorização da Igreja de Santa Clara-a-Velha em Coimbra”, 1990, pág. 5.



119: Início dos trabalhos do IPPAAR na cobertura, 1994. Arquivo IPPAR.



120: Nova cobertura com "caleirão" de cobre. Fotografia de Artur Corte Real.



121 e 122: Comparação do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha com o Mosteiro de Alcobaça, cortes à mesma escala.



123 e 124: Trabalhos no exterior e no piso primitivo da igreja entre 1992 e 1998. Arquivo IPPAR.

conservador das estruturas não exumadas. É, ainda, de salientar que o projecto vencedor não era sensível ao uso primitivo da igreja, vendo-a como simples contentor de um espaço que se pretendia amplo e grandioso, para receber espectáculos culturais e, ele próprio, ser espectáculo.

A primeira fase das obras iniciou-se em Janeiro de 1992, através da limpeza de pedras no exterior da igreja, substituição de pedras na fachada poente, colmatação de juntas, colocação de vidro na rosácea da fachada poente e início das obras de substituição do telhado, semelhante ao anterior, da responsabilidade da DGEMN, possuindo agora caleirões em cobre, entre os telhados da nave central e os das naves laterais. Estas intervenções ficaram concluídas em Dezembro de 1993, sobre a égide do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAAR), que substituiu o IPPC.¹²¹ No que se refere à cobertura, apenas se continuou a obra iniciada pela DGEMN, pondo de parte uma eventual alteração da cobertura para duas águas nas três naves.¹²² Como já foi referido, nas igrejas-salão do Mosteiro de Alcobaça ou do Convento dos Jerónimos, a solução da cobertura reside num telhado único, de duas águas para as três naves, proposta que, no meu entender, seria mais ajustada em Santa Clara-a-Velha, onde as naves se elevam quase à mesma altura.

Em 1994, iniciar-se-ia a segunda fase do projecto de valorização de Rapagão e Fernandes contudo, o desenvolvimento da operação arqueológica em curso revelou elementos importantes da história do mosteiro, redireccionando a empreitada prevista para um processo minucioso de recolha, registo e estudo do espólio arqueológico exumado. A primeira medida consistiu na remoção dos sedimentos do interior da igreja por sucção (sistema *air-lift*), procedimento inexecutável porque os sedimentos estavam demasiado compactados e porque os vestígios arqueológicos seriam danificados e descontextualizados. Então, optou-se pela bombagem permanente da água para permitir escavações manuais, tanto quanto possível “a seco”, o que levou à descoberta das estruturas do claustro principal, no final de 1995. A qualidade do material arqueológico, e o bom estado de conservação deste, levou o IPPAAR a suspender a segunda fase do projecto de Rapagão e Fernandes, prosseguindo com as escavações arqueológicas de reconhecimento do conjunto monástico.

Contudo, era preciso delinear uma nova estratégia de intervenção, o que levou

¹²¹ Macedo (2006), pág. 243.

¹²² O arq. João Rapagão afirma que a DGEMN, através de Amoroso Lopes, diferenciou a cobertura da igreja com leves empenas para lhe conferir maior verticalidade, já que o monumento se encontrava parcialmente enterrado, não se vislumbrando a sua real dimensão gótica.



125: Claustro maior posto a descoberto nas campanhas arqueológicas do IPPAR, de 1992-1998. Arquivo IPPAR.



126: Claustro maior posto a descoberto nas campanhas arqueológicas do IPPAR, de 1992-1998. Arquivo IPPAR.

o IPPAR¹²³ à realização do fórum de debate “O Estaleiro de Santa Clara-a-Velha. Questões e Soluções. O elemento água. Problemas de conservação e valorização”, entre 10 e 12 de Julho de 1997.¹²⁴ Foram apresentadas três propostas, enterramento após estudo, manutenção em “ambiente seco” e manutenção em “ambiente húmido” e, embora não houvesse unanimidade na escolha, em 1998, decidiu-se manter o mosteiro em “ambiente seco”. Para tal, foi necessário construir uma cortina de contenção periférica, a qual se revelou onerosa e complexa, tendo a obra sido executada entre 2001 e 2002.¹²⁵ No mesmo ano, o mosteiro foi gravemente atingido por cheias de consequências nefastas para os trabalhos arqueológicos, o que implicou a paragem dos trabalhos. Em 2004, o IPPAR lançou outro concurso para a conservação e valorização efectiva do mosteiro de Santa Clara-a-Velha, o qual foi ganho pelo Atelier 15, que pretendia consolidar a ruína e promover um circuito de visita de leitura do conjunto monástico, o qual será exposto nos capítulos seguintes.

Em retrospectiva, o processo de valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, durante as intervenções do IPPAR, revelou-se, numa primeira fase, essencialmente ligado à manutenção da igreja em “ambiente húmido”. De facto, propuseram-se pequenas acções de conservação na igreja, tendo sempre presente o objectivo de abrir o monumento ao público com a água no seu interior. Este processo de valorização estendia-se agora à envolvente urbana do mosteiro, a qual deveria ter um ar mais cuidado, e aos terrenos da antiga cerca, que deveriam ser protegidos por conterem material arqueológico importante. Numa segunda fase, após sondagens na igreja expõem estruturas relativamente bem conservadas do claustro principal, optou-se por manter a igreja em “ambiente seco” e proceder a escavações num terreno contido, a sul da igreja. Este facto foi, contestado por uns, por destruir a imagem romântica que o mosteiro sempre teve, e defendido por outros, por permitir estudar um dos maiores claustros do gótico mendicante existentes em Portugal. Ao mesmo tempo, equacionava-se o contacto físico com a igreja, através de visitas culturais sobre pontes e plataformas. Esta opção não se revelou fácil, já que o conflito de ideais de conservação foi grande e nem sempre unânime. Devia manter-se o monumento em ambiente seco, húmido ou enterrado? Por um lado, a água tinha-se

¹²³ A partir de 1997, o IPPAAR passa a denominar-se Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR).

¹²⁴ IPPAR. Projecto de Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e terrenos envolventes, 2001.

¹²⁵ Macedo (2006), pág. 249. O IPPAR recorreu ao Instituto Pedro Nunes para elaborar o caderno de encargos do concurso, e à UNAVE (Associação para a Formação Profissional e Investigação da Universidade de Aveiro) para executar trabalhos de prospecção geofísica com o objectivo definir a implantação da cortina, na fronteira sul, de modo a evitar o encontro com estruturas monásticas.

tornado num elemento caracterizador da identidade de Santa Clara-a-Velha e retirá-la por completo significava perder uma parte marcante da história do mosteiro. Por outro, pôr a descoberto o claustro, estudá-lo e voltar a enterrá-lo parecia trabalho perdido e pouco dignificante para o monumento. Por último, o conhecimento arqueológico e arquitectónico do conjunto monástico era demasiado apetecível, e visto como uma maneira de engrandecer o património nacional, não se cingindo apenas à igreja mas também a parte do conjunto monástico e cerca de Santa Clara-a-Velha.

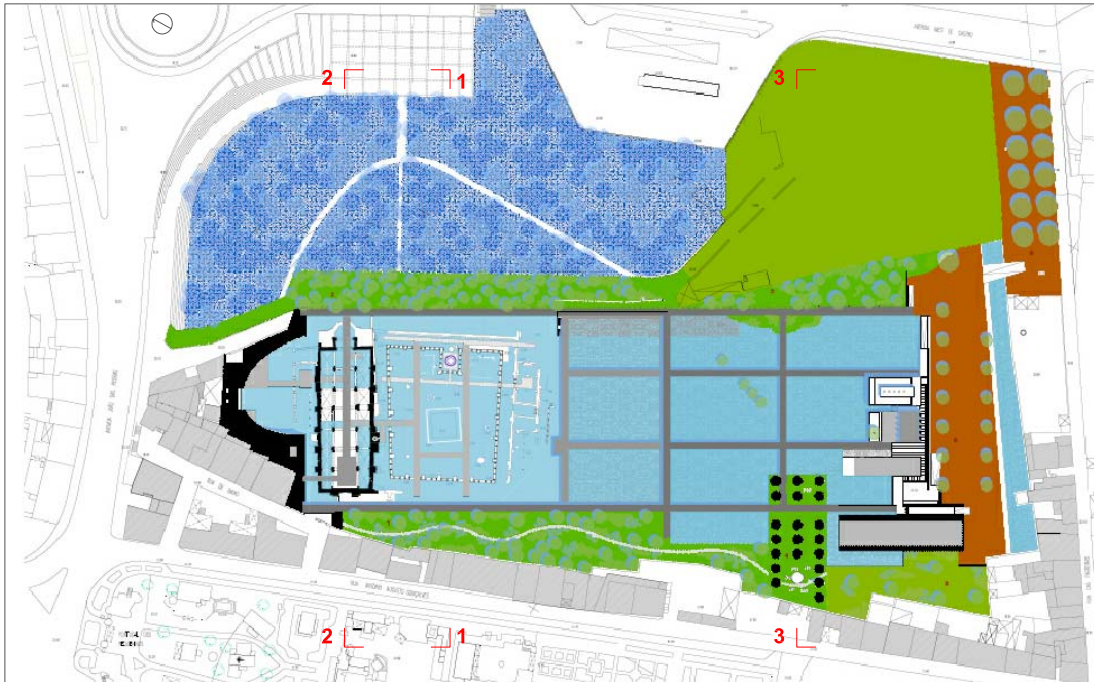
Através deste intenso debate, percebe-se que, ao longo do tempo, o entendimento patrimonial do monumento evoluiu no sentido de proteger não só a igreja, mas também o claustro, os terrenos que suportem estruturas monásticas soterradas e, até mesmo, a envolvente urbana. As intervenções do IPPAR tiveram como objectivo dar resposta a questões muito particulares como a percepção do que era o conjunto medieval, o conhecimento de estruturas desaparecidas e a adaptação da igreja face às adversidades da Natureza, ou seja, procurou-se assegurar uma intervenção de carácter global que conduzisse à recuperação das áreas vitais do conjunto monástico, exaltando a sua importância histórica e arqueológica.

Depois de se tomar a decisão de manter o mosteiro em “ambiente seco”, faltava apenas a conclusão definitiva do plano de conservação da igreja de Santa Clara-a-Velha e a abertura ao público do monumento e da área envolvente qualificada.

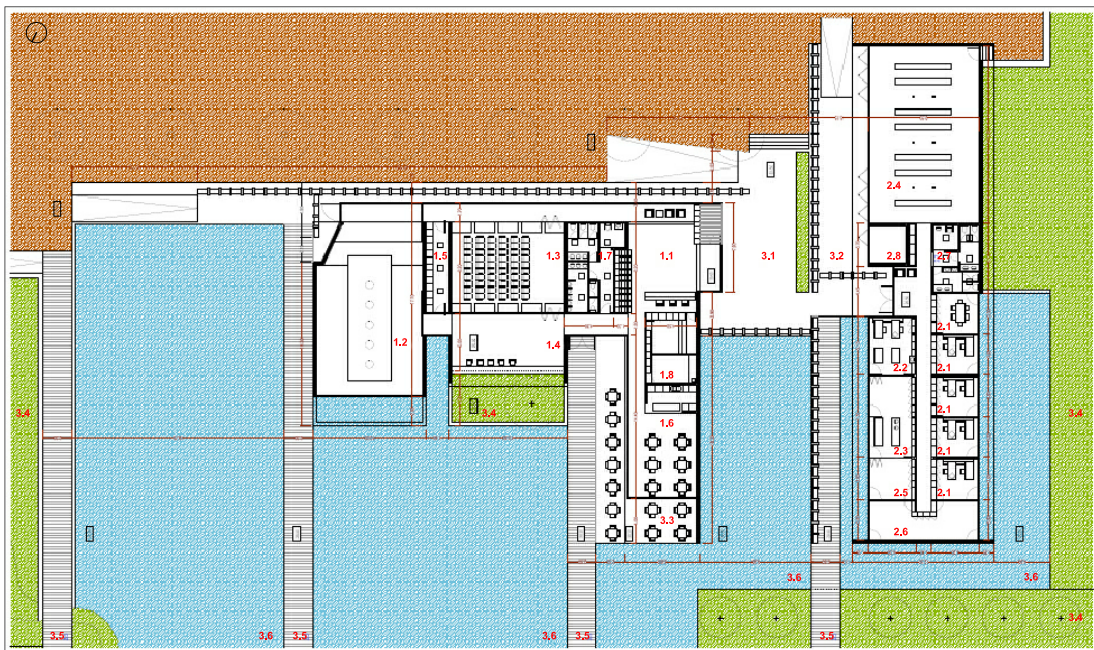
3.3 Concurso público: programa e propostas

Em 2004, o IPPAR lançou um concurso para a conservação e valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha no qual pretendia dignificar o monumento através da recuperação da igreja e da área envolvente com vista à sua fruição pública.

No programa preliminar identificam-se duas linhas de intervenção: uma centrada no monumento e na sua envolvente, outra com o objectivo de permitir a visita do espaço patrimonial. As propostas deverão valorizar a evolução arquitectónica da igreja e abordar aspectos de consolidação, restauro e manutenção do existente, tendo em conta a situação hidrológica do local. A água não deve voltar a ameaçar o monumento, todavia considera-se que a sua permanência é um factor de



127: "Planta à cota 20.50", Cândido Cunha Gomes.



128: Planta do centro de interpretação, Cândido Cunha Gomes.

Legenda:

- | | | |
|--------------------------------------|---|--|
| 1.1 - Átrio de recepção e loja | 2.1 - Salas de trabalho e reuniões | 3.1 - Pátio / Átrio exterior |
| 1.2 - Sala de exposições permanentes | 2.2 - Sala de desenho | 3.2 - Área de serviços semi-coberta |
| 1.3 - Sala polivalente | 2.3 - Laboratório | 3.3 - Esplanada |
| 1.4 - Área de animação e multimédia | 2.4 - Sala para reserva | 3.4 - Espaços verdes |
| 1.5 - Arrecadações | 2.5 - Sala polivalente de trabalho contínuo | 3.5 - Passadiços do circuito museológico |
| 1.6 - Bar-cafeteria | 2.6 - Arquivo | 3.6 - Espelho de água |
| 1.7 - Instalações sanitárias | 2.7 - Instalações sanitárias | |
| 1.8 - Zona de apoio e limpeza | 2.8 - Área técnica | |

valorização a explorar. Estimula-se uma reflexão sobre as intervenções passadas e propõe-se intervir na envolvente descaracterizada da igreja, circunscrita à área de protecção do monumento, de modo a melhorar o seu enquadramento visual. Desta forma, prevê-se a necessidade de se proporem beneficiações gerais ou particulares no casario adjacente à igreja e a diminuição do impacto visual das novas edificações a Sul. É, ainda, alvo do programa a valorização dos vestígios do Paço da Rainha e a manutenção livre do terreno que possa conter material arqueológico. Relativamente ao usufruto público, é proposta a criação de um centro interpretativo e de acolhimento para valorizar o monumento, para explicar a sua história e assegurar a manutenção do lugar. O centro interpretativo deve ser um volume diluído no contexto patrimonial, de um só piso, localizado no limite Sul da área de intervenção, para não pôr em causa os terrenos não escavados, e deve articular circuitos de visita com o sítio arqueológico e com a igreja. Está, ainda, prevista a sua compatibilização com o projecto do Parque Verde do Mondego, que liga à margem direita de Coimbra. Os arranjos exteriores devem prever uma área de estacionamento e incluir flora local.

Em suma, este concurso previa a valorização da história do monumento, a melhoria da sua envolvente urbana e a dotação de condições de acesso e visita. Das propostas apresentadas, classificou-se em primeiro lugar o Atelier 15 (Arquitectos Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez e colaboradores), em segundo Inês Lobo Arquitectos e em terceiro CCG Arquitectos (Cândido Cunha Gomes), com projectos que constituem diferentes formas de intervir num monumento.

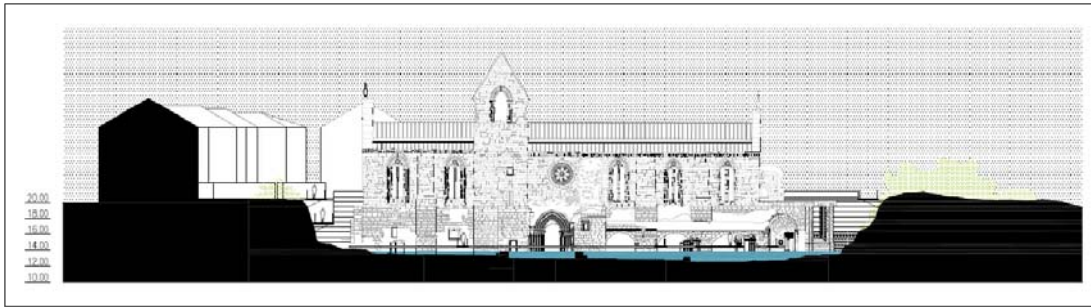
De seguida, explicar-se-á cada uma destas propostas, do terceiro classificado para o primeiro, de modo a tecer uma relação estreita entre os temas abordado na proposta vencedora e o capítulo 4, inteiramente dedicado a essa proposta.

3.3.1 3º Classificado – Cândido Cunha Gomes¹²⁶

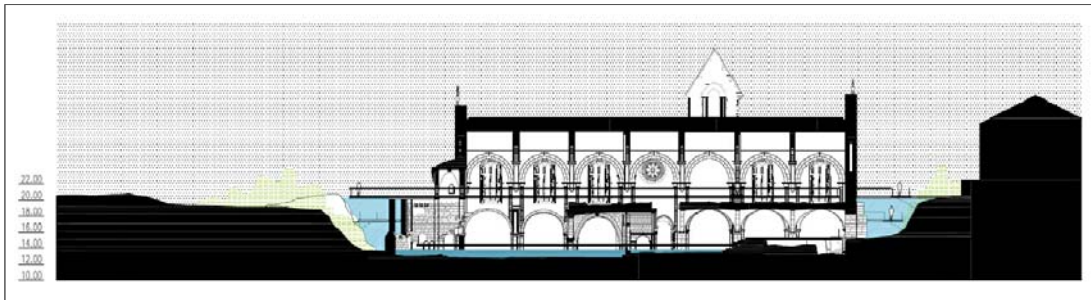
O atelier CCG Arquitectos, sediado em Lisboa, classificou-se em terceiro lugar no concurso, com um projecto fortemente baseado na “memória da água, porque a água tornou o espaço monástico de Santa Clara-a-Velha único, transmitindo-lhe um encanto misterioso”.

Na memória descritiva, destacam-se três grandes temas de projecto: a leitura

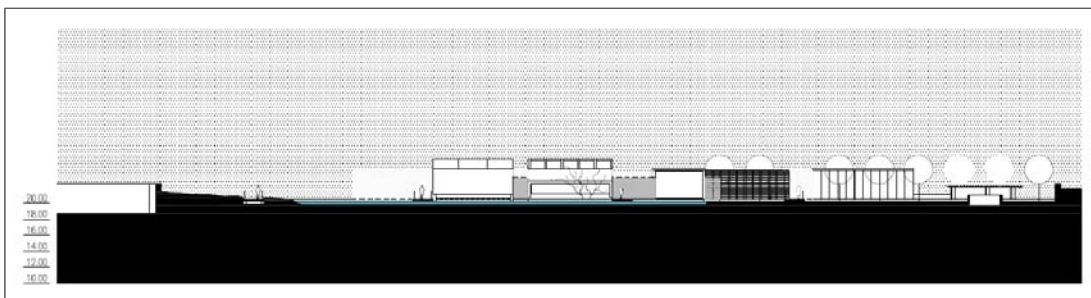
¹²⁶ Citações ao longo do texto retiradas da memória descritiva entregue no concurso.



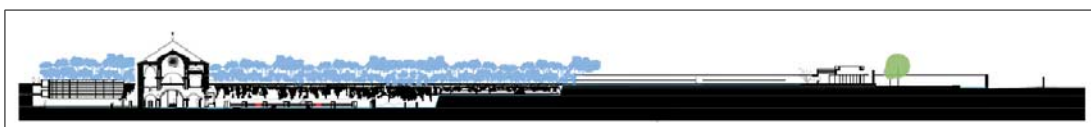
129: Perfil 1, Cândido Cunha Gomes.



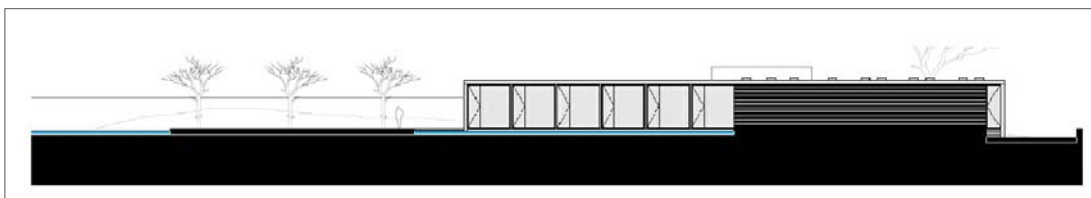
130: Perfil 2, Cândido Cunha Gomes.



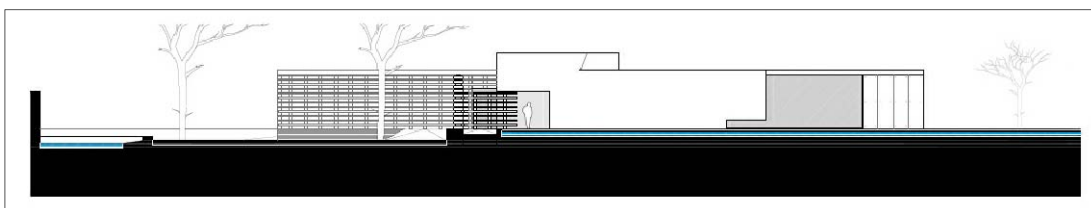
131: Perfil 3, Cândido Cunha Gomes.



132: Perfil longitudinal, Cândido Cunha Gomes.



133: Alçado nascente do centro interpretativo, Cândido Cunha Gomes.

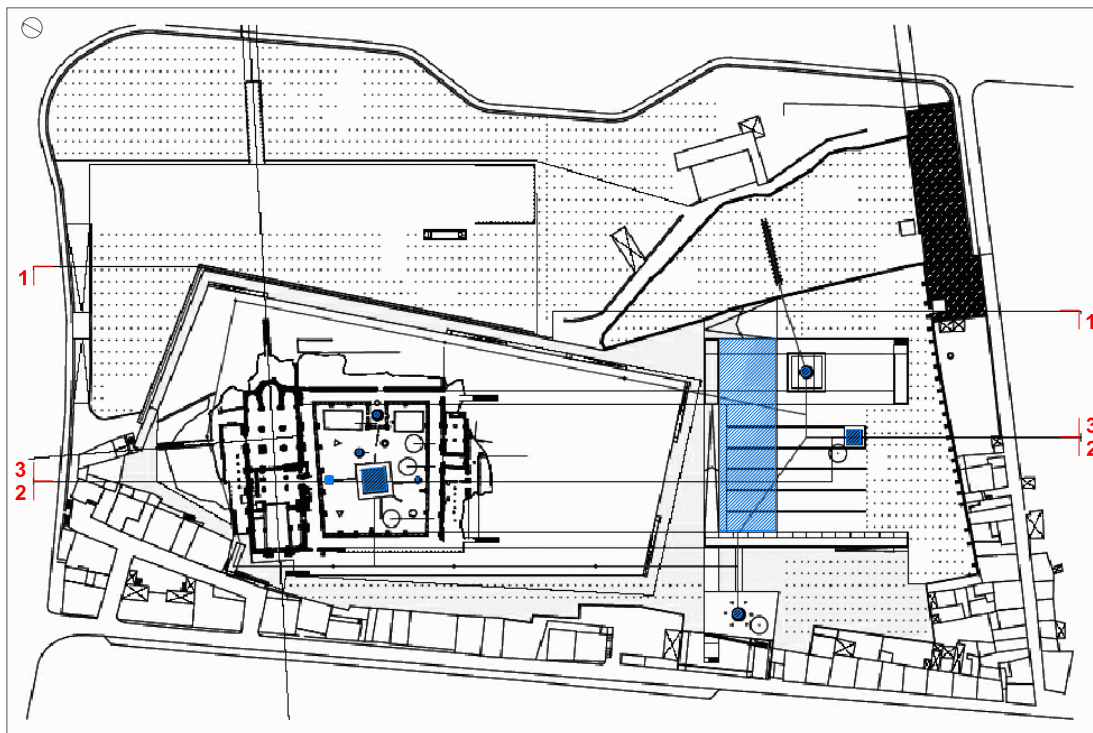


134: Alçado poente do centro interpretativo, Cândido Cunha Gomes.

do sítio, com o intuito de identificar momentos relevantes na vida do mosteiro e orientações das vistas do futuro centro interpretativo; a igreja, alvo de várias fases construtivas, a sua relação com a cidade e os espaços arquitectónicos ainda soterrados; e o elemento água o qual possibilitou o “congelamento” de estruturas arquitectónicas relevantes. A água funciona como *leit motif* da proposta deste atelier, elemento consideram fulcral na “vida do mosteiro” (subsistência da comunidade clarissa e rede de comunicação fluvial) e na “morte do monumento” (antiga forma fluvial vs actual forma da margem), pelo que pensam ser essencial mostrar a posição do mosteiro nas duas circunstâncias através de maquetas.

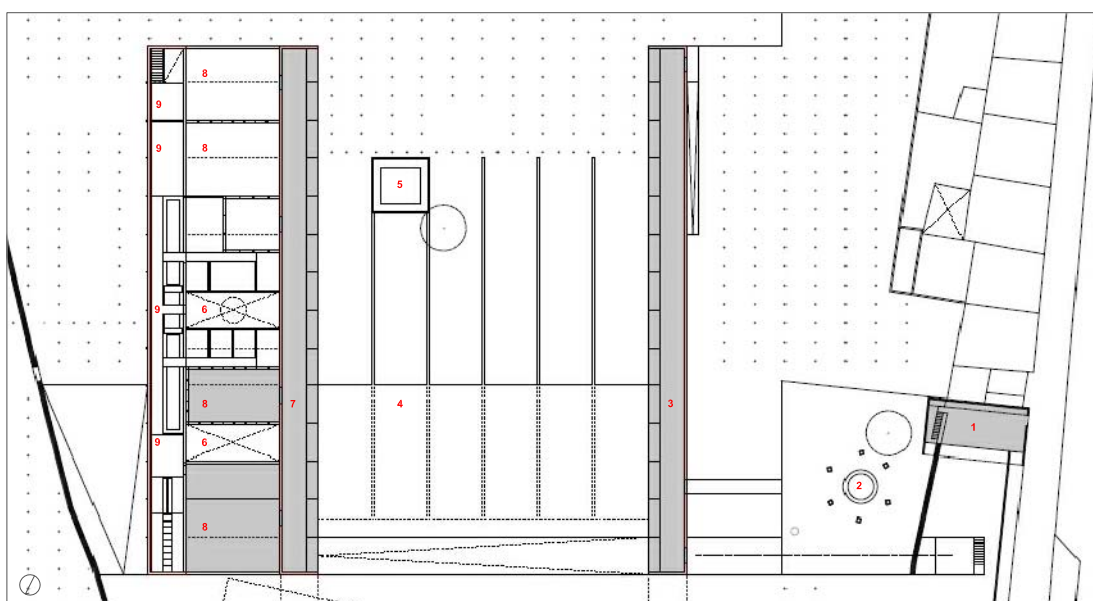
A entrada no recinto faz-se pela Rua das Parreiras, onde se situa uma zona de estacionamento. Para preparar o visitante para o que vai conhecer, antes de entrar no centro interpretativo, existe um “espaço aquático e etéreo que se pretende ser expositivo”. De seguida, entra-se no centro interpretativo, pensado como uma sucessão de volumes encaixados no terreno que criam espaços interiores e exteriores alternados, relacionados com as massas arbóreas da envolvente, com a água e com os circuitos de visita até à igreja. Cada volume comporta um programa específico: uma zona de espaços de apoio ao visitante (recepção, cafetaria e esplanada), duas áreas expositivas (sala de exposições permanentes, sala polivalente e sala multimédia) e uma zona de acesso privado (salas de reuniões, arquivos e salas técnicas – reserva, trabalho, laboratório). Na área expositiva, prevêem a exibição de documentação histórica sobre o monumento e vida das monjas, materiais do uso quotidiano e material arqueológico, um vídeo sobre as dependências monásticas e sobre os trabalhos arqueológicos, referências às doenças que a insalubridade do ambiente húmido da igreja provocou nas clarissas, evocação da história de D. Pedro e D. Inês de Castro e, ainda, referências à natureza química dos lodos que possibilitaram preservar o claustro maior e algumas dependências à sua volta.

Chegando ao exterior, deparamos-nos com a reposição do pano de água que caracterizou o conjunto monástico durante séculos. O espaço é estruturado segundo uma “malha arqueológica” dividida em três patamares desnivelados, cobertos por uma fina camada de água. Passadiços de madeira sobreelevados sobre a água estabelecem um conjunto de circuitos de visita com “estações de paragem” sobre as janelas do Paço Isabelino a nascente, um antigo poço envolto num laranjal proposto a poente e uma vista aérea sobre a sala do capítulo e claustro maior ao centro. Os percursos continuam pelo interior do claustro, à volta da igreja e, por fim, pelo seu



135: "Planta - Água", Inês Lobo.

Água



136: "Planta - Museu", Inês Lobo.

Legenda:

- 1 - Entrada sudoeste / Volume expositivo
- 2 - Recuperação de poço medieval
- 3 - Galeria de restauro
- 4 - "Claustro Novo"
- 5 - Recuperação de tanque medieval
- 6 - Poço de luz
- 7 - Galeria Principal
- 8 - Salas expositivas
- 9 - Zona privada / área de serviços

interior. Neste ponto, os passadiços seguem segundo duas cotas diferentes, um levamos ao piso primitivo coberto com um espelho de água, o outro levamos à mesa e ao que resta do piso do séc. XVII. A nível de conservação da igreja, defendem a reposição de colunelos e capitéis encontrados nas escavações, “reintegrando-os de uma forma saudável” e levando para o museu todos os elementos dos quais não se conhece o contexto primitivo. Para solucionar a integração urbana do conjunto monástico, o atelier propõe, para o limite norte da igreja, uma galeria de atravessamento para dar continuidade a percursos urbanos existentes e permitir um “ponto de vista novo e singular”. É, ainda, objectivo do projecto a articulação com a envolvente construída e com o limite do Programa Polis, a nascente, através da plantação de uma mata com percursos de lazer.

3.3.2 2º Classificado – Inês Lobo¹²⁷

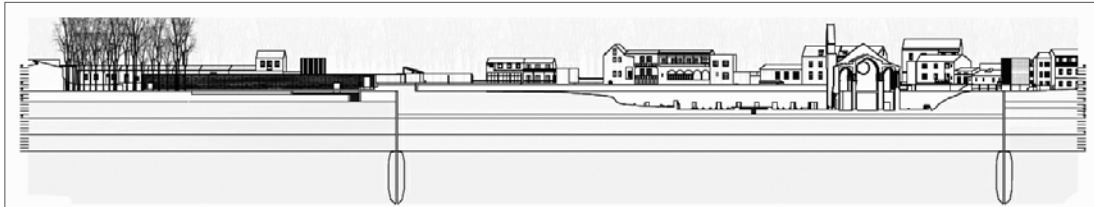
O atelier da arquitecta lisboeta ficou em segundo lugar no concurso, com um projecto para um “museu aberto” sobre a paisagem e sobre o sítio patrimonial.

Existem três pontos de entrada (norte, noroeste e sudoeste), cada um auxiliado por um pequeno volume expositivo de dois pisos (r/c vazado, 1º andar para exposições) com “vistas seleccionadas”, seguido de um percurso de ligação ao centro interpretativo e à igreja. Na Rua das Parreiras, existem duas entradas, uma para a área do claustro maior, outra para o centro interpretativo. Este implanta-se perpendicular à igreja e foi pensado para estar sobreelevado dois metros em relação ao solo, para se proteger de eventuais cheias e para salvaguardar o terreno de vestígios arqueológicos. O programa distribui-se longitudinalmente segundo espaços privados orientados para nascente e espaços públicos para poente, tendo três zonas de exposição diferenciadas: a galeria principal, que ocupa todo o comprimento do museu e permite expor tanto para o interior como para o exterior, a sala multimédia e a sala de exposições, todas com paredes transversais amovíveis. A galeria principal comunica com um grande pátio, com a mesma área interna do claustro maior, que recupera um poço existente, e desenha um espelho de água novo, a uma cota inferior. Em frente, encontra-se outro braço semelhante à galeria, um “coberto para trabalhos de restauro” que liga à entrada sudoeste e permite aceder ao claustro maior.

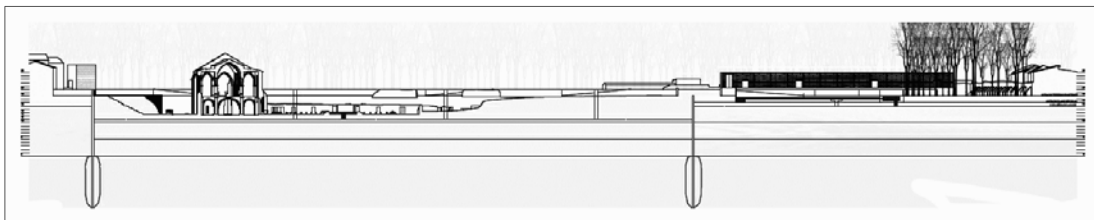
¹²⁷ Citações ao longo do texto retiradas da memória descritiva entregue no concurso.



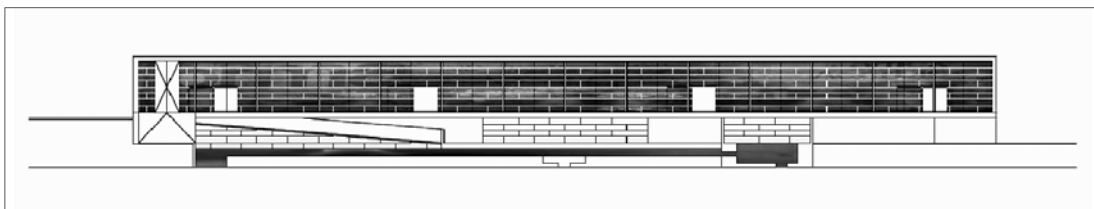
137: Perfil 1, Inês Lobo.



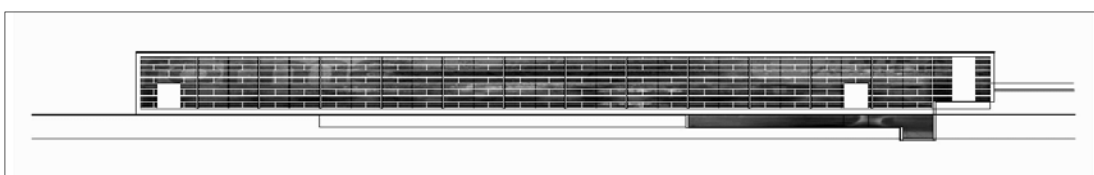
138: Perfil 2, Inês Lobo.



139: Perfil 3, Inês Lobo.



140: Alçado nascente do centro interpretativo, Inês Lobo.



141: Alçado poente da galeria de restauro, Inês Lobo.

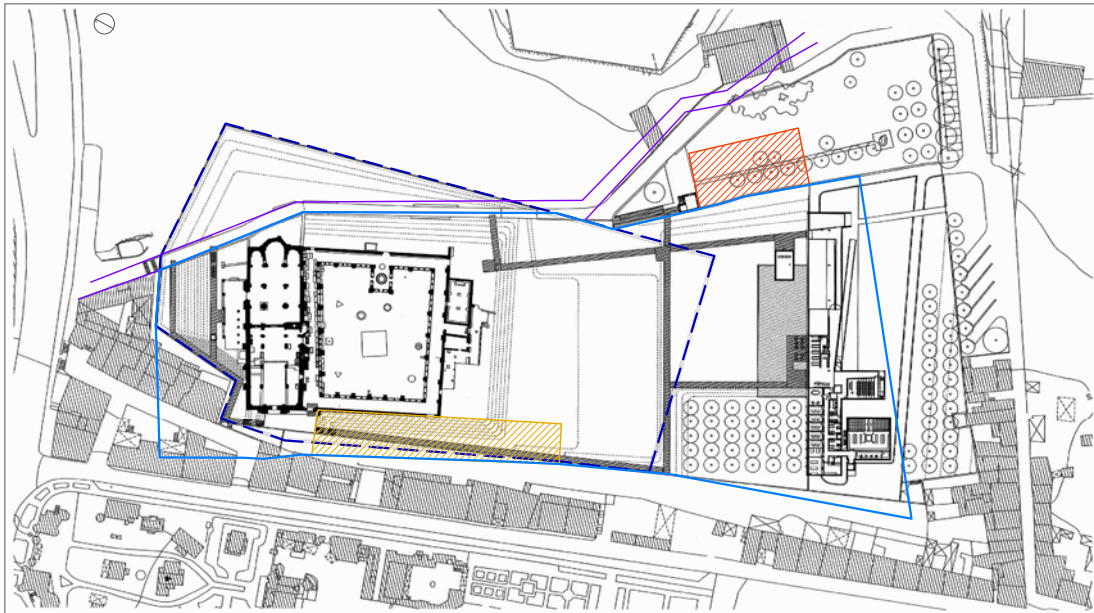
O sítio arqueológico foi entendido como um “novo espaço público que mostra a história do lugar e das suas gentes, confirmando-se assim o direito que estas têm na sua própria identidade”. Os percursos de ligação à igreja são simples e dispõem de escadas e rampas pontuais para vencer os desníveis entre o terreno actual e o terreno da igreja. No claustro maior propõe-se, apenas, a recuperação dos tanques medievais reforçados com a presença da água, acção reflectida no pátio do centro interpretativo. Relativamente à igreja de Santa Clara-a-Velha, propõe-se a manutenção da ruína em “ambiente seco”. O acesso ao seu interior é feito pela porta dos fiéis, pelo claustro ou pela porta na fachada poente, o acesso à mesa e restante piso do séc. XVII faz-se pelo percurso exterior, adjacente à cortina de contenção periférica. O limite Sul do terreno é protegido com várias linhas de ulmeiros e, para nascente, existem duas passagens em forma de túnel que ligam ao Parque Verde do Mondego, uma delas a eixo com a igreja.

3.3.3 1º Classificado – Atelier 15¹²⁸

O projecto vencedor, da autoria do Atelier 15, foca-se na leitura do sítio arqueológico de Santa Clara-a-Velha distinguindo-se em três momentos distintos: o primeiro centra-se no monumento, objecto por excelência do projecto de valorização, através de acções de conservação, consolidação e “musealização”; o segundo materializa-se no centro interpretativo, volume contemporâneo que permite repor o limite sul da antiga cerca do mosteiro, para além de exhibir factos e objectos da vida das clarissas; o terceiro é o espaço intermédio entre o museu e a igreja, caracterizado informalmente por um extenso relvado que permite a “visita livre” do sítio através de percursos em madeira, os quais fazem a ponte entre a obra contemporânea e o monumento.

A visita inicia-se no limite Sul do terreno, que dá acesso ao centro interpretativo, volume paralelo à igreja, sobreelevado sobre o pavimento para que o visitante não tenha percepção do que o espera. Subindo-se uma rampa, acede-se ao átrio principal para sermos desde logo confrontados com a a visão da igreja e do sítio arqueológico. Toda a fachada Norte é envidraçada de modo a valorizar a leitura da estrutura medieval. O programa divide-se em duas grandes zonas a partir do átrio:

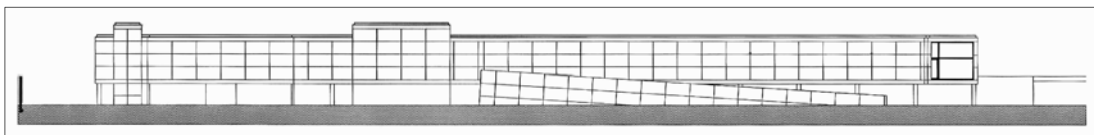
¹²⁸ Citações ao longo do texto retiradas da memória descritiva entregue no concurso.



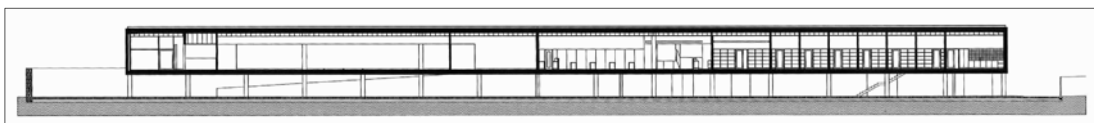
142: Planta de implantação, Atelier 15. Ensecadeira e cerca do mosteiro.

Legenda:

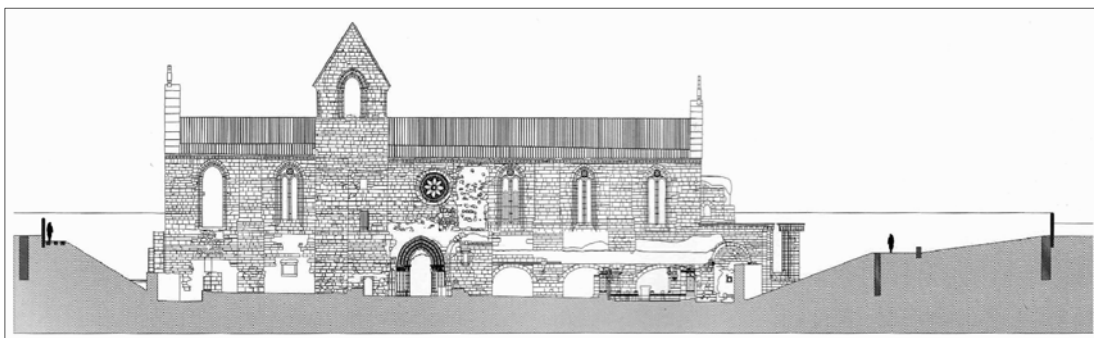
- Cortina de contenção hidráulica
- Adaptação do limite da cerca do mosteiro segundo António de Vascolcelos
- Volume hipotético do dormitório
- Volume hipotético do Paço da Rainha
- Adaptação do traçado do percurso medieval segundo António de Vascolcelos



143: Alçado norte, centro interpretativo, Atelier 15.



144: Perfil longitudinal sul, centro interpretativo, Atelier 15.



145: Perfil longitudinal norte, claustro maior, Atelier 15.

áreas públicas (duas salas expositivas, uma loja e uma cafetaria com esplanada) a nascente e áreas privadas (arquivo, sala de restauro, salas de reuniões, etc.) a poente. Ainda no átrio, para Sul, alcança-se o auditório, a única sala para visitantes que não tem contacto visual com a igreja.

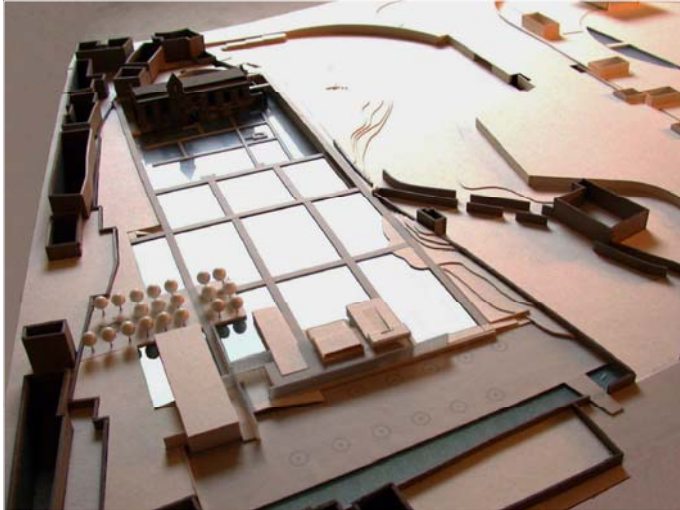
Existem duas saídas para visitar o monumento, uma no final da área expositiva, outra no átrio principal, para quem deseje conhecer a ruína de imediato. A leitura do sítio é promovida, essencialmente, através de dois percursos: um que segue o limite Oeste do terreno, permitindo entrar no claustro e na igreja pela fachada poente, outro a nascente, que se afasta inicialmente da ensecadeira para dar leitura aos vestígios do Paço Isabelino, seguindo depois o muro existente e possibilitando a entrada na igreja pela fachada Norte. Na igreja e no claustro são defendidas intervenções de recolocação de elementos no seu sítio exacto (anastilose) e manutenção da ruína em “ambiente seco”. A visita continua pelo interior da igreja, permitindo conhecer a zona dos fiéis e o coro das freiras, onde se situa uma escada que dá acesso à mesa e ao restante piso do séc. XVII. Existe, também, um acesso pelo limite Norte do terreno (IPPAR relegou para entrada de serviço) e propõe-se, ainda, substituir a cobertura actual por outra de duas águas que englobe as três naves, criticando, assim, a intervenção da DGEMN no telhado da igreja, bem como a do IPPAR, problemas abordados nos capítulos 3.1 e 3.2.¹²⁹

“Toda a intervenção tem como objectivo valorizar a leitura e a visita do que resta. Não é só consolidar, mas não é, certamente, restaurar, repor, recuperar ou reutilizar. A sua utilidade será apenas a que poder conviver com a sua precaridade e sempre dramatizada pelo seu carácter.”

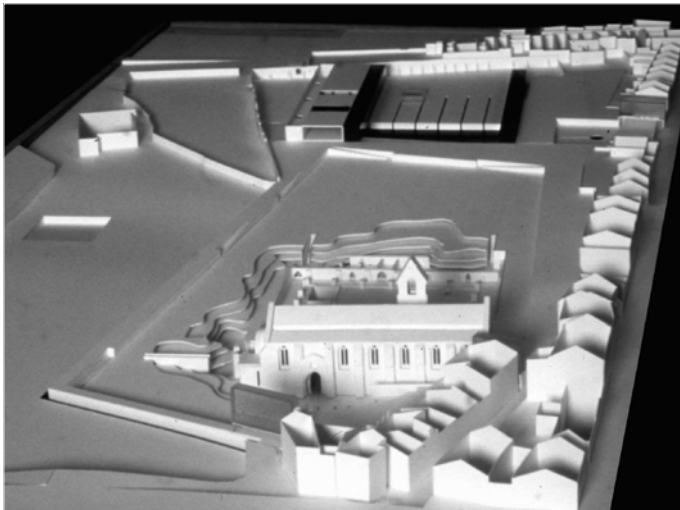
3.3.4 Análise comparativa das propostas

A implantação e a forma do centro interpretativo são expressas de modo distinto em cada proposta, apesar de existirem objectivos comuns, influenciando a própria ocupação do terreno. Na proposta do Atelier 15, o museu é constituído por um único volume paralelo à igreja, que ocupa quase totalmente a largura do terreno, Inês Lobo propõe um edifício principal perpendicular à igreja, mas desalinhada desta, no limite sudeste da área de intervenção e Cândido Cunha Gomes projecta o

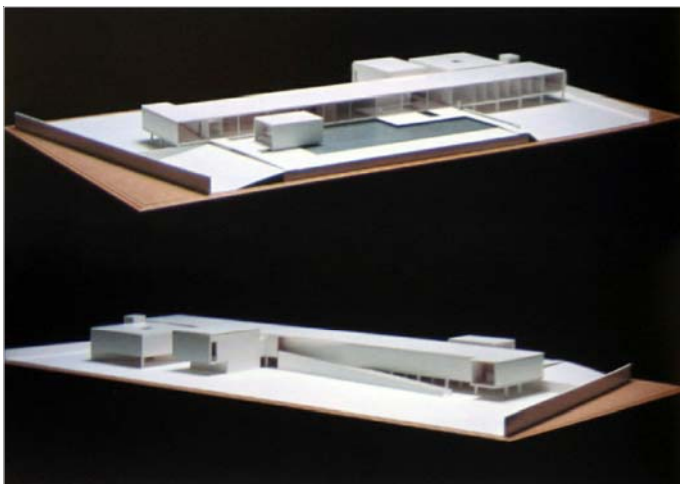
¹²⁹ Ver pág. 96 e 97, pág. 114 e 115.



146: Maqueta de apresentação, Cândido Cunha Gomes.



147: Maqueta de apresentação, Inês Lobo.



148: Maqueta de apresentação, Atelier 15.

museu em três volumes, que no seu conjunto são paralelos à igreja, deixando uma parcela de terreno vago a sudeste. No primeiro e no terceiro classificados, percebe-se uma clara ligação às ruínas, entendidas como objecto de exposição numa área que ultrapassa os limites físicos do museu. Embora defenda a percepção das ruínas a partir de uma enorme janela no museu, Inês Lobo perde essa relação mais íntima entre o centro interpretativo e a igreja de Santa Clara-a-Velha devido à implantação do museu, onde as salas expositivas se direccionam integralmente para a nova praça. Por outro lado, esta situação é compensada precisamente com a praça nova, com o mesmo alinhamento, dimensões e temas (água) do claustro maior, e, ainda, na transposição das dimensões da igreja (perímetro exterior) para o volume do centro interpretativo. É pertinente verificar que a implantação e sobreelevação do museu do Atelier 15 foi pensada para proteger a área patrimonial das novas habitações a Sul, bem como um maciço de árvores nesse limite do terreno. Nos outros concorrentes, o edifício nunca se comportará como “fundo protector” da igreja pelo que recorrem a linhas de árvores para defender as vistas. Ainda assim, os três projectos demonstram a preocupação em usar todo o terreno para recuperar o limite da antiga cerca.

É na relação de percurso entre o centro interpretativo, a igreja e o claustro que os projectos mais se distanciam. O Atelier 15 propõe a leitura do monumento através do desenho de dois passadiços nos limites do terreno, Inês Lobo defende o «minimalismo», colocando acessos verticais pontuais, Cândido Cunha Gomes recorre a uma «malha arqueológica» para estabelecer uma retícula de percursos. Se, no primeiro caso, os percursos de visita estão relacionados com a história do monumento, no segundo não há qualquer orientação, incitando o visitante a explorar o sítio arqueológico como entender, e no terceiro fica-se preso a uma malha rígida e repetitiva. É, ainda, de destacar como o primeiro e o último projectos desenham um passadiço que valoriza os vestígios do Paço Isabelino, ao invés da segunda proposta que relega esses vestígios para uma entrada secundária.

Relativamente ao tratamento da igreja e do claustro maior, denotam-se duas grandes atitudes: o Atelier 15 e o arquitecto Cândido Cunha Gomes exploram o sítio arqueológico através da implementação de passadiços de leitura e visita propondo, simultaneamente, atitudes de consolidação e manutenção das ruínas; a arquitecta Inês Lobo apenas defende a conservação das ruínas, permitindo ao visitante estabelecer os seus próprios critérios de leitura da igreja e claustro. Os dois primeiros classificados sugerem, ainda, a anastilose, ou seja, a recolocação de elementos arquitectónicos,

descobertos nas escavações, no seu sítio original, atitude de conservação apresentada na Carta de Veneza (1964) e reinterpretada na Carta de Cracóvia (2000), e a substituição da cobertura actual por outra, de apenas duas águas para as três naves. Assiste-se, assim, a uma atitude crítica face às intervenções do IPPAR no telhado da igreja de Santa Clara-a-Velha, como defendemos em capítulo anterior. É de destacar que o Atelier 15 pretende que o visitante conheça a igreja num sentido de progressão da zona dos fiéis para a zona de clausura sem, contudo, impor esta interpretação. A visita é livre ao contrário de Cândido Cunha Gomes que, ao propor um espelho de água no interior da igreja, restringe a visita a estreitos passadiços de madeira. Nas duas intervenções o destaque vai para as singularidades arquitectónicas da igreja, as originais e as alterações de salvaguarda do túmulo da Rainha.

Outro tema dissonante nos três projectos é a presença da água, observada de modo distinto: o primeiro considera a água como elemento de tragédia, o segundo valoriza sobretudo as preexistências relacionadas com esse elemento, o último encara a permanência da água nos terrenos adjacentes à igreja como algo natural. Um dos pressupostos do programa do concurso do IPPAR era, precisamente, a valorização deste elemento natural, pelo que nenhum dos projectos podia ignorá-lo. Desta forma, o Atelier 15 minimizou a sua presença pelo desenho de um espelho de água contido, à saída do centro interpretativo, pois sempre defendeu que a água era elemento de tragédia na história de Santa Clara-a-Velha, não devendo ser demasiado exaltado. Numa situação completamente oposta, surge a intervenção de Cândido Cunha Gomes, parecendo desejar reviver a situação de aluvião que caracterizou os terrenos de Santa Clara durante vários anos, ao propor um espelho de água contínuo do museu à igreja, extensão que se afigura exagerada. Inês Lobo apresenta uma proposta intermédia e equilibrada, revalorizando os poços e tanques da antiga cerca, agora funcionais, e propondo um espelho de água moderado entre o “novo claustro” e o claustro maior.

Em suma, três projectos bastante distintos com o objectivo comum de solucionar os problemas da leitura do conjunto, dando-lhe um novo enquadramento paisagístico e circuitos de visita: a implantação do museu recorre a modos diferentes de se amarrar à igreja, influenciando a definição do limite sul da área de intervenção; a permanência da água é valorizada em três graus de intensidade – o Atelier 15 reduz ao máximo a presença dum elemento tão prejudicial na vida do mosteiro e das clarissas, Inês Lobo propõe uma solução equilibrada e Cândido Cunha Gomes valo-



149: Entrada na área monumental do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.
Fotografia de Rita Cruz, 2011.

riza-a excessivamente; os percursos são entendidos segundo três princípios – Atelier 15 e a leitura progressiva do monumento, Inês Lobo e a leitura livre do sítio, CCG Arquitectos e a leitura segundo uma malha arqueológica rígida. Para concluir, no primeiro e no terceiro classificados assiste-se a uma leitura crítica das intervenções da DGEMN e do IPPAR, propondo consolidar a igreja e o claustro e modificar a cobertura.

4. O centro interpretativo como leitura global do sítio – Atelier 15

O projecto efectivo de valorização do conjunto monástico de Santa Clara-a-Velha foi concretizado entre 2004 e 2008 e compreendeu a “interpretação cultural da memória do sítio e valorização do mosteiro”. Depois de décadas de intervenções de conservação e consolidação, o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra abriu, finalmente, ao público com a igreja requalificada e com um centro interpretativo de leitura e exposição da história do sítio. No mesmo espaço, coexiste o património, a intervenção arqueológica e a obra de arquitectura contemporânea, que se conjugam para a fruição pública do monumento nacional. O Atelier 15 conseguiu, com sensibilidade e experiência, dotar o mosteiro de Santa Clara-a-Velha de uma renovada vitalidade, através de um projecto de valorização que se apresenta como ponto de partida para um diálogo interdisciplinar complexo mas rico, entre passado e presente, antigo e novo, medieval e contemporâneo.

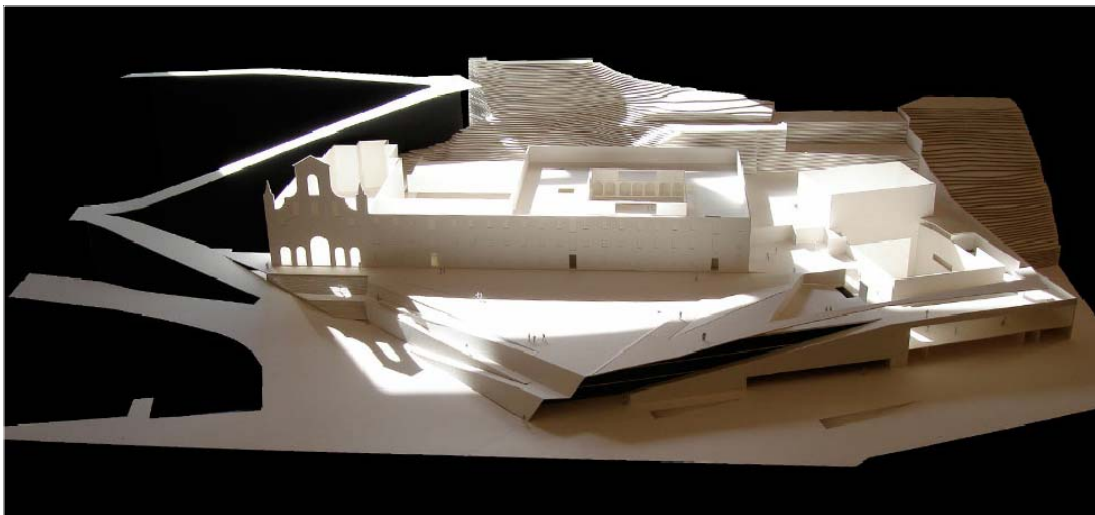
Nos próximos subcapítulos, recorrer-se-á a alguma informação obtida em conversa com o Arquitecto Alexandre Alves Costa, o qual, amavelmente, se disponibilizou para responder a dúvidas sobre o projecto agora em estudo.

4.1 Implantação: o sítio

O sítio onde o Centro Interpretativo do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha se localiza, entre a entrada na cidade de Coimbra e o rio Mondego, destaca-se pela recente intervenção em espaços e equipamentos públicos, que completam e fortalecem o diálogo com a margem direita, mudando a configuração urbana da cidade. Falamos dos projectos de Gonçalo Byrne (Plano de Pormenor do Eixo Porta-



150: Entrada Poente do Parque Verde do Mondedo, Gonçalo Byrne. Fonte: www.byrnearq.com



151: Maqueta do projecto de recuperação do Convento de S. Francisco, João Carrilho da Graça. Fonte: <http://jlcg.pt>



152: Centro interpretativo do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, 2010. Foto de Fernando Guerra

gem/Av. João das Regras e Entrada Poente do Parque Verde do Mondego) e Carrilho da Graça (Recuperação do Convento de S. Francisco) que, em conjunto com a Quinta das Lágrimas e o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, estabelecem uma nova visão do pólo urbano de Santa Clara, através de propostas de reestruturação da malha viária, requalificação urbana, organização de novos programas de impacto público e controlo paisagístico. Não se tratam apenas de intervenções de impacto local, mas de projectos que permitiram reavaliar a relação de Coimbra com o rio e modificar a visão da margem esquerda, antigamente tida como local de transição ou o lado oposto ao centro histórico.

A área de intervenção está circunscrita à ensecadeira (ver fig. 142, pág. 128), muro construído em 2001 que rodeia todo o espaço do conjunto monástico, projecto “a muitos títulos enigmático, com um desenho cuja lógica nada tem a ver com uma possível estruturação do espaço, coerente com uma leitura cultural, arqueológica e histórica, do sítio (...)”.¹³⁰ O IPPAR, entidade que coordenou o projecto, justificou o desenho da cortina de contenção periférica dizendo que “foram considerados os aspectos ligados à minimização das interferências com o património arqueológico e aos condicionamentos hidrogeológicos e geotécnicos locais. Durante a execução, foram efectuados alguns ajustes na implantação da cortina no alinhamento poente, de modo a reduzir, tanto quanto possível, a interferência com estruturas arqueológicas enterradas”.¹³¹ No entanto, o desenho da ensecadeira destruiu parcialmente os muros da cerca a nascente e o antigo traçado do caminho medieval que por aí passava, bem como o terreno onde se localizava as celas do dormitório medieval, não se percebendo a razão pela qual a ensecadeira não seguiu o antigo traçado da cerca medieval.

O terreno é definido pela zona relvada do projecto de Gonçalo Byrne a nascente, pela Rua das Parreiras a Sul e por casario de baixa densidade a norte e a poente. Este casario, algum degradado, outro de qualidade discutível, estabelecendo-se como pano de fundo da igreja, merecia um tratamento urbano e estético para garantir a dignidade da zona monumental de Santa Clara-a-Velha. O Atelier 15 previu uma área de protecção e um plano de pormenor que incluía “a demolição de algumas estruturas degradadas ou sem qualidade/dignidade e a salvaguarda de outras,

¹³⁰ Costa, Alexandre Alves, “O último projecto para Santa Clara-a-Velha”, in *Património. Estudos*, nº8, 2005, pág. 57.

¹³¹ Rosa, Ivo, Fortunato, Eduardo, Rodrigues, Nelson, “Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Cortina de contenção hidráulica.” in *Património. Estudos*, nº 3, 2002, pág. 86.



153 e 154: Casario degradado no limite noroeste da área de intervenção.
Fotografia de Rita Cruz, 2011.



155 e 156: Vista dos edifícios adjacentes ao muro norte da área de intervenção e novos blocos habitacionais no limite sul do terreno. Fotografia de Rita Cruz, 2011.



157: Vista dos novos edifícios de habitação, atrás do centro interpretativo.
Fotografia de Rita Cruz, 2011.

sendo inevitável tratar devidamente todas as traseiras e quintais (...).¹³² Contudo, estas medidas não tiveram aplicação, tratando-se de uma perda incalculável para o tratamento da envolvente do mosteiro.

O acesso principal ao museu faz-se pela Rua das Parreiras, a qual é servida por uma zona de estacionamento “em espinha”. Do outro lado do muro de meação do terreno do mosteiro, duas linhas de árvores permitem defender a zona museológica da edificação de escala média/alta que se encontra à sua frente. A sobrelevação do centro de interpretação seria suficiente para criar essa defesa, para além de estabelecer uma cota de segurança relativamente a eventuais cheias. Contudo, os novos blocos habitacionais subiram dois pisos em relação ao projecto inicial, perturbando o conjunto patrimonial. O Atelier 15 nada pôde fazer para salvaguardar a sua visão, já que a Câmara Municipal de Coimbra deferiu, posteriormente, a alteração da cêrcea das construções. A implantação do centro interpretativo, paralelo a igreja, permitiu “repor” a fronteira Sul da cerca do mosteiro, perdida nas cheias, assim como não quis comprometer o possível material arqueológico soterrando no terreno adjacente ao claustro maior. Assim, o museu e a igreja estão separados por um terreno relvado, de usufruto livre, que, no meu ponto de vista, se articula perfeitamente com a linguagem do projecto de Gonçalo Byrne.

4.2 Forma: contemporaneidade vs passado

O centro de interpretação é um edifício de valor arquitectónico singular pois venceu do Prémio Europa Nostra 2010, um volume paralelepipedico alongado, de baixa altura que não toca no chão por estar assente em pilotis e lâminas de betão branco.

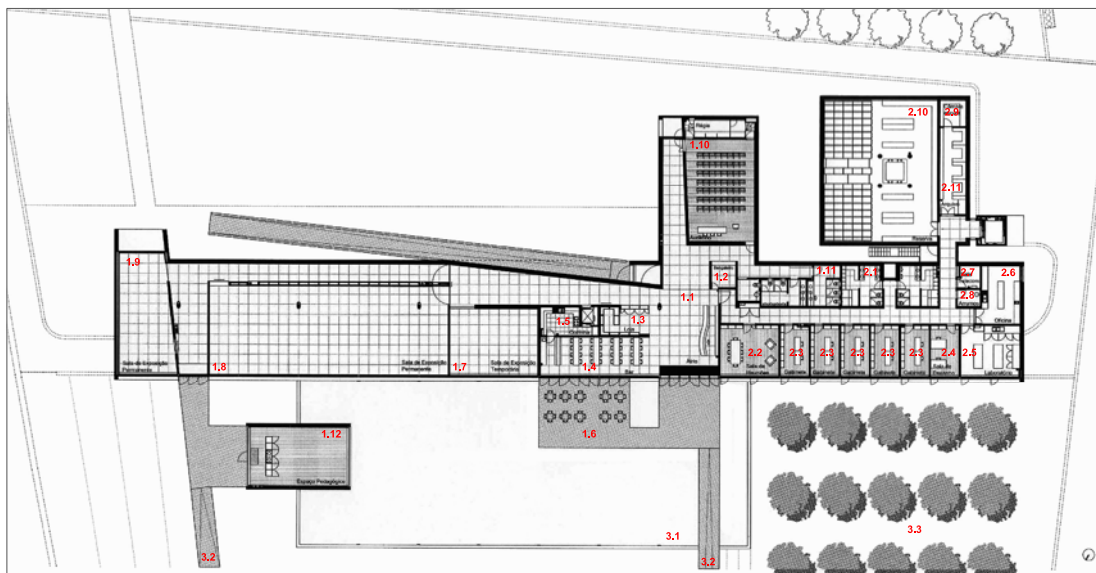
Acede-se ao interior do edifício por uma rampa que desemboca no átrio do balcão de atendimento. Este espaço é o centro nevrálgico do edifício, daqui temos acesso a todos os espaços do museu: em frente à entrada, uma loja e a cafetaria com esplanada; seguindo um corredor para nascente, as salas de exposições;¹³³ à esquerda da entrada, o auditório, destacando-se no exterior como um pequeno volume saliente

¹³² Costa, Alexandre Alves, “O último projecto para Santa Clara-a-Velha”, in Património. Estudos, nº8, 2005, pág. 56.

¹³³ As salas de exposições foram alvo de uma ocupação museológica discutível por parte do IPPAR. O espaço era para ser entendido como um todo e as exposições far-se-iam em painéis envidraçados. Porém, o IPPAR subdividiu a sala de exposições permanentes com cartazes e vitrinas executadas por um arqueólogo, tornando o espaço menos luminosa e obstruído.



158: Vista da fachada norte do centro interpretativo. Fotografia de Fernando Guerra.



159: Planta do centro interpretativo, Atelier 15.

Legenda:

- | | |
|--|---|
| 1.1 - Átrio / Recepção | 2.1 - Instalações sanitárias privadas |
| 1.2 - Bengaleiro | 2.2 - Sala de reuniões |
| 1.3 - Loja | 2.3 - Gabinete |
| 1.4 - Bar-cafeteria | 2.4 - Sala de Desenho |
| 1.5 - Cozinha | 2.5 - Laboratório |
| 1.6 - Esplanada | 2.6 - Oficina |
| 1.7 - Sala de exposição temporária
(actualmente funciona como sala de exposição permanente) | 2.7 - Sala de telecomunicações |
| 1.8 - Sala de exposição permanente | 2.8 - Arrumos |
| 1.9 - Sala de exposição permanente
(actualmente funciona como sala de exposição temporária) | 2.9 - Câmara escura |
| 1.10 - Auditório | 2.10 - Reserva |
| 1.11 - Instalações sanitárias públicas | 2.11 - Arquivo |
| 1.12 - Espaço pedagógico | 3.1 - Espelho de água |
| | 3.2 - Passadiço de visita ao núcleo museológico |
| | 3.3 - Plantação de laranjeiras |

no corpo alongado do museu; por fim, um corredor para poente dá acesso à área administrativa e à zona técnica (laboratório, oficina, arquivo, sala de desenho, arrumos, câmara escura), onde se destaca a sala de reserva que, à semelhança do auditório, constitui um volume saliente na fachada Sul do museu.

O novo edifício não quis “competir nem aproximar-se do monumento”,¹³⁴ optando por uma linguagem arquitectónica contemporânea. O desafio da intervenção do Atelier 15 surge no momento em que, trabalhando num monumento já extensivamente intervencionado, o novo edifício estabelece-se como objecto de exaltação do passado. Estamos perante duas escalas de intervenção que partilham os mesmos problemas de inserção urbana, dois programas culturais distintos que se fundem, no meu ponto de vista, através da articulação de quatro questões fundamentais: a escala do museu face ao mosteiro e à envolvente, os materiais dos dois edifícios, a direccionalidade da abertura de vãos no museu e a água como elemento evocador da história do mosteiro.

A primeira questão, a escala, surge como resposta a uma necessidade do mosteiro, já que era essencial estabelecer a transição entre o espaço patrimonial e o espaço urbano. Antes de se construir o centro de interpretação, o mosteiro estava “incompleto”, perdido em terrenos que não possuíam uso específico na cidade, faltando-lhe construção no limite Sul da cerca para balizar a área de interesse patrimonial. O volume do museu não é nem demasiado compacto nem demasiado alto, é a medida ideal para enquadrar o monumento na cidade (da Alta a Santa Clara-a-Nova).

A segunda questão, a materialidade, permite criar uma relação de complementaridade entre o museu e a igreja, sentido através dos planos de betão branco do centro interpretativo, que parece pairar como pano de fundo da igreja, e da corporeidade da pedra do mosteiro, que tem textura e transmite robustez. As grelhas metálicas localizadas no interior da igreja, são elementos que permitem distinguir a intervenção contemporânea dos elementos primitivos da igreja. A complementaridade é, ainda, reforçada no uso da água (espelho de água), madeira (percursos), relva (terreno entre o museu e a igreja) e plantação de laranjeiras junto ao museu por serem elementos que evocam episódios da vida do mosteiro: a água

¹³⁴ Costa, Alexandre Alves, “O último projecto para Santa Clara-a-Velha”, in Património. Estudos, nº8, 2005, pág. 60.



160: Ao entrar no recinto, o visitante não antevê o que o espera do outro lado do volume do centro de interpretação. Fotografia de Fernando Guerra.



161: Ao chegar ao átrio, o visitante é confrontado com a área patrimonial, como se esta fosse a própria exposição. Fotografia de Fernando Guerra.



162: A igreja, a água e os percursos. Fotografia de Rita Cruz, 2011.

que passava no lavabo e no tanque e a água que insistiu em não abandonar o interior da igreja; a madeira utilizada nas construções medievais; a relva e as laranjeiras das hortas e jardins do mosteiro.

A terceira questão, a direccionalidade da abertura de vãos, constituiu a chave da percepção do mosteiro. Através da sua implantação e da leitura da distribuição interna do programa, percebemos que o centro de interpretação funciona em dois momentos, relativamente às aberturas e às vistas que propõe. Quando o visitante entra no recinto depara-se com um volume fechado e com um muro por trás deste, não antevendo o que o espera. No interior, todos os espaços contíguos à fachada Sul são fechados. No átrio do museu o visitante obtém, desde logo, a visão magnífica do mosteiro, do terreno relvado que o antecede e dos percursos em madeira que conduzem ao monumento. Todas as salas da fachada Norte são envidraçadas e voltadas para a igreja, como se ela fosse a própria exposição. Contudo, estas salas estão providas de uma cortina branca translúcida que deixa ver, mas não deixa o fazer claramente, prolongando a expectativa do visitante. Este jogo de secretismo à entrada do recinto e de direccionalidade do olhar à chegada ao interior do museu é um dos pontos fortes da intervenção.

Por último, a questão da água como elemento evocador da história do mosteiro está expressa no espelho de água situada à saída do museu, em frente à cafetaria e ao lado da esplanada, envolvendo o volume onde está patente uma projecção sobre as inundações no mosteiro. Evocando, sobretudo, os momentos de aflicção na história do mosteiro, o tema da água é parte da identidade da igreja de Santa Clara.

Por estas razões, considero que a interpretação cultural da memória do sítio e valorização do mosteiro do Atelier 15 é um excelente exercício entre a arquitectura contemporânea e o monumento de exaltação do passado.

4.3 Percursos: leitura do sítio arqueológico

“O edifício do museu é o ponto de partida e de chegada da visita ao antigo mosteiro, fazendo parte de um conjunto de soluções que permitem induzir impressões de espaço necessárias à estruturação do entendimento da preexistência



163: Marcação do percurso para o centro interpretativo, à entrada do recinto.
Fotografia de Rita Cruz, 2011.



164: Percurso nascente / miradouro sobre o claustro. Fotografia de Rita Cruz, 2011.



165: Percurso poente, encostado à ensecadeira. Fotografia de Rita Cruz, 2011.

que é, ela própria, ponto de partida e de chegada, portanto, os circuitos de visita ao mosteiro.”¹³⁵

A sucessão de percursos desde a entrada no centro de interpretação até à igreja permite preparar o visitante para a “aventura temporal” que está prestes a atravessar. Como já foi referido, ao entrar no recinto não se tem percepção do que nos espera do lado de lá do museu. Um pavimento em lajeado difere do restante pavimento da entrada, em cubo ou relva, para nos conduzir para a rampa de acesso ao museu. Uma vez no seu interior, pode-se aceder à igreja por duas saídas distintas que nos levam por percursos distintos: uma está imediatamente no átrio e permite aceder directamente à igreja, a outra está no extremo nascente do edifício, levando-nos a conhecer a exposição sobre a vida das clarissas. Desta forma, pode-se visitar o museu e a igreja “livremente, sem imposições de percurso que obriguem a visões parciais ou tenham implícitas interpretações não verificáveis senão por quem teve acesso a toda a informação.”¹³⁶

Os percursos de visita seguem, maioritariamente, o traçado da cortina de contenção periférica. No lado nascente, distancia-se da ensecadeira para possibilitar a leitura do muro da antiga cerca, onde ainda se encontram duas janelas do Paço da Rainha, do caminho medieval adjacente, agora parcialmente destruído pela ensecadeira, e da própria igreja, funcionando, a certo ponto, como um miradouro de onde se obtém uma vista panorâmica da igreja até à Alta de Coimbra. O percurso nascente difere do poente porque leva o visitante a entrar na igreja pela fachada norte, onde se situa a porta dos fiéis, conservando a leitura medieval do mosteiro de clausura feminina. O percurso poente também culmina na porta dos fiéis contudo, permite aceder de imediato ao claustro maior ou entrar na igreja pela porta que as freiras abriram na fachada poente.

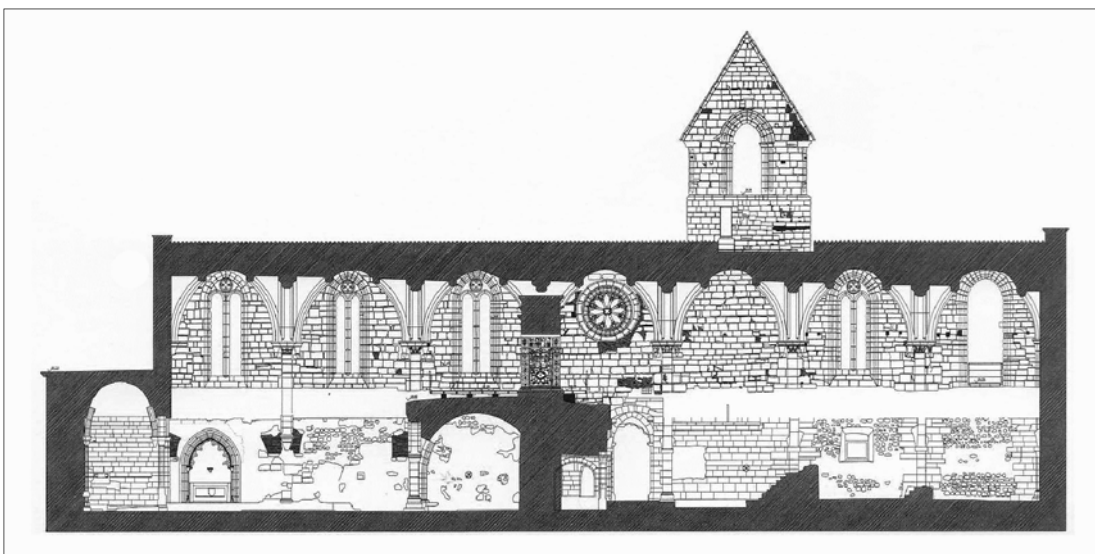
A lógica do circuito de visita, de nascente para poente, descreve um movimento que se inicia e termina no centro de interpretação, onde os percursos em estrado de madeira constituem o elemento articulador entre os espaços antigos e os novos.

¹³⁵ Costa, Alexandre Alves, “*O último projecto para Santa Clara-a-Velha*”, in *Património. Estudos*, nº8, 2005, pág. 59.

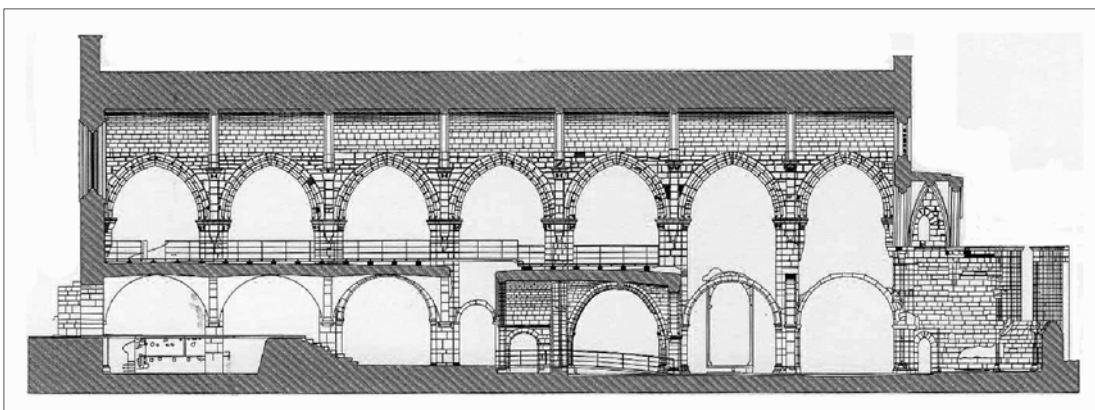
¹³⁶ Costa, Alexandre Alves, “*O último projecto para Santa Clara-a-Velha*”, in *Património. Estudos*, nº8, 2005, pág. 58.



166: Valorização da igreja e do claustro, manutenção das ruínas. Fotografia de Rita Cruz, 2011.



167: Perfil longitudinal sul, Atelier 15.



168: Perfil longitudinal norte, Atelier 15.

4.4 Princípios de intervenção nas ruínas

Como se dá nova vida a um edifício do passado? Como se valoriza um monumento já largamente intervencionado? O que é, afinal, musealizar? Para estas questões não existe uma única resposta, cada arquitecto interpreta de maneira diferente o significado do monumento em questão, depois pondera os critérios a seguir, socorrendo-se dos técnicos especialistas e recorrendo à História para encontrar respostas. Qualquer que seja o critério a usar, surgem sempre dúvidas e novos problemas.

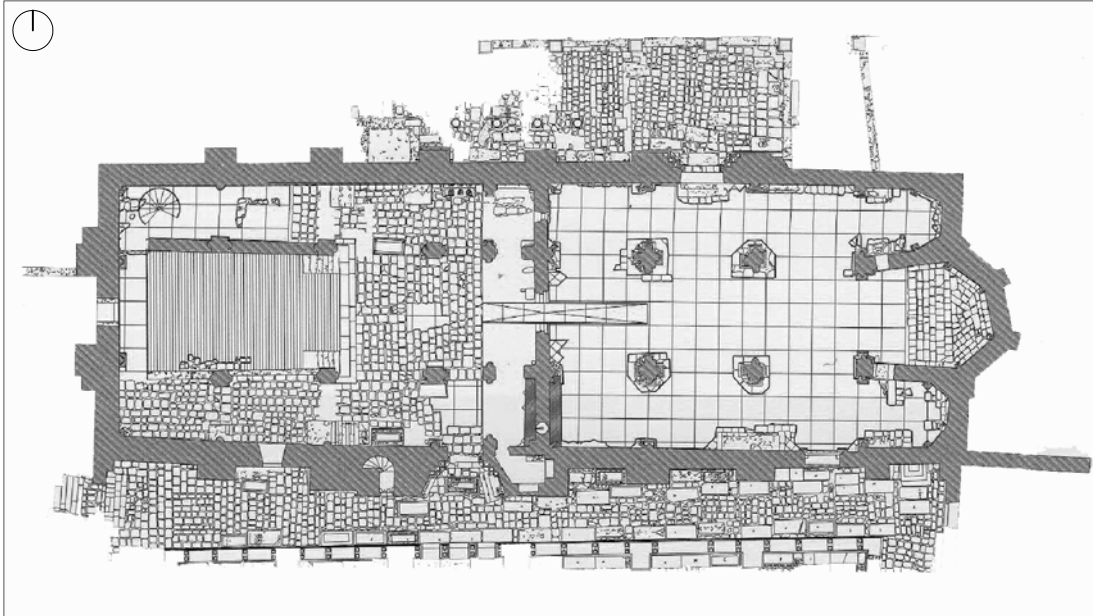
Em Santa Clara-a-Velha, os arquitectos não pretenderam mudar o programa do monumento, preferindo conservar a ruína.¹³⁷ “Pretende-se, assim, manter a ruína em silêncio, aberta ao tempo e ao mau tempo, consagrando o seu abandono.”¹³⁸ Mas como dar leitura à igreja e ao sítio arqueológico? Mostrar apenas a história dramática da luta das freiras contra o Mondego seria uma visão deficiente porém “limpar” a igreja de qualquer acrescentado não original já não se coadunava com as cartas europeias de intervenção patrimonial. Uma situação intermédia era o ideal: manter os sinais de evolução do monumento ao longo dos séculos, dar valor à igreja (monumentalidade do espaço interior, o abobadamento das naves, influências cistercienses, etc.) e destruir apenas o que perturbasse a legibilidade do espaço medieval, ou seja, transmitir a ideia de que a igreja chegou até aos nossos dias, dessa forma, sem intervenções.

Desta forma, defenderam-se intervenções de limpeza, preservação e de consolidação, através da recolocação de “todos os elementos líticos, arquitectónicos ou decorativos (...) no seu sítio, ou forma, não só a resolver a sua exposição ou musealização, como a enriquecer a ruína (...) porque uma das regras de ouro de uma certa museologia contemporânea é a de não criar espaços artificiais para as peças que tem os seus lugares naturais, não as retirando do seu uso ou da compreensão clara do que já tiveram. Dito de outra maneira, um pilar é um pilar, não e um objecto musealizável como uma escultura (...)”.¹³⁹ Contudo, como diria o arquitecto Fernan-

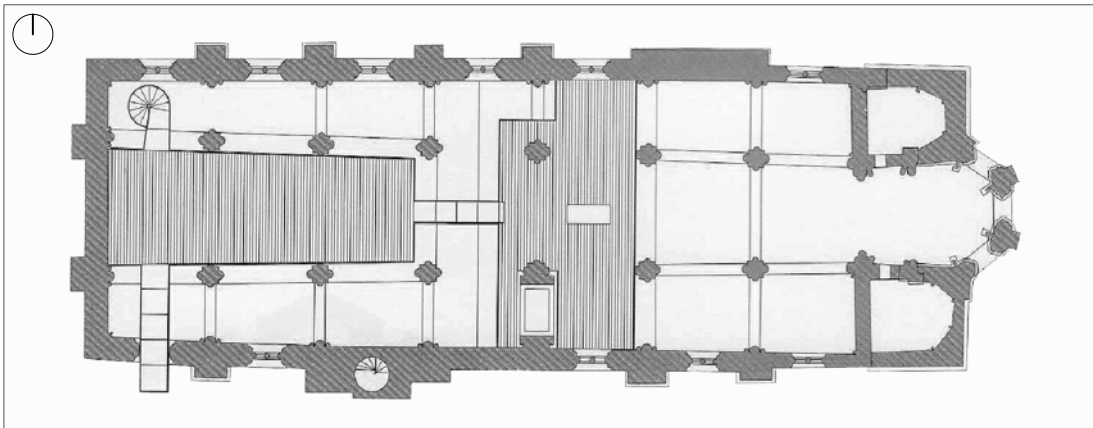
¹³⁷ Para tal, foi essencial refundar as juntas da igreja com argamassa nova, com um tratamento especial anti-água.

¹³⁸ Costa, Alexandre Alves, “*O último projecto para Santa Clara-a-Velha*”, in *Património. Estudos*, nº8, 2005, pág. 59.

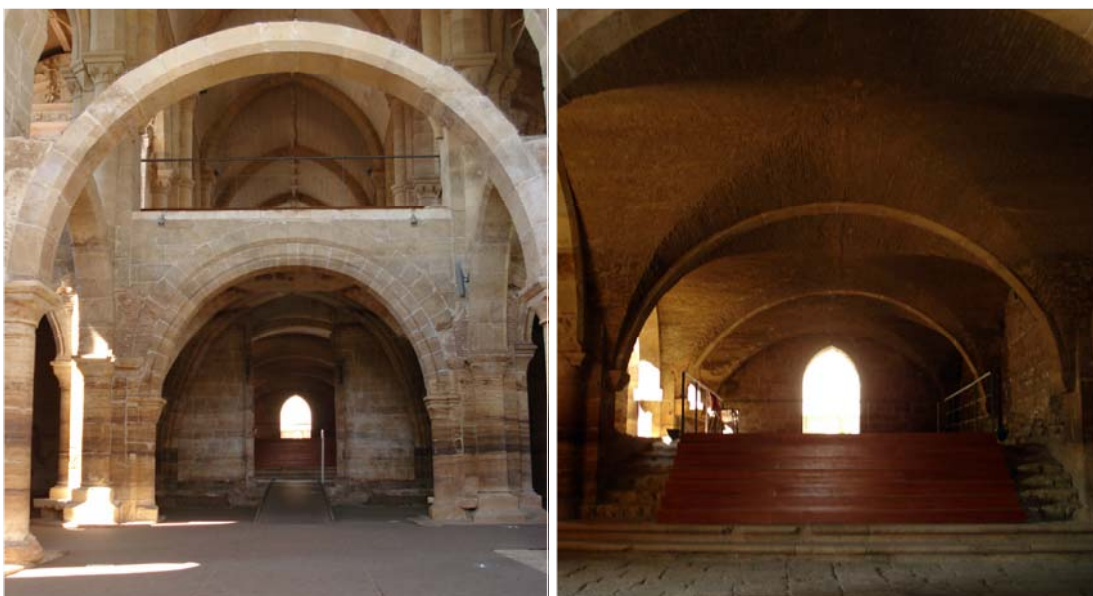
¹³⁹ Costa, Alexandre Alves, “*O último projecto para Santa Clara-a-Velha*”, in *Património. Estudos*, nº8, 2005, pág. 59. Contudo, esta intervenção não foi executada pelo IPPAR, o qual acabou por colocar as peças arqueológicas do claustro no pavimento por baixo do centro de interpretação.



169: Planta do piso primitivo da igreja, Atelier 15.



170: Planta da mesa e restante piso do séc. XVII, Atelier 15.



171 e 172: Passagem para o coro e alteamentos no pavimento, valorizado com um capeamento em madeira. Fotografias de Rita Cruz, 2011.

do Távora, “destruir também é importante”, acção que se mostrou fulcral quando se pôs a descoberto o piso primitivo da igreja de Santa Clara-a-Velha. Como este piso já não era utilizado, ao longo dos tempos, as freiras foram emparedando o espaço e enterrando aí as suas irmãs. Os arqueólogos descobriram, então, muros altos dispersos pelas naves laterais, obstruindo a passagem. Alguns mostraram-se contra a sua demolição, todavia o Atelier 15 defendia a leitura desafogada do interior da igreja, pelo que se procedeu à documentação destes muros, demolindo-os de seguida.¹⁴⁰

De seguida, era necessário tratar o pavimento, para conforto do visitante e porque do original restavam, apenas, fragmentos. Entrando pela porta dos leigos, através de poucos degraus ou de uma rampa nova, deparamo-nos com uma grande área revestida com placas de aço córtex e com fracções do lajeado primitivo. O uso das placas metálicas justifica-se pela inexistência do pavimento original, bem como para facilitar eventuais futuras escavações. Na capela-mor, ainda se conserva o pavimento medieval. Na intersecção com paredes ou bases de pilares, estas placas foram recortadas para permitir a leitura global desses elementos. A passagem para a “igreja de dentro” foi uma questão bastante debatida com os arqueólogos, porque defendiam que não se devia entrar no coro das freiras, o qual devia ser encerrado com a grade que limitava o espaço de clausura. O Atelier 15 desde logo recusou esta restrição, afinal o monumento era para ser valorizado e usado livremente.¹⁴¹ Assim, procedeu-se à colocação de uma rampa metálica para vencer o pequeno degrau que separava a “igreja de fora” da zona das monjas. À semelhança da zona dos leigos, todas as áreas que não tinham o pavimento primitivo foram revestidas com as referidas placas metálicas. A elevação do pavimento¹⁴² em alguns degraus, testemunho da fuga das freiras às águas do Mondego, foi coberta com um pavimento assoalhado, para efeitos de protecção e destaque desta singularidade arquitectónica.

Ainda no piso primitivo da igreja, os arqueólogos colocaram uma questão interessante que se materializava no rebocamento das abóbadas de tijolo que suportam a mesa. Na Idade Média, estruturas em tijolo eram rebocadas sempre que as mesmas fossem executadas na perfeição e estivesse à vista. Na igreja de Santa

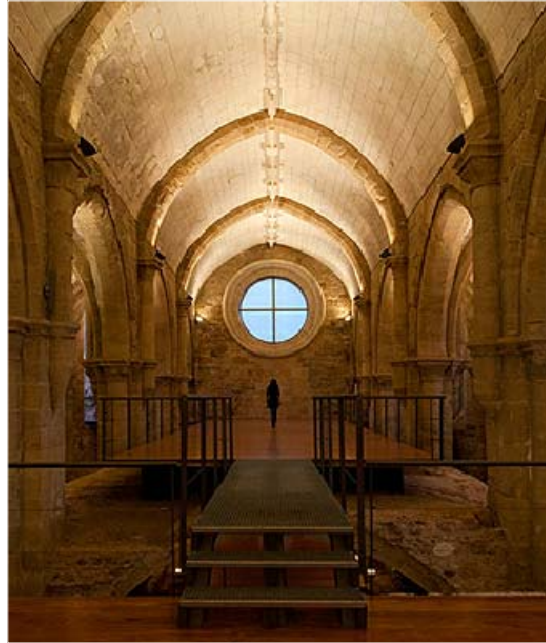
¹⁴⁰ Informação obtida em conversa com o Arquitecto Alexandre Alves Costa. Porto, 16/09/2011.

¹⁴¹ Informação obtida em conversa com o Arquitecto Alexandre Alves Costa. Porto, 16/09/2011.

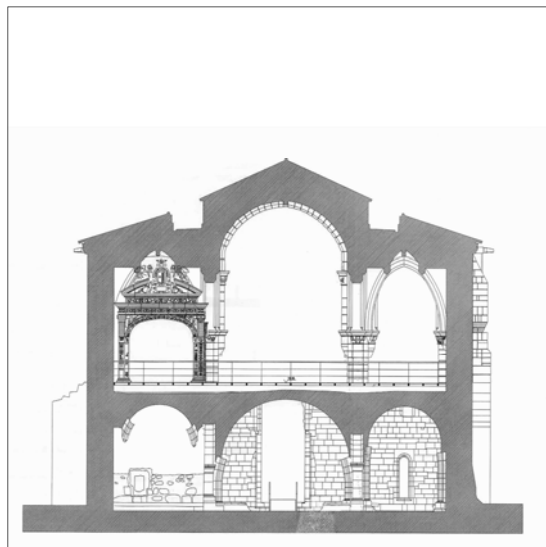
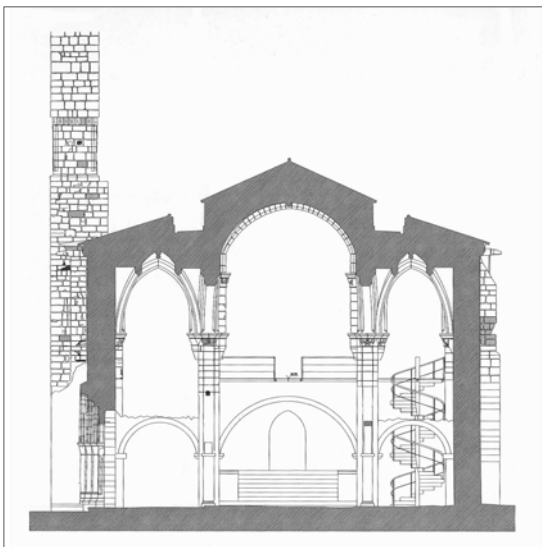
¹⁴² É de salientar que este espaço foi desvirtuado em relação ao projecto do Atelier 15, através da colocação de cadeiras e de um projector da história do mosteiro. O espaço era para ser conhecido livre e amplamente, não transformado num palco de projecções.



173: Escadas de acesso à mesa.
Fotografia de Rita Cruz, 2011.



174: Passagem da mesa para o piso do séc. XVII.
Fotografia de Fernando Guerra.



175 e 176: Perfis transversais, Atelier 15.



177: Claustro maior com o centro interpretativo como pano de fundo. Fotografia de Rita Cruz, 2011.

Clara-a-Velha, estas estruturas não eram lisas e foram construídas num local que já não era visitável por estar permanentemente inundado. O Atelier 15 experimentou rebocar uma parte, chegando à conclusão que tal acção não era válida e subvertia o conceito da intervenção, pelo que se abandonou a solução.¹⁴³

O problema que se colocou a seguir prendia-se com o acesso à mesa e ao piso do séc. XVII. Como subir? Os vestígios de escadas primitivas não eram suficientes para formular uma resposta válida e a coerência na intervenção era imperativa. Então, o Atelier 15 optou por marcar a diferença por meio de uma escada metálica em caracol, situada no primeiro tramo da nave Norte. Desta forma, os arquitectos não incorreram numa leitura errada ou mais ou menos certa deste acesso, primando pela diferença que distingue a intervenção contemporânea dos elementos originais. Chegados ao piso elevado, era necessário preservar o pavimento original, bastante irregular, e vencer uma pequena diferença de cota entre o piso do séc. XVII e a mesa. Assim, à semelhança dos alteamentos no piso primitivo, estes pavimentos foram valorizados com um capeamento em madeira e, o local onde esteve o túmulo da Rainha foi simbolicamente marcado por uma laje em mármore branco. Ainda neste piso, merece destaque a solução contemporânea adoptada para a janela da fachada Sul que, no período medieval, funcionou como porta de entrada das clarissas. De facto, esta particularidade merecia um tratamento diferente das restantes janelas das naves laterais. Assim, o Atelier 15 entendeu que esta janela deveria continuar a relacionar-se com o exterior, não como passagem mas, agora, como varanda com vista privilegiada sobre o claustro e o centro de interpretação. Para tal, o último tramo da nave Sul foi revestido com um pavimento metálico de acesso à varanda para valorizar a porta que as monjas haviam improvisado.

Relativamente ao claustro, a sua visita pode ser efectuada pelas galerias às quais se acede pela porta da área de clausura ou pelo passadiço de madeira que liga o exterior ao interior da igreja, na fachada poente. Por questões de conservação, o pátio do claustro não é passível de ser acedido pois considerou-se que o seu pavimento se encontra numa situação frágil, bem como os demais elementos que pontuam o pátio (canteiros, fontes, alegretes, etc.). Da mesma forma, todos os espaços que rodeiam o pátio estão interditos à passagem, sobretudo, porque o que está a descoberto é único mas frágil, devendo, por isso, ser protegido. Surpreendentemente, o pavimento das

¹⁴³ Informação obtida em conversa com o Arquitecto Alexandre Alves Costa. Porto, 16/09/2011.



178: Claustro maior com a Alta de Coimbra como pano de fundo. Fotografia de Rita Cruz, 2011.

galerias do claustro é o original e ainda se podem ver algumas sepulturas das monjas clarissas que ali foram enterradas.¹⁴⁴

Através deste projecto, o Atelier 15 conseguiu relacionar a obra contemporânea com o monumentos do passado, tornando dois programas e duas linguagens num só. Os arquitectos ordenaram o espaço, compuseram percursos, orientaram vistas, protegeram e conservaram estruturas medievais, tudo com o intuito de devolver o monumento à cidade. Assim (re)surge o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, conservado e valorizado, renascido das águas, do abandono e do esquecimento. “Musealizar talvez seja uma forma de publicar as memórias do lugar.”¹⁴⁵

¹⁴⁴ Também aqui, o IPPAR mudou alguns dos pressupostos do projecto, retirando lajes fúnebres para as colocar no centro de interpretação.

¹⁴⁵ **Costa**, Alexandre Alves, “*O último projecto para Santa Clara-a-Velha*”, in Património. Estudos, nº8, 2005, pág. 56.

Considerações finais

O mosteiro de Santa Clara-a-Velha, classificado monumento nacional em 1910, foi testemunho da luta entre o Homem e a Natureza, reflectindo-se na mais impressionante e invulgar adaptação arquitectónica jamais vista num edifício do gótico mendicante. As transformações construtivas por que passou apenas vieram confirmar o carácter de singularidade do monumento, totalmente abobadado, com as naves praticamente à mesma altura e com um dos maiores claustros góticos da Europa. Mesmo em ruína, parcialmente enterrado e com o piso primitivo inundado, este edifício não deixou de despertar a curiosidade das mais variadas personalidades.

As campanhas de intervenção arquitectónica e arqueológica de que foi alvo, apesar de, inicialmente, defenderem ideais controversos como o restauro estilístico, permitiram que a igreja chegasse à actualidade em melhores condições. Entretanto, foi prevista a execução de um projecto de requalificação e visita da igreja inundada, contudo, escavações arqueológicas levadas a cabo durante os anos noventa descobriram as estruturas do claustro maior relativamente bem conservadas, facto que mudou para sempre o destino do conjunto monástico de Santa Clara-a-Velha – era necessário pôr a igreja em “ambiente seco” e exumar o claustro maior para que o público pudesse visitar tão distinto monumento. Esta vontade de devolver o monumento à cidade culminou no projecto de conservação e valorização do Atelier 15. A reabertura de um dos mais simbólicos espaços de Coimbra, aliado a uma arquitectura contemporânea, permitiu criar uma nova centralidade, cultural e histórica, na margem esquerda da cidade, e possibilitou o diálogo com a margem direita pela inter-relação de sítios e edifícios icónicos – Sé Velha, Mosteiro de Santa Cruz, Museu Machado de Castro, Campus da Universidade, etc. Estamos diante de uma área monumental de enorme valor, onde a Idade Média e a Contemporaneidade se cruzam num diálogo íntimo e dinâmico, uma das mais importantes intervenções de reabilitação do país.

Actualmente, a reabilitação é um dos temas mais importantes no campo de acção de um arquitecto, o qual deve interpretar e responder de forma prática, mas cuidada, aos dados preexistentes de um edifício ou conjunto urbano consolidado. No que concerne a edifícios de valor patrimonial, reconstruir e conservar são as acções mais frequentemente empregues para dotar o monumento de novos programas ou,

pura e simplesmente, para revalidar o seu uso inicial. Intervir no património significa causar controvérsia porque o confronto entre passado e presente, antigo e novo, é assimilado de várias formas e está sempre em progressão. Então, de que maneira se pode respeitar a evolução histórica de um monumento? Até que patamar se pode intervir? E como conjugar as técnicas e materiais contemporâneos com as preexistências?

Sem nunca recorrer a elementos postiços ou falsamente originais, o projecto de valorização do Atelier 15 traduz-se em três momentos – a construção do novo centro de interpretação, a conservação das ruínas da igreja e do claustro e os circuitos de visita – que nunca poderão ser vistos isolados, por dependerem uns dos outros para equilibrar a intervenção. O modo como o Atelier 15 implanta o centro de interpretação suscita duas questões fundamentais: a reposição do limite sul da cerca e a lógica de crescimento do mosteiro, que poderia ter continuado a desenvolver-se para sul do claustro se não tivesse sido fustigado pelas cheias. Desta forma, o projecto demonstra um conhecimento profundo desta estrutura medieval, traduzindo-se numa proposta culta e ambivalente. Adicionalmente, o centro interpretativo apresenta-se como um volume contemporâneo, jogando com planos que pairam como pano de fundo da igreja. Na igreja, o Atelier 15 propôs consolidar a ruína e valorizar os elementos arquitectónicos que tornam Santa Clara-a-Velha num exemplo medieval peculiar. Não se trata, apenas, de representar o que o mosteiro foi mas sim de viver o seu espaço, o que levou a reinterpretar o princípio de clausura da igreja. Ao permitir o conhecimento do coro das freiras, o Atelier 15 introduz um eixo longitudinal de leitura da igreja, unificando o espaço interior. Não se tratar de romper com o passado mas sim, de incutir o conhecimento cultural e histórico do monumento.

De que outra forma se poderia intervir em Santa Clara-a-Velha se não através da contemporaneidade? Reproduzir o passado está fora de questão, produzir algo semelhante ao que lá está seria caricato, diferenciar é a única opção, é a nossa opção enquanto arquitectos contemporâneos. O Atelier 15 estudou as preexistências urbanas e monumentais de Santa Clara-a-Velha, interpretou-as e procedeu à sua valorização através da união da arquitectura contemporânea com a arquitectura medieval, resultando num valioso instrumento de reflexão sobre a prática da reabilitação.

Referências iconográficas

- Fig. 01: <http://www.explorethemed.com/IberiaRome.asp?c=1>
- Fig. 02: Alarcão (1987), pág. 89
- Fig. 03: http://historic-cities.huji.ac.il/portugal/coimbra/maps/braun_hogenberg_V_4.html
- Fig. 04: Alarcão (2008), pág. 18
- Fig. 05: http://historic-cities.huji.ac.il/portugal/coimbra/maps/braun_hogenberg_V_4.html
- Fig. 06: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=3>
- Fig. 07: Evolução do espaço físico... (2006), pág. 102
- Fig. 08: Evolução do espaço físico... (2006), pág. 132
- Fig. 09: Evolução do espaço físico... (2006), pág. 132
- Fig. 10: Planta topográfica da cidade de Coimbra, cedida pela C. M. de Coimbra.
- Fig. 11: Macedo (2006), pág. 709
- Fig. 12: Macedo (2006), pág. 709
- Fig. 13: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Coimbra_1669.jpg
- Fig. 14: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Coimbra_1669.jpg
- Fig. 15: Macedo (2006), pág. 706
- Fig. 16: Macedo (2006), pág. 709
- Fig. 17: Macedo (2006), pág. 304
- Fig. 18: Macedo (2006), pág. 307
- Fig. 19: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 20: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 21: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 22: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 23: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 24: Macedo (2006), pág. 453
- Fig. 25: Macedo (2006), pág. 541
- Fig. 26: Macedo (2006), pág. 472
- Fig. 27: <http://marcelonalusitania.blogspot.com>
- Fig. 28: <http://www.ultimasreportagens.com/348.php>
- Fig. 29: Macedo (2006), pág. 651
- Fig. 30: Macedo (2006), pág. 654
- Fig. 31: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 32: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 33: Macedo (2006), pág. 315
- Fig. 34: Macedo (2006), pág. 312
- Fig. 35: Macedo (2006), pág. 315
- Fig. 36: Macedo (2006), pág. 316
- Fig. 37: Macedo (2006), pág. 315
- Fig. 38: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 39: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 40: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 41: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 42: Macedo (2006), pág. 343
- Fig. 43: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 44: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 45: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 46: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 47: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 48: Macedo (2006), pág. 618
- Fig. 49: Macedo (2006), pág. 628
- Fig. 50: Macedo (2006), pág. 626
- Fig. 51: Macedo (2006), pág. 714
- Fig. 52: Macedo (2006), pág. 706
- Fig. 53: Gusmão (1992)
- Fig. 54: Macedo (2006), pág. 706
- Fig. 55: Macedo (2006), pág. 757
- Fig. 56: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 57: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 58: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 59: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 60: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 61: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 62: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 63: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 64: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 65: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 66: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 67: Macedo (2006), pág. 332
- Fig. 68: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 69: Macedo (2006), pág. 333
- Fig. 70: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 71: Macedo (2006), pág. 823
- Fig. 72: Macedo (2006), pág. 823
- Fig. 73: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 74: Macedo (2006), pág. 844
- Fig. 75: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 76: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Coimbra_1669.jpg
- Fig. 77: Macedo (2006), pág. 709
- Fig. 78: Macedo (2006), pág. 709
- Fig. 79: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 80: Macedo (2006), pág. 869
- Fig. 81: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 82: Macedo (2006), pág. 706
- Fig. 83: www.monumentos.pt
- Fig. 84: www.monumentos.pt
- Fig. 85: www.monumentos.pt
- Fig. 86: Macedo (2006), pág. 555
- Fig. 87: Macedo (2006), pág. 347
- Fig. 88: www.monumentos.pt
- Fig. 89: www.monumentos.pt
- Fig. 90: www.monumentos.pt
- Fig. 91: Fotografia da autora da dissertação
- Fig. 92: www.monumentos.pt
- Fig. 93: www.monumentos.pt
- Fig. 94: www.monumentos.pt
- Fig. 95: www.monumentos.pt
- Fig. 96: www.monumentos.pt
- Fig. 97: www.monumentos.pt
- Fig. 98: www.monumentos.pt
- Fig. 99: www.monumentos.pt
- Fig. 100: www.monumentos.pt
- Fig. 101: www.monumentos.pt
- Fig. 102: www.monumentos.pt

Fig. 103: www.monumentos.pt

Fig. 104: www.monumentos.pt

Fig. 105: www.monumentos.pt

Fig. 106: www.monumentos.pt

Fig. 107: www.monumentos.pt

Fig. 108: www.monumentos.pt

Fig. 109: www.monumentos.pt

Fig. 110: www.monumentos.pt

Fig. 111: www.monumentos.pt

Fig. 112: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo Arquitecto João Rapagão

Fig. 113: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo Arquitecto João Rapagão

Fig. 114: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo Arquitecto João Rapagão

Fig. 115: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo Arquitecto João Rapagão

Fig. 116: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo Arquitecto João Rapagão

Fig. 117: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo Arquitecto João Rapagão

Fig. 118: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo Arquitecto João Rapagão

Fig. 119: www.monumentos.pt

Fig. 120: Macedo (2006), pág. 415

Fig. 121: Macedo (2006), pág. 313

Fig. 122: www.monumentos.pt

Fig. 123: www.monumentos.pt

Fig. 124: www.monumentos.pt

Fig. 125: www.monumentos.pt

Fig. 126: www.monumentos.pt

Fig. 127: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo atelier CCG Arquitectos

Fig. 128: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo atelier CCG Arquitectos

Fig. 129: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo atelier CCG Arquitectos

Fig. 130: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo atelier CCG Arquitectos

Fig. 131: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo atelier CCG Arquitectos

Fig. 132: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo atelier CCG Arquitectos

Fig. 133: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo atelier CCG Arquitectos

Fig. 134: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo atelier CCG Arquitectos

Fig. 135: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo atelier Inês Lobo Arquitectos

Fig. 136: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo atelier Inês Lobo Arquitectos

Fig. 137: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo atelier Inês Lobo Arquitectos

Fig. 138: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo atelier Inês Lobo Arquitectos

Fig. 139: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo atelier Inês Lobo Arquitectos

Fig. 140: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo atelier Inês Lobo Arquitectos

Fig. 141: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo atelier Inês Lobo Arquitectos

Fig. 142: Arqa, n° 82/83 (2010), pág. 44

Fig. 143: Arqa, n° 82/83 (2010), pág. 53

Fig. 144: Arqa, n° 82/83 (2010), pág. 52

Fig. 145: Arqa, n° 82/83 (2010), pág. 48

Fig. 146: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo atelier CCG Arquitectos

Fig. 147: Imagens do projecto gentilmente cedidas pelo atelier Inês Lobo Arquitectos

Fig. 148: AI, n° 30 (2009), pág. 94

Fig. 149: Fotografia da autora da dissertação

Fig. 150: www.bymnearq.com

Fig. 151: <http://jlcg.pt>

Fig. 152: <http://www.ultimasreportagens.com/348.php>

Fig. 153: Fotografia da autora da dissertação

Fig. 154: Fotografia da autora da dissertação

Fig. 155: Fotografia da autora da dissertação

Fig. 156: Fotografia da autora da dissertação

Fig. 157: Fotografia da autora da dissertação

Fig. 158: <http://www.ultimasreportagens.com/348.php>

Fig. 159: AI, n° 30 (2009), pág. 93

Fig. 160: <http://www.ultimasreportagens.com/348.php>

Fig. 161: <http://www.ultimasreportagens.com/348.php>

Fig. 162: Fotografia da autora da dissertação

Fig. 163: Fotografia da autora da dissertação

Fig. 164: Fotografia da autora da dissertação

Fig. 165: Fotografia da autora da dissertação

Fig. 166: AI, n° 30 (2009), pág. 89

Fig. 167: Arqa, n° 82/83 (2010), pág. 48

Fig. 168: Arqa, n° 82/83 (2010), pág. 48

Fig. 169: Arqa, n° 82/83 (2010), pág. 48

Fig. 170: Fotografia da autora da dissertação

Fig. 171: Fotografia da autora da dissertação

Fig. 172: Fotografia da autora da dissertação

Fig. 173: Fotografia da autora da dissertação

Fig. 174: <http://www.ultimasreportagens.com/348.php>

Fig. 175: AI, n° 30 (2009), pág. 90

Fig. 176: AI, n° 30 (2009), pág. 91

Fig. 177: Fotografia da autora da dissertação

Fig. 178: Fotografia da autora da dissertação

Bibliografia

Abreu, Susana Matos. *Livros e saber prático de um arquitecto do século XVII : a biblioteca de Fr. João Turriano e o mosteiro novo de Santa Clara em Coimbra*. Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património. I Série, vol. 2, (pág. 803-822). Porto, 2003.
disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2943.pdf> (14-07-2011; 16h40)

Alarcão, Jorge de. *Coimbra : a montagem do cenário urbano*. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

Alarcão, Jorge de. *Portugal romano*. Lisboa : Verbo, 1987.

Afonso, Elsa Marisa Enes. *Anfiteatro da Faculdade de direito da Universidade de Coimbra : Fernando Távora*. Dissertação de Prova Final em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura do Porto. Porto : Ed. Autor, 2009.

Atelier 15. “Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra”, in *Arquitectura e Arte*, nº82/83, 2010, pág. 44.

Bandeirinha, José António. *Coimbra vista do céu*. 2ª ed. Lisboa : Argumentum, 2004.

Cocheril, Dom Maur. *Alcobaça : abadia cisterciense em Portugal*. Lisboa : IN-CM, 1989.

Correia, Isabel Maria Marques. *Coimbra: cidades da cidade*. Dissertação de Prova Final em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura do Porto. Porto : Ed. Autor, 2005.

Correia, Vergílio. *Inventário Artístico de Portugal : cidade de Coimbra, vol. I e II*. Lisboa : Academia Nacional de Belas Arts, 1947.

Côrte-Real, Artur. *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha: olhares ocultos, olhares submersos*. Coimbra : Quarteto Editora, 2003.

Costa, Alexandre Alves. *Introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa: outros textos sobre arquitectura portuguesa*. 2ª ed revista e aumentada. Porto : Faup Publicações, 2007.

Costa, Alexandre Alves. *Textos datados*. Coimbra : Edarq, 2007.

Costa, Alexandre Alves. “O último projecto para Santa Clara-a-Velha”, in *Património. Estudos*, nº8, 2005, pág. 55 a 61.

Dias, Pedro. *A arquitectura gótica portuguesa*. Lisboa : Ed. Estampa, 1994.

Dias, Pedro. *Coimbra: arte e história: os monumentos*. Porto : Paisagem, 1983.

Dias, Pedro. *Coimbra: guia para uma visita*. 2ª ed. Coimbra : Gráfica de Coimbra, 2002.

Enciclopédia Einaudi. Lisboa : I.N.C.M., 1984.

Evolução do espaço físico de Coimbra. Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, 2006.

Figueiredo, A. C. Borges de. *Coimbra: antiga e moderna*. Coimbra : Almedina, 1996.

Fróis, Virgínia. *Conversas à volta dos Conventos*. Évora : Casa do Sul, 2002.

Gaspar, Joana Paula Ramos Henriques. *Centrar a cidade no rio: os projectos para a transformação da frente fluvial da cidade de Coimbra*. Dissertação de Prova Final em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura do Porto. Porto : Ed. Autor, 2000.

Gusmão, Artur Nobre de. *A Real Abadia de Alcobça: estudo histórico-arqueológico*. 2ª ed. Lisboa : Livros Horizonte, 1992.

Lopes, Flávio, **Correia**, Miguel Brito. *Património arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa : Livros Horizonte, 2004.

Lopes, Sandra Dias. *Convento de S. Francisco da Ponte: valor da arte coimbrã*. Coimbra : GAAC, 1998.

Macedo, Francisco Pato de. *Santa Clara-a-Velha de Coimbra – Singular Mosteiro Mendicante*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na área de História e especialidade História da Arte. Coimbra : Ed. Autor, 2006.

Martins, Maria. *Convento de Santa Clara-a-Velha em Coimbra: tempo submerso*. Lisboa : Bertrand, 1997.

Mourão, Teresa. *Santa Clara-a-Velha: reflexos do património*. Coimbra : GAAC, 2000.

Neto, Maria João Baptista. *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais: 1929-1960*. Porto : Faup Publicações, 2001.

Oliveira, Marta Sofia Marques de. *Casa da Encosta: enquadramento histórico e arquitectónico*. Dissertação de Prova Final em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura do Porto. Porto : Ed. Autor, 2008.

Redol, Pedro. “Um programa museológico para Santa Clara-a-Velha”, in *Arquitectura Ibérica*, nº30, 2009, pág. 86.

Rosas, Lúcia. *Monumentos Pátrios: a arquitectura religiosa medieval: património e restauro (1835 – 1928)*. Porto : FLUP, 1995.

Ruskin, John. *Las siete lâmparas de la arquitectura*. Barcelona : Alta Fulla, 1987.

Sousa, Bernardo Vasconcelos e. *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. Lisboa : Livros Horizonte, 2006.

Trindade, Sara Dias, **Gambini**, Lúcia Inês. *Mosteiro de Santa Clara de Coimbra: Do convento à ruína, da ruína à contemporaneidade*. Coimbra : Direcção Regional de Cultura do Centro, 2009 (2ª edição).

Urbano, Luís Filipe Dordio Martinho Almeida. *Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: elaboradas para efeitos de acesso à categoria de assistente de acordo com o artigo 53 do estatuto da carreira universitária*. Porto : FAUP, 2005.

Vasconcelos, António de. *Rainha Santa Isabel. Parte I: culto antes da canonização*. Coimbra : Alma Azul, 2005.

Vasconcelos, António de. *Rainha Santa Isabel. Parte II: culto depois da canonização*. Coimbra : Alma Azul, 2007.

Vasconcelos, António Garcia Ribeiro de. *Evolução do Culto de Dona Isabel de Aragão esposa do rei lavrador D. Dinis (a Rainha Santa), 2 volumes*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1993.

Viñas, Salvador Muñoz. *Teoría contemporánea de la restauración*. Madrid : Síntesis, 2003.

Revistas

AI – Arquitectura Ibérica, n.º 30 – Reabilitação. Caleidoscópico – Edição e Artes Gráficas, S.A., 2009, pág. 86-95.

Arqa – Arquitectura e Arte, n.º 82/83 – Acções Patrimoniais. Lisboa : Futurmagazine, Sociedade Editora, Lda, 2010, pág. 44-53.

ecdj – Em Cima do Joelho, n.º 12. Ressurreição – Santa Clara-a-Velha. Coimbra : Editorial do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Arquitectura de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009.

Património. Estudos, n.º 2. IPPAR – Departamento de Estudos, 2002, pág. 23-32 e 164-183.

Património. Estudos, n.º 3. IPPAR – Departamento de Estudos, 2002, pág. 84-92.

Património. Estudos, n.º 8. IPPAR – Departamento de Estudos, 2005, pág. 51-61 e 195-202.

Monumentos – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos, n.º 18. DGEMN, Março 2003.

Referências Eletrónicas

<http://www.byrnearq.com> (8 de Setembro de 2011, 12h00)

<http://historic-cities.huji.ac.il> (9 de Março de 2011, 14h30)

<http://lrm.isr.ist.utl.pt/jsgm/albums/santa-clara> (9 de Março de 2011, 17h15)

<http://www.igespar.pt> (12 de Novembro de 2010; 15h15)

<http://www.issuu.com> (24 de Março de 2011; 15h20)

<http://www.monumentos.pt> (8 de Novembro de 2010; 15h45)

<http://www.ultimasreportagens.com348.php> (3 de Janeiro de 2011; 18h50)

